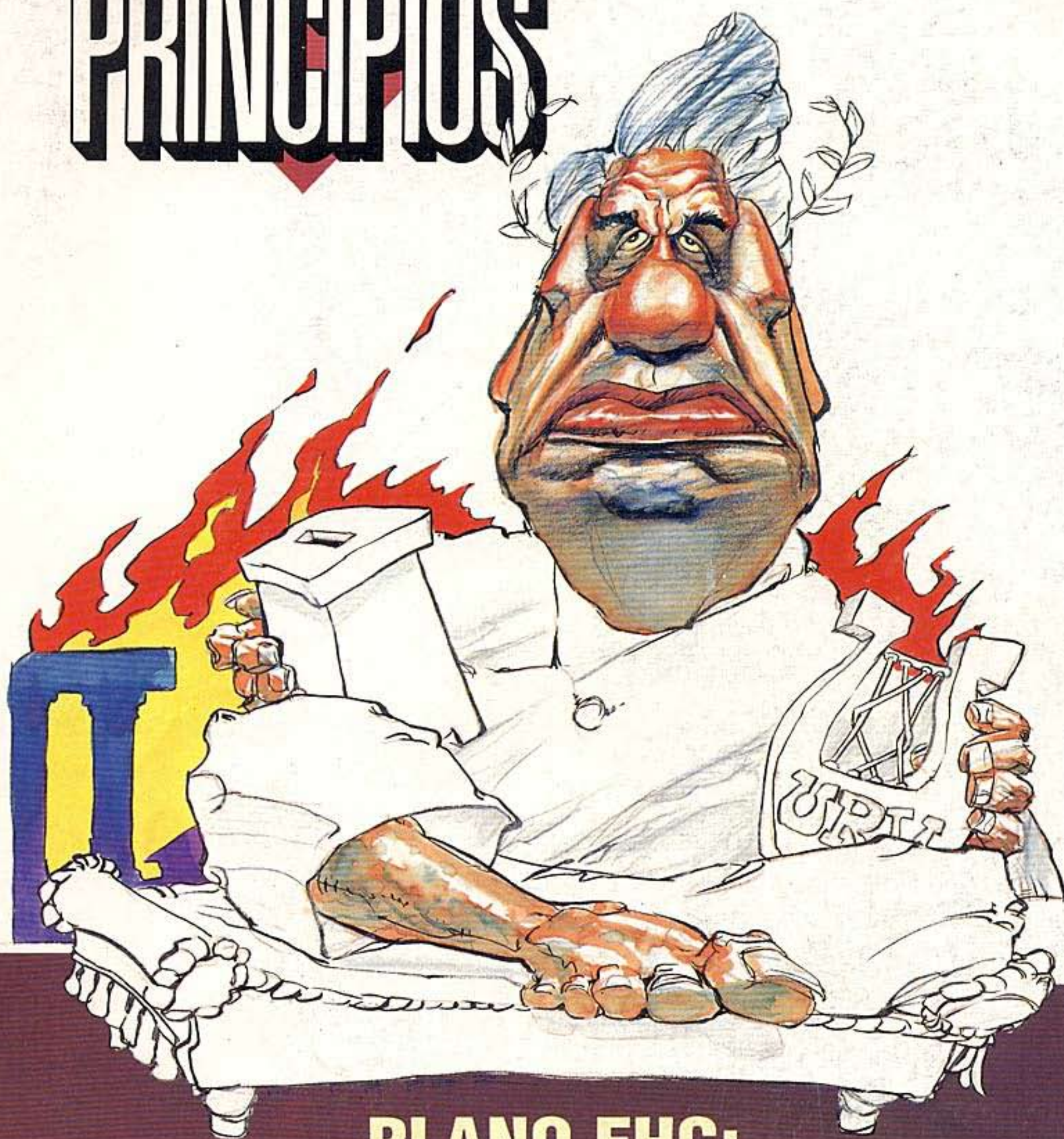


REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO
FEVEREIRO • MARÇO • ABRIL 1994 Nº 32 CR\$ 2.300,00

PRINCÍPIOS



**PLANO FHC:
DOLARIZAÇÃO ENVERGONHADA,
ARROCHO NOS SALÁRIOS E
PROTEÇÃO PARA O CAPITAL**

ESPECIAL

**OS MILITARES, A SOBERANIA
NACIONAL E A DEMOCRACIA**



Editora Anita Ltda.

Revista Teórica
Política e de
Informação

Diretor

Jornalista Responsável
João Amazonas

Editor

Olival Freire Jr.

Comissão Editorial

Olival Freire Jr.

Pedro de Oliveira

José Carlos Ruy

Walter Sorrentino

Conselho Editorial

Aldo Arantes

Bernardo Joffily

Fernando Pupo

Haroldo Lima

Helena de Freitas

Jô Moraes

José Carlos Ruy

José Reinaldo de Carvalho

Luís Fernandes

Luís Paulino

Luiz Manfredini

Madalena Guasco

Olival Freire Jr.

Pedro de Oliveira

Rogério Lustosa (1943-1992)

Umberto Martins

Walter Sorrentino

Colaboradores

Agenor Silva

Altamiro Borges

Ana Maria Rocha

Ary Normanha

Carlos Pompe

Clóvis Moura

Luis Marcos Gomes

Loreta Valadares

Edição de Arte

Pedro de Oliveira

Licínio

Revisão

Maria Beatriz de Melo

Antonia Maria do C. Rangel

Edição de Texto

Maria Beatriz de Melo

Luciana de Souza Bento

Diagramação

Adélia Cukauskas

Administração, Distribuição

Divo Guisoni

Assinaturas

Claudia de Medeiros

Editoração Eletrônica

Compuart - (011) 251-1571

Publicação da

Editora Anita Ltda.

Rua dos Bororós, 51 - 1º andar

CEP 01320-020 - São Paulo - SP

Tel.: (011) 35-8150

Artigos, resenhas, notas e
cartas devem ser enviadas ao
editor, no endereço da

Editora Anita Ltda.

Í N D I C E

NEOLIBERALISMO TRAVESTIDO	3
FHC E A HIPERINFLAÇÃO PARA ASSALARIADOS Lécio Moraes	4
A PERDULÁRIA VENDA DAS ESTATAIS Edson Silva	12
RIO DE JANEIRO: CAUSAS E PERSPECTIVAS DA CRISE Marcelo José Lopes de Souza	20
A LUTA ATUAL POR UM NOVO PROJETO NACIONAL Luís Antônio Paulino	28
QUAL É A REVOLUÇÃO DA BURGUESIA? José Carlos Ruy	35
MODIFICAÇÕES NA SITUAÇÃO INTERNACIONAL José Reinaldo de Carvalho	40
IMPASSES E PERSPECTIVAS DO MOVIMENTO SINDICAL Silvio Costa	45
CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO Helbert Maciel	50
EUA, NICARÁGUA E ELEIÇÕES Jack Colhoum	55
ÍNDIOS MEXICANOS FORA DA NOVA ORDEM Antonio Carlos Queiroz	58
PARTICULARIDADES DO RACISMO BRASILEIRO Clóvis Moura	62
CONSCIÊNCIA LINGUÍSTICA DE FABIANO Maria Lourdes Motter	65
FORÇAS ARMADAS NO LIMIAR DO SÉCULO XXI Haroldo Lima	70
RESENHAS	77

Neoliberalismo travestido

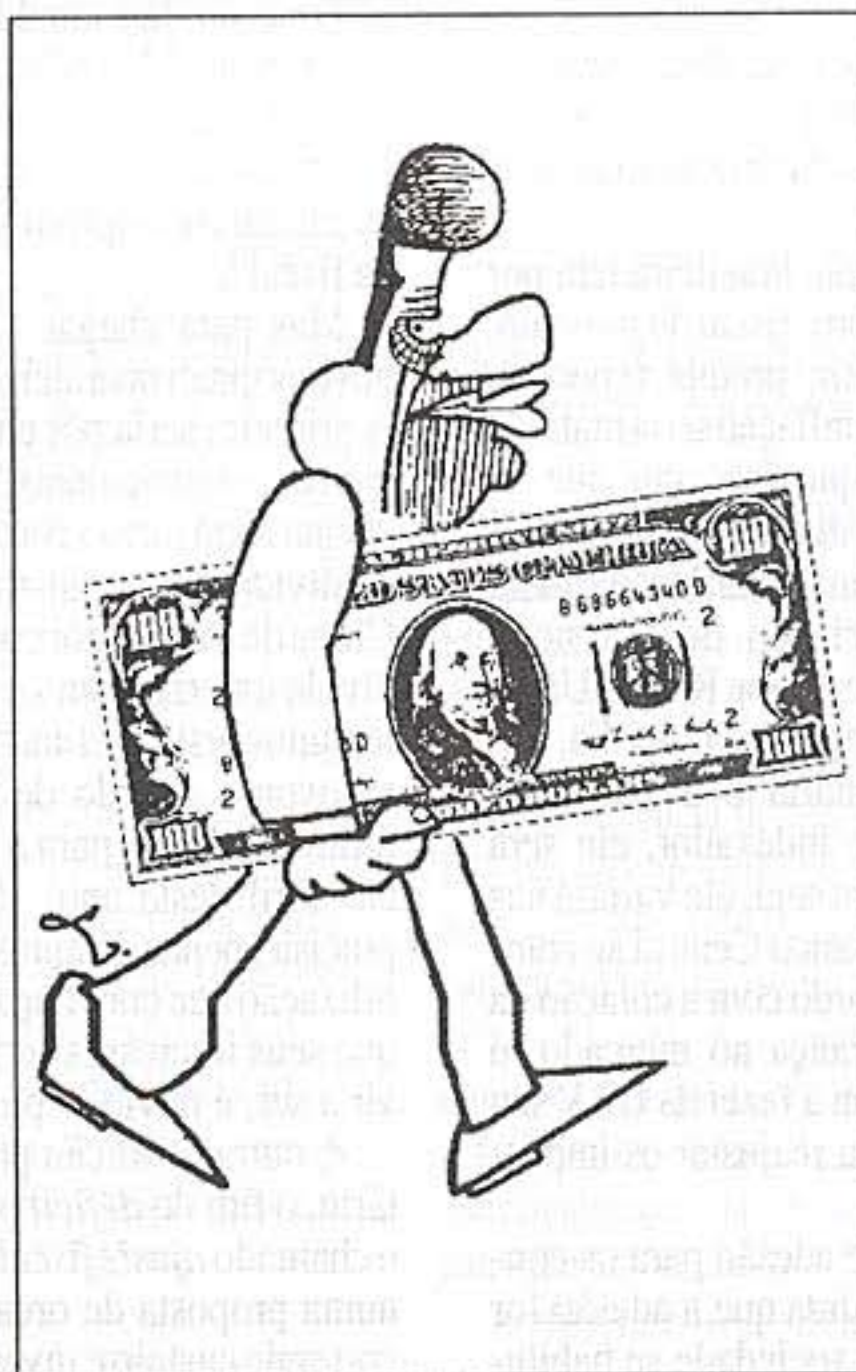
A opinião pública busca compreender, com expectativa, o Plano FHC para o combate à inflação. O artigo que publicamos nesta edição, de autoria do economista Lécio Morais, é parte de um esforço maior de análise empreendido pelo deputado federal por São Paulo, e líder do PCdoB, Aldo Rebelo como relator da Subcomissão de Política Monetária para exame das Medidas Provisórias que integram o referido plano. Além de estudos elaborados por Raimundo Pereira e Luís Paulino, a iniciativa envolveu o depoimento do Professor Paulo Nogueira Batista Jr. Esta análise evidenciou que estamos diante de uma *dolarização* indireta e disfarçada da economia brasileira, com graves ameaças à sobrevivência do parque industrial brasileiro e à própria soberania nacional. Além disso o artigo que ora publicamos demonstra que o plano levará a uma hiperinflação para os que recebem salários ou rendas em cruzeiros reais, acarretando uma monumental transferência de renda destes setores para os setores monopolistas que fixarão de imediato seus preços em URV, que será a nova moeda nacional. O plano pretende eliminar o *déficit* público mas fecha os olhos à realidade de que os principais fatores geradores deste *déficit* estão nos juros tanto da dívida externa quanto da dívida interna.

Vai ficando claro então o sentido da declaração – “esqueçam o que escrevi” – de Fernando Henrique Cardoso ao assumir o Ministério da Fazenda. O governo Itamar – FHC representa a velha política neoliberal,

que as elites buscaram implementar com o desastroso governo Collor de Mello, agora em nova versão, mais eficaz porque executada por pessoas que dispõem, pelo seu passado, de certa credibilidade junto à sociedade.

Argentina e México, até agora apresentados como exemplos das virtudes da implantação do neoliberalismo, estão revelando quem está pagando a conta destes ajustes. Camadas populares do Norte argentino e índios mexicanos ocuparam as manchetes da mídia porque foram os primeiros a se rebelar contra esta ordem iníqua que os Estados Unidos, em aliança com as oligarquias locais, querem impor à América Latina.

★ ★



Atemorizados ante a possibilidade de uma derrota eleitoral, conservadores buscam, através da revisão constitucional, cometer toda sorte de casuísmos para influenciar na disputa em curso. Retoma-se a tradição autoritária das elites brasileiras. Geisel, Figueiredo, Armando Falcão e Abi-Ackel, autores dos últimos *golpes brancos* da ditadura militar, através do *pacote de abril* em 1977 e da mudança da legislação eleitoral em 1981, devem estar olhando para o Sr. Nelson Jobim e dizendo: “meu garoto!!!”. De fato introduzir o voto distrital, alterar mandatos e prazos de desincompatibilização a nove meses da eleição é golpe nas instituições que os setores democráticos e populares devem impedir.

FHC e a hiperinflação para assalariados

LÉCIO MORAIS

Plano FHC pretende acabar com a inflação via dolarização indireta da economia. Causará hiperinflação para os que recebem em cruzeiros reais e significa grave ameaça à soberania nacional

No dia 7 de dezembro último o Ministro Fernando Henrique Cardoso anunciou o Plano de Estabilização Econômica do governo Itamar Franco, o chamado Plano FHC. Constituído de três fases, o objetivo deste Plano seria eliminar a inflação, alcançar o equilíbrio das contas públicas, criar uma nova moeda estável e fazer voltar a crescer a economia de forma estável e duradoura.

De imediato o que se coloca em discussão é o direcionamento que se quer dar a esse novo crescimento econômico e o custo social desta nova *estabilização*.

O Plano entende que a inflação brasileira tem por causa fundamental o desequilíbrio fiscal do governo, que gastando mais do que tem, produz repetidos *déficits*. A partir desta origem, a inflação seria mantida também pela força inercial, que faz com que “a inflação exista hoje, porque existiu inflação ontem”.¹

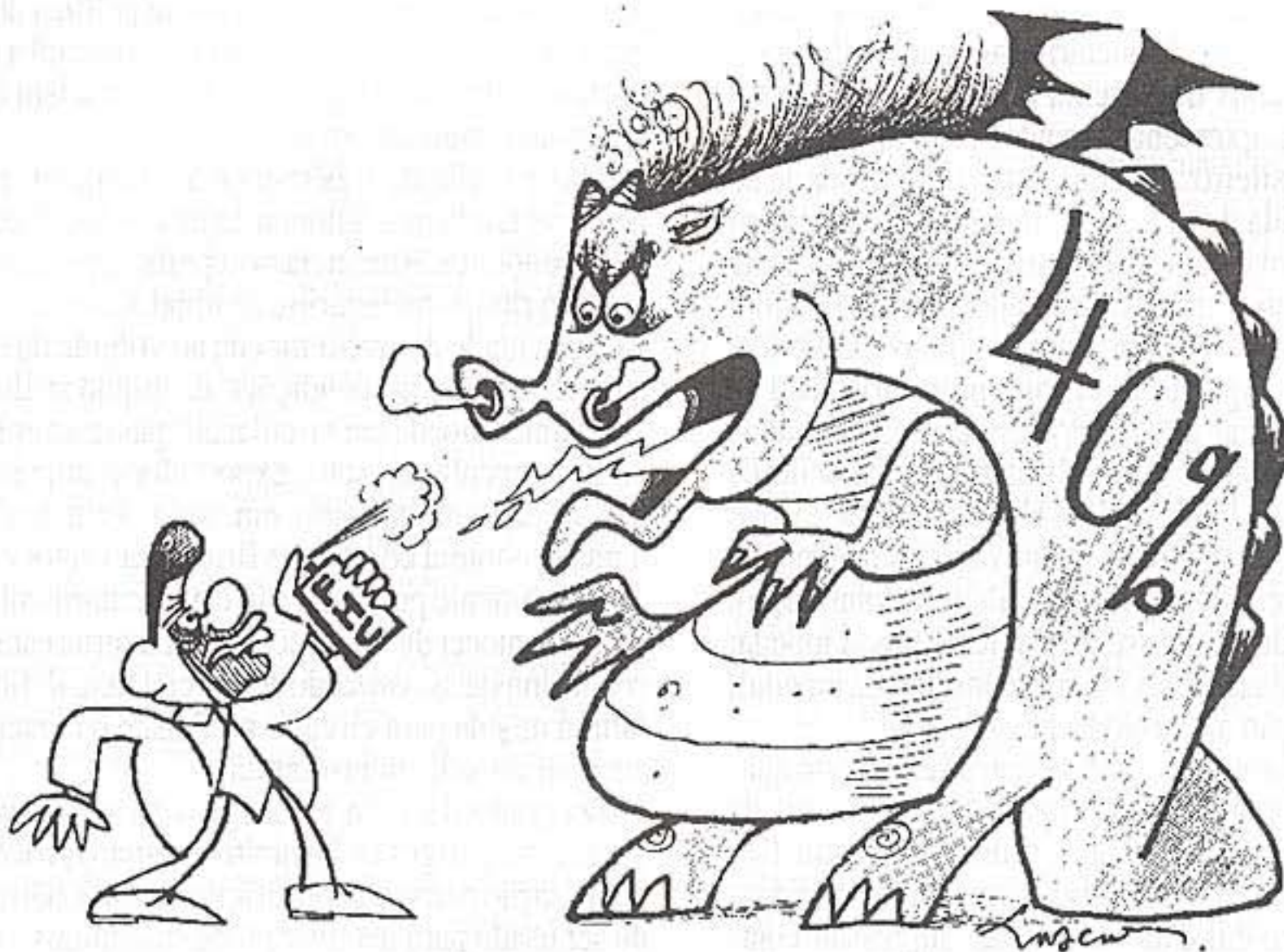
O objetivo do Plano é eliminar a inflação, numa primeira fase, através da criação de um novo indexador diário, a Unidade de Valor Real – URV, que refletirá a inflação contemporânea, do dia, eliminando a memória inflacionária e a sua força inercial. Para dar força a este indexador, ele será ancorado no câmbio do dólar, ou seja, ele variará nas mesmas taxas do câmbio, e o Banco Central se compromete a vender o dólar de acordo com a cotação da URV². Para dar maior segurança ao mercado, o governo se compromete também a fazer da URV seu indexador fiscal, usando-o para reajustar os impostos e as tarifas públicas.

Este indexador seria de livre adesão para os contratos e preços vigentes. A medida que a adesão for aumentando, pouco a pouco, a sociedade se habitu-

aria a uma estabilidade de preços expressos em URV e passaria-se a fase seguinte: a transformação da própria URV em uma nova moeda, eliminando-se o cruzeiro real. Embora nada se adiante na Exposição de Motivos que explica o Plano sobre esta nova moeda, as autoridades monetárias admitem que sua emissão e lastro vão se vincular, de alguma forma, às reservas do País em dólar e ao valor do câmbio com esta moeda. Mas a Exposição de Motivos já adianta a necessidade da existência de um Banco Central independente, “isolado de influências e capaz de assegurar o compromisso do governo com a disciplina fiscal”.

Mas para chegar a fase da adoção da URV, o governo precisava atender a duas condições precípuas. A primeira seria pôr em ordem suas relações com os bancos internacionais, renegociar a dívida externa e chegar a um novo acordo com o FMI. A renegociação da dívida com as instituições oficiais de crédito do Clube de Paris já foi concluída. Já a renegociação da dívida externa com os bancos privados, em termos leoninos, está no fundamental concluída. O Senado aprovou o acordo de renegociação em novembro último e o prazo para a implementação do acordo vai até abril deste ano. Um novo acordo com o FMI precisa apenas da apresentação de um plano de estabilização que convença os banqueiros internacionais que seus interesses serão contemplados, o que pode vir a ser, é óbvio, o próprio Plano FHC.

A outra condição prévia é o equilíbrio orçamentário, o fim do *déficit* público, a ser conseguido com o chamado *ajuste fiscal*. Este se constitui, de um lado, numa proposta de orçamento para 1994 com fortes cortes de custeio e investimento e, por outro lado, em



um conjunto de medidas fiscais destinadas a aumentar as receitas tributárias e a redividir as receitas entre a União, os Estados e Municípios, em benefício do primeiro. Todas estas medidas do *ajuste fiscal* dependem da aprovação do Congresso Nacional, incluindo-se entre elas, emendas à atual Constituição.

Parece evidente que a proposta deste Plano será alcançar a estabilização através de uma dolarização disfarçada, com graves implicações para a soberania nacional e, como demonstraremos, com consequências profundas na distribuição de renda e no nível da produção. Teremos de imediato, um aumento significativo da recessão, do desemprego e da miséria, e a maior prazo, uma reestruturação do Estado no sentido neoliberal e uma maior integração do País na economia capitalista mundial.

Consideramos, assim, o Plano FHC, no fundamental, uma estratégia para o grande capital financeiro internacional viabilizar seus interesses na economia brasileira. Seja através de uma política de garantias ao pagamento do serviço da dívida externa, seja pela implementação de reformas liberalizantes que aprofundem ainda mais a integração do País no mercado mundial e consolidem sua dependência ao esquema do sistema financeiro internacional, principalmente de matriz americana.

A seguir, pretendemos analisar este Plano, discutindo principalmente as origens de sua matriz, o papel da dolarização, a sua concepção do processo inflacionário e do *déficit* público, o cenário de criação da URV e os custos sociais que ele implica.

Embora tenha diferenças diversas com os programas de estabilização postos em prática na América Latina desde a década de 80, a matriz do Plano FHC

é a mesma. Assim como no caso da Bolívia, do Peru, da Argentina, do Panamá e outros países, o centro do Plano é a ancoragem da moeda nacional no dólar americano e o tratamento ortodoxo dado ao equilíbrio orçamentário.



A matriz do plano é a dolarização, como foi na Bolívia, Argentina, Peru e Panamá

Em todos estes países a estabilidade foi conseguida graças a uma estratégia de dolarização. Mas houve grande variação no grau em que isto se deu. Desde os casos mais puros da Argentina e do Panamá até formas mais incompletas como as do Peru e Bolívia. O equilíbrio orçamentário foi conseguido através de brutais *ajustes fiscais*. As consequências em todos eles foram também iguais de imediato: forte recessão, desnacionalização da economia, aumento brutal do desemprego e da miséria, seguido de uma fase de crescimento, muito celebrada por toda a mídia, mas sempre de fôlego curto, que vêm acabando sempre envoltas em problemas relativos a grandes perdas na balança comercial, aumento do fosso entre ricos e pobres, e explosões de violência social, como se vê atualmente no México e na Argentina.

Em dezembro último, o Prof. Paulo Nogueira Batista Júnior publicou um interessante estudo sobre a dolarização, intitulado *Dolarização como Mecanismo de Reforma Monetária*, em que nos baseamos nos trechos a seguir.

A matriz destes programas de estabilização tem

por centro inspirador instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, representantes oficiais do sistema financeiro internacional. Elas vem exercendo grandes pressões sobre os governos brasileiros, desde o começo da década de 80 (crise da dívida de 82), no sentido do País adotar um programa com estas características. Os termos deste programa, antes mais dissimulados, foram ficando, com o passar do tempo, cada vez mais explícitos, especialmente quanto a reforma monetária. Isto se pode acompanhar através dos estudos patrocinados pelo Banco Mundial sobre o Brasil, especialmente os de Deepak Lal (1993) e Allan H. Meltzer (1991), que defendem abertamente a dolarização, chegando o primeiro dos citados a defender, além da dolarização, que o FMI administrasse diretamente nossa moeda, através de um *currency board* (conselho da moeda), em substituição ao nosso Banco Central! ³

As atuais propostas de dolarização envolvem quatro aspectos: 1) ancoragem cambial: quando a moeda nacional mantém uma taxa cambial fixa, ou fica variando dentro de uma faixa, com o dólar americano, 2) conversibilidade da moeda: supressão completa ou quase completa dos controles cambiais e das restrições de acesso ao mercado de câmbio, 3) fixação da base monetária às reservas de divisas internacionais: o volume de emissão da moeda nacional fica subordinado a quantidade de moedas fortes que o País disponha em reserva; 4) uso interno do dólar: esta moeda passa a ser usada no País seja como indexador de contratos na economia, seja como créditos e depósitos dolarizados.

O Plano FHC, com a sua URV e sua nova moeda se enquadram, em parte, nos três primeiros aspectos, significando, portanto, uma dolarização, indireta ou incompleta, mas, sem sombra de dúvida, dolarização.

Uma dolarização traz para qualquer economia, principalmente para uma economia continental como a nossa, consequências nefastas, especialmente a longo prazo. Vejamos algumas destas consequências.

A primeira delas é a unilateralidade da decisão de ancorar a moeda nacional no dólar. A vinculação é aparentemente um ato isolado e soberano daquele Estado, não estando associado a nenhum acordo ou compromisso com os Estados Unidos, país emissor. Isto faz com que o Federal Reserve (Banco Central americano) não assumam nenhum compromisso para sustentar a taxa de câmbio fixada. Se o banco central americano resolver valorizar o dólar frente a outras moedas como o marco, o franco ou o yen, nossa moeda seguirá junto, e como apenas 20% de nosso comércio exterior é com os americanos, perderemos competitividade nos 80% restante de nossos mercados, pois nossos produtos ficarão mais caros naquelas moedas. Com isto, teremos queda nas exportações e aumento das importações vindas daqueles países, causando evidente prejuízo ao Brasil. E não poderemos fazer nada ou reclamar de ninguém! Porque

perdemos a soberania sobre a nossa política de câmbio. O valor externo da nossa moeda passará a acompanhar as flutuações do dólar, convenha isto ou não as nossas contas externas.

Mas a perda da soberania é ainda maior, porque perde-se também a autonomia na condução da política econômica. Renuncia-se a praticar políticas próprias no campo monetário e cambial. Com a atrelação da capacidade de emitir moeda ao volume de divisas que se possua, as condições de liquidez do meio circulante (moeda em circulação) passa a ser função do desempenho do setor exportador e importador e não da economia como um todo. Principalmente numa economia como a do Brasil cujo setor externo é relativamente pequeno, isto é particularmente, pois pode acontecer de nossa economia interna estar crescendo, mas se nosso saldo comercial ficar deficitário, faltará moeda para circular no País, e o crescimento econômico será interrompido.

Do ponto de vista estratégico há consequências ainda mais perigosas. Primeiro, porque o processo de dolarização parece ser de difícil reversão, não podendo ser usado para resolver problemas atuais e depois simplesmente descartado. Segundo, que com a redução de restrições ao mercado de câmbio, nossa economia ficará ainda mais vulnerável ao movimento de capitais do sistema financeiro mundial, podendo haver fuga de capitais em massa assim que alguma coisa comece a ir mal na economia ou que o governo pratique alguma política em desacordo com os interesses de bancos e empresas multinacionais.

Por fim, é forçoso entendermos que todo este movimento de dolarização no continente sul-americano, está a serviço, sem dúvida, de uma estratégia americana de – frente sua disputa com os imperialismos europeus e japoneses – aprofundar ainda mais sua presença no continente, usando sua moeda como uma arma de dominação mais eficiente do que exércitos de ocupação.



Concepção do plano desconhece o "conflito distributivo" presente no processo inflacionário

Com todos estes *inconvenientes*, a dolarização significa um recurso que, por mais vantajosa que seja sua adoção a curto prazo para estabilização da moeda nacional, não deve ser utilizado em nenhuma hipótese por um país que queira se manter soberano.

A concepção do processo inflacionário que arma o Plano, a saber, o desequilíbrio fiscal e a inflação inercial, é claramente insuficiente. É verdade que um *déficit* público gerador de emissão de moeda e a existência de uma inflação inercial, são fatores importantes em um processo inflacionário. No entanto, estes fatores não passam de consequências, de mani-

festações da verdadeira causa de toda inflação o chamado conflito distributivo de rendas.

Este conflito distributivo nada mais é do que um aspecto da luta de classes que se trava na sociedade. Nesta forma específica, ela representa a luta pela repartição, no mercado, das rendas provindas do trabalho necessário (salário) e da mais-valia. No processo de fixação dos preços os diversos segmentos do capital, em suas esferas financeiras, produtiva e comercial, travam uma outra batalha pela divisão da riqueza produzida. Através da prática de fixar preços para as mercadorias, representando valores maiores que o valor verdadeiramente encerrado nelas, o capitalista busca garantir para si uma fatia de mais-valia em detrimento seja dos salários dos trabalhadores seja de outros capitalistas. É este o processo mais profundo de criação de toda e qualquer inflação, um fenômeno tipicamente capitalista na história da humanidade. Este processo se tornou mais comum nas economias contemporâneas, à medida que o processo de monopolização foi aumentando e com ele a possibilidade de se administrar preços no mercado. O próprio Estado capitalista exerce papel fundamental de facilitador deste processo, principalmente através da gestão da moeda e da emissão da dívida pública.

O fato da inflação ocorrer com mais virulência nas economias dependentes e pobres está ligado ao violento processo de transferência de riquezas – e seu consequente repasse para os trabalhadores – gerado pelo pagamento de dívidas externas colossais ou pela fuga maciça de capitais.

Neste último caso é que se enquadra o Brasil. Assolado por uma dívida externa gigantesca, o seu serviço nos submete, ano após ano, a uma grande sangria. Como o envio do serviço da dívida para o Exterior está na raiz da nossa inflação, discutiremos mais a frente, quando abordarmos a questão do *déficit* público e na parte final deste artigo ao tratarmos especificamente da dívida externa.

Este processo do conflito distributivo e o papel dos oligopólios pode ser comprovado empiricamente, no Brasil, em uma pesquisa da FIPE. Esta instituição pesquisou separadamente a evolução dos preços dos setores oligopolizados (inclusive financeiros) e dos setores submetidos a concorrência. Esta pesquisa, realizada nos últimos dois anos, constatou o papel relevante desempenhado na inflação pelos preços oligopolísticos, que cresceram muito mais que os preços concorrenciais, denunciando seu papel de *capitães* da inflação. Isto demonstra de forma prática a principal natureza do processo inflacionário brasileiro, que é o conflito distributivo de rendas, capitaneado pelo capital financeiro, exercendo o seu papel de concentrar riquezas, transferindo-as dos setores competitivos e das rendas dos assalariados, via administração de preços.

Sem levar em consideração, portanto, o conflito

distributivo no combate à inflação, especialmente o papel exercido pelos oligopólios na aceleração dos preços, estará apenas se lidando com as consequências e não com as causas. Mas o governo teimoso e convenientemente se nega a enfrentar este fato.

Daí porque a nossa convicção de que o Plano contém um erro conceitual básico, que determinará que, mesmo que haja sucesso no programa em zerar a inflação através da adoção de uma nova moeda, estaremos apenas findando um processo inflacionário em cruzeiro, para iniciarmos outro processo de aceleração dos preços, desta vez em URV (ou dólar), como acontece hoje, mais dramaticamente, na Argentina.

Prova contundente disto é outro estudo realizado pela FIPE, que considerou a variação dos preços do segundo semestre de 1993, no Brasil, não em cruzeiro mas em dólar. O estudo concluiu que enquanto no setor competitivo da economia houve uma deflação de 2,4%, houve uma inflação em dólar de 0,8% nas tarifas públicas e de 4,6% no setor privado oligopolizado. O resultado final da inflação, em dólar, neste semestre foi cerca de 2%. Este estudo mostra claramente que a nova moeda já nascerá *contaminada* pela inflação, que recomeçará, outra vez e imediatamente, sua espiral diabólica.



A verdade do *déficit* público está no pagamento dos juros das dívidas externa e interna

Este é outro erro conceitual básico do Plano. No Orçamento estão definidos dois tipos diferentes de saldos. O primeiro, chamado de saldo primário, é o resultado da receita dos impostos menos as despesas do governo com o custeio e o investimento, seja da máquina administrativa seja dos serviços públicos prestados à população (inclusive previdenciários), ou seja, as despesas não financeiras do governo. O segundo saldo, chamado de operacional, é calculado depois do saldo primário, aditando-se àquele as despesas financeiras, mais simplesmente, os juros pagos pelo governo pela manutenção de sua dívida pública.

O entendimento do Plano é de que a origem do *déficit* é primário, ou seja, ocasionado pela queda nas receitas, caracterizado pela “deterioração da capacidade de arrecadação do Estado”⁴ e pelo aumento das despesas em custeio e investimento. Daí as propostas de aumento de tributos e um projeto de orçamento contendo violentos cortes nas despesas não-financeiras.

Quanto à queda nas receitas tributárias, isto é uma realidade. Não tanto causada pela estagnação da economia, iniciada na crise da dívida externa de 1982, mas sim pela evasão e sonegação fiscal que alcançaram, nos últimos anos, dimensões espantosas.

A Receita Federal estima, oficialmente, que para cada cruzeiro que entra no Tesouro, outro cruzeiro é desviado, se evade ou é sonegado.

Mas já quanto à despesa, a história é totalmente diferente. É verdade que existe alguns problemas de adequação nas despesas previdenciárias e que sua forma de financiamento precisa ser reformulada. No entanto, não é verdade que a despesa pública, mesmo com a receita em queda, tenha gerado *déficits*. Nos últimos dez anos, em apenas um único ano registrou-se um *déficit* primário apreciável no Orçamento. Por incrível que pareça, a versão do *déficit* público tão consagrada pela mídia não é verdadeira.

Sem a pressão da mídia esta versão não passaria pela cabeça de qualquer conhecedor mediano da realidade brasileira. Como um Estado que presta cada vez menos serviços públicos e de qualidade cada vez mais precária, que paga cada vez pior ao seu funcionalismo, que tem, na média dos últimos quatro anos, um *déficit* de necessidade de financiamento de investimentos nas estatais de apenas 0,5% do PIB⁵, poderia gerar *déficit* repetidos e crescentes, alcançando até seis e 8% do PIB? A explicação não resiste a nenhuma aritmética.

A verdade do *déficit* público está nos *déficits* operacionais, resultado do pagamento dos serviços da dívida pública, responsável pelo dispêndio de dezenas de bilhões de dólares na última década, mais de 8 bilhões só em 1993. O maior item isolado de despesa do Orçamento depois dos benefícios da Previdência e da despesa com a folha de pessoal.

8 • O Plano volta a deixar de lado, nesta questão do *déficit*, o papel primordial desempenhado pela verdadeira sangria dos recursos públicos gerados pela dívida pública interna e externa. A dívida pública cresceu e vem crescendo em bola de neve, alimentada, por um lado, pelos escorchantes juros reais a que está submetida, e, por outro lado, pela administração do volume de moeda em circulação permanentemente inchado pelos *superávits* comerciais do Brasil com o Exterior. Este *superávit*, por sua vez, é ocasionado pela necessidade de obtermos as divisas necessárias para continuarmos pagando o serviço da dívida externa, já tantas vezes paga. Por este último mecanismo, o ônus do pagamento da dívida externa é transferido, via *déficit* fiscal e inflação, para o conjunto do povo brasileiro.

Em vez de limitar o pagamento do serviço da dívida, verdadeiro vilão do *déficit*, sacrificando os lucros parasitários do capital financeiro, o governo prefere, como os seus antecessores, sacrificar o crescimento da economia, os serviços públicos prestados à população, os servidores públicos e as estatais.

Ultrapassada a primeira fase do Plano que é a do *ajuste fiscal*, condição para a consecução do equilíbrio orçamentário, o famoso *déficit zero*, iniciar-se-á a segunda fase do programa com a criação da URV, como indexador diário e contemporâneo da inflação.

A adesão à URV por parte das empresas será voluntária, dependendo da confiança que o indexador vier a alcançar e da oportunidade que parecer ao *agente econômico* mais conveniente. Quando toda a sociedade tiver aderido ao novo indexador, todos os preços e salários estarão estabilizados em URV, passando-se, então, a terceira fase da transformação da URV em uma nova moeda.



Juntos, URV e cruzeiro real formam cenário para surgir a hiperinflação dos cruzeiros reais

Do ponto de vista do Plano o processo de adesão à URV se passará da seguinte forma: à medida que o novo indexador prova que reflete a inflação diária, os empresários passarão a fixar seus contratos e cotar seus preços em URV e, com isto será vantajoso para todos, e desde que se crie esta confiança no indexador, dentro em pouco, toda a sociedade aderirá a URV, com os assalariados negociando livremente novos contratos coletivos de trabalho também indexados, alcançando-se assim a estabilização.

O governo traça para esta segunda fase, como é óbvio, um cenário róseo, onde não existe conflito distributivo nem diferença de poder econômico entre os diversos *agentes* em cena: os vários tipos de empresas, as categorias de trabalhadores, os pensionistas da Previdência, etc. No entanto, a realidade de uma sociedade de classes é bem dura e diversa. E este cenário da segunda fase deverá ser bem diferente: um cenário de forte conflito distributivo, com o parto da nova moeda dando-se em meio a uma verdadeira hiperinflação do cruzeiro real, como veremos a seguir.

Os pressupostos do Plano para a segunda fase são: um equilíbrio fiscal entre a receita e a despesa não-financeira da União; e uma taxa de juros alta o suficiente para desencorajar qualquer tendência a estocagem (uma queda dos juros só está prevista "para uma fase mais avançada do Plano")⁶.

Mesmo que se alcance de imediato o equilíbrio fiscal proposto na primeira fase, ainda continuarão atuando duas fortes pressões – não previstas pelo Plano – sobre a emissão de moeda e de quase-moeda (títulos da dívida pública). A primeira advém da emissão de títulos para retirada de circulação do montante, correspondente em cruzeiros, ao saldo da Balança Comercial (algo pelo menos correspondente anualmente a 3% do PIB). A segunda pressão virá da necessária emissão de dívida para enxugar os ingressos de divisas oriundos, e atraídos, pelo alto diferencial entre os juros internos e os juros internacionais, tanto sob a forma de empréstimos do tipo eurobônus, como de inversões diretas em fundos de investimentos (montante no mínimo igual a 2%

anual do PIB).

Outro componente fundamental do cenário será a presença do principal fator do processo inflacionário, o conflito distributivo. E este conflito distributivo tende a se agravar em momentos – como a segunda fase – de cristalização relativa de preços.

O cenário previsível, então, para a segunda fase do Plano pode ser dividido em dois momentos. O primeiro, que antecede esta fase, começou com o anúncio da criação da URV. Anunciado o novo indexador, premidos pelo conflito distributivo os diversos *agentes econômicos* passaram a elevar rapidamente seus preços, e assim continuarão a agir, na tentativa de ao ser criada a URV, poderem a ela aderir em melhor condição relativa do que seus concorrentes ou fornecedores. Este fenômeno já começa a acontecer e explica a súbita alta da inflação em dezembro para 38% e a expectativa da taxa de janeiro para 41%.

Só por este motivo a inflação continuará em forte ascensão durante este primeiro momento, independente de qualquer outro fator ou acidente de percurso.

O segundo momento se dará quando da criação da URV e do processo de adesão voluntária. Aí temos que observar o papel de dois elementos básicos que estarão a compor o cenário. Um, conjuntural, diz respeito a persistência de fortes desníveis nos preços relativos, ocasionado principalmente pela forte aceleração inflacionária do primeiro momento. O segundo, estrutural, são as diferenças de poder de barganha no processo inflacionário, de um lado, entre os setores econômicos oligopolizados ou monopolísticos e os setores concorrenciais, como, de outro lado, entre estes e os assalariados e demais detentores de rendas fixas (pensões, etc).

**Brutal transferência
de rendas do
trabalho para o capital,
este será o
resultado do Plano FHC**



Neste segundo momento, o mecanismo de livre adesão beneficiará os setores economicamente mais fortes, que escolherão o melhor momento para converter seus preços em URV. Assim, já no início da URV, o processo inflacionário sofrerá nova e forte aceleração. Este processo de adesão dos preços à URV será desigual com os setores concorrenciais ficando para trás, em cruzeiros, ou aderindo com forte perda em relação aos preços relativos, enquanto os salários e pensões tenderão a ficar congelados por mais tempo até quase o final da segunda fase.

A coexistência de preços oligopolizados em URV e preços concorrenciais em cruzeiros será inevitável e incontornável. Esta coexistência dará novo e forte impulso à espiral inflacionária do cruzeiro. O mecanismo desta aceleração se dá da seguinte forma: os

preços em URV, corrigidos diariamente, exercerão forte pressão de custos sobre os preços em cruzeiros praticados no varejo de livre concorrência que, por sua vez, reduzirá o intervalo de suas remarcações para fugir da forte pressão dos custos. Como isto se refletirá no índice geral dos preços e a URV, como um *índice contemporâneo*, será extremamente suscetível a qualquer pressão altista, acelerará sua correção diária, aumentando ainda mais a pressão dos custos sobre o varejo, que voltará a responder com nova e maior desvalorização do cruzeiro, em um círculo vicioso e perverso. Este processo tenderá a ocasionar, em um curto espaço de tempo de poucos meses ou semanas, uma hiperinflação em cruzeiros, que só afetará, é claro, os detentores desta moeda. Quem estiver na URV, estará protegido. Isto poderá levar a antecipação da terceira fase do Plano pela total e completa destruição da moeda velha.

Os salários e outras rendas fixas como a dos pensionistas da Previdência estarão, neste cenário, evidentemente, em situação muito desfavorável. Numa conjuntura recessiva de juros altos e inflação em cruzeiros altíssima, as categorias assalariadas estarão, com raras exceções, com pouco ou nenhum poder de barganha. Por isso tenderão a permanecer com seus salários e pensões em cruzeiros por todo o processo hiperinflacionário da segunda fase.

Todo este processo da segunda fase levará a duas consequências: primeira, uma brutal transferência de rendas do trabalho para o capital e, dentro deste, do setor concorrenciais para o setor oligopolizado; e segunda, pela liquidação do poder de compras dos salários, especialmente dos mais baixos (os médios e altos salários poderão se defender em parte das perdas através de aplicações no mercado financeiro em URV), com uma conseqüente supressão da demanda de bens populares, haverá uma forte quebra nestes setores, restando como ilhas de prosperidade os setores ligados a exportação e a certos bens de consumo de luxo ou duráveis.

Poderíamos exemplificar todo este processo com o seguinte caso hipotético. Imaginemos uma padaria. Criada a URV, ela passará a comprar seus principais insumos, o trigo e o fermento, já reajustados e em URV. Estes dois produtos são objetos de oligopólios que não vacilarão em ajustar seus preços para aderirem à URV em boas posições. O dono da padaria não poderá entrar imediatamente na URV, que corresponderia a reajustar o preço de seu pão diariamente em cruzeiros, seja porque seus consumidores continuarão a ganhar em cruzeiros, seja porque sua concorrência poderá, provavelmente, continuar utilizando o cruzeiro. No entanto, tanto ele como seus concorrentes, obrigatoriamente, terão que reduzir seu prazo de reajustes para poder continuar comprando seu trigo e fermento (que estarão subindo diariamente). Como estes reajustes mais frequentes repercutirão imediatamente na inflação, já no outro



dia a URV tornará o preço de seus insumos ainda mais altos, fazendo com que a padaria aumente ainda mais a frequência dos reajustes, entrando num círculo vicioso. Ao mesmo tempo que seus preços sobem astronomicamente, o dono da padaria perde freguesia pela perda de poder de consumo. Enquanto isso seus padeiros pressionam pela transformação de seus salários em URV, o que ele, evidentemente, resistirá o mais que puder para não o fazer.

Ao dono da padaria, já em meio da hiperinflação, só restará dois caminhos: ou aderirá a URV com seu preço em baixa, perdendo parte de seus ativos para os

oligopólios e diminuindo sua produção; ou permanecerá fora da URV e quebrará definitivamente inviabilizado pelos custos⁷.

Este exemplo ilustra de forma simples um processo complexo, que resultará, em última análise, na concentração das perdas inflacionárias por parte dos assalariados e do setor concorrencial da economia para o grande capital, principalmente financeiro. Em um breve espaço de tempo, haverá uma espécie de hiperinflação controlada, uma hiperinflação para os pobres, que deixará de fora e protegidos aqueles que sempre ganharam até agora com o processo inflacionário. Esta hiperinflação de proveta, de quebra, ainda arrasará setores da economia mais ligados ao mercado interno de consumo popular, esterilizando parte do capital produtivo nacional.



140 bilhões de dólares de serviços da dívida. É o que pagaremos em 7 anos, pelo Plano FHC

Caso tudo ocorra como o previsto, a terceira fase do programa iniciar-se-á num cenário arrasado pela hiperinflação, com miséria e recessão, mas com uma economia disposta de grandes excedentes exportáveis e com os setores exportadores intocados e em

•10•

Balanço de pagamentos Empréstimos e Financiamentos Fluxos Financeiros Efetivos *						US\$ milhões
Período	Desembolsos	Serviço da Dívida			Líquido	
		Amortizações	Juros	Total		
1987	3.260	4.219	5.543	9.762	- 6.502	
1988	7.441	6.496	13.836	20.332	- 12.891	
1989	2.963	5.582	7.237	12.819	- 9.856	
1990	3.573	4.620	3.490	8.110	- 4.537	
1991	6.122	5.322	6.694	12.016	- 5.894	
1992	9.651	6.642	5.902	12.544	- 2.893	
1993	11.200	8.779	7.883	16.662	- 5.462	
1994	9.746	9.616	8.308	17.924	- 8.178	
1995	8.490	9.831	8.420	18.251	- 9.761	
1996	8.990	10.781	8.554	19.335	- 10.345	
1997	10.190	11.576	8.569	20.145	- 9.955	
1998	11.290	12.636	8.659	21.295	- 10.005	
1999	11.890	13.135	8.760	21.895	- 10.005	
2000	12.290	13.560	8.950	22.510	- 10.220	

* Inclui liberação de atrasados.

uma condição favorável à expansão. Com a adoção de uma nova moeda de alguma forma ancorada no dólar, a economia brasileira estará entrando em uma nova fase de dependência e vulnerabilidade a fatores externos.

Um cenário de uma economia extremamente sensível aos movimentos do capital internacional e voltada para a geração de divisas capazes de assegurar as condições de pagamento da dívida externa, não é por acaso um cenário favorável aos interesses dos credores externos e ao grande capital internacional. Será apenas a consequência lógica e o cumprimento do objetivo estratégico do Plano.

Ao contrário do que prega o pensamento econômico oficial e liberal a questão da dívida externa não é um assunto resolvido, equacionado, na economia nacional.

O acordo de renegociação fechado com os bancos, além de eternizar nossos compromissos com a dívida, prevê pesadas remessas anuais com o seu serviço, por trinta anos. No período 88/93, que sucedeu a moratória parcial de 1987, para uma dívida de cerca de US\$ 120 bilhões, à época, o Brasil dispendeu em juros e amortizações US\$ 82,5 bilhões, restando ainda a dever, em fins de 1993, um saldo de cerca de US\$ 126 bilhões. Com o acordo de renegociação, que irá segundo a propaganda oficial, aliviar nosso balanço de pagamentos, está previsto, apenas para os próximos sete anos (até o ano 2000) desembolsos com o serviço da dívida no total de US\$ 141,3 bilhões! Representando a transferência anual, para o Exterior, de cerca de 4% do nosso PIB! (ver tabela).

Como estes compromissos são muito pesados, prevê-se a entrada de novos financiamentos para cobrir o *déficit* resultante, que acrescentarão, afora o saldo da dívida atual, um aumento do nosso endividamento externo em mais US\$ 72,8 bilhões. Ou seja, mesmo com este brutal nível de compromisso continuaremos a dever, ano 2000, muito mais do que devemos agora.

A geração de tal capacidade de transferência de riquezas para o Exterior, mesmo para uma economia de dimensão como a nossa, não é fácil. Por isso significa uma grande preocupação para o sistema financeiro internacional. Daí a sua política estratégica de interferir na nossa economia, monitorando nossa política econômica e a insistência de sugestões de planos de estabilização – como o Plano FHC – que venha, a curto e a longo prazo, direcionar a capacidade de nossa economia para este esforço de criar excedentes exportáveis.

O Plano FHC representa a alternativa do capital financeiro internacional e de seus aliados internos para o futuro do Brasil. Além de ser um programa de estabilização ele se encaixa na estratégia de manter e aprofundar a subordinação do País. Entender sua importância e opor-se a sua implementação é tarefa

das forças políticas nacionais e populares.

Neste momento, é lamentável que forças políticas como o PT e o PDT venham se portando na área sindical, pela omissão, e no Congresso Nacional como forças coonestadoras do Plano, numa posição política de aceitação de suas medidas, reivindicando apenas mudanças secundárias, em atitude às vezes de franca colaboração, levados, quem sabe por cálculos eleitorais de curto prazo.

O Brasil vive um grande momento de crise e de definição de seu futuro. Nenhum programa pode nos tirar desta crise, nem garantir um futuro próspero para o nosso povo, sem enfrentar os problemas fundamentais aqui abordados a dívida externa, os grandes oligopólios, a dívida pública interna, a concentração da renda. Construir concretamente este programa é uma tarefa que começa a se impor às forças socialistas e populares.

Uma solução que venha de baixo para cima, não dos gabinetes dos ministérios ou do Banco Central, mas que venha das massas de trabalhadores, tanto do campo como da cidade, e represente os anseios deste enorme exército de deserdados do capitalismo, dos que sempre perdem.

O regime capitalista foi criado e sempre mantido pela violência do Estado das classes dominantes. O último grande estágio do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, começado nos anos 60, iniciou-se com a tomada violenta do Estado por um golpe, e o modelo implantado manteve-se pelo terror da Ditadura. Não caiu do céu nem nasceu pronto. E criar alternativas a ele é tarefa dos socialistas e de todos aqueles amantes da justiça social.

Sendo este sistema tão poderoso, sairmos dos seus liames não será fácil, e poderá custar tanta violência como a empregada para o criar e manter. Mas aos deserdados deste mundo parece não haver nem outra saída nem outra esperança.

LÉCIO MORAIS é economista.

NOTAS

(1) Exposição de Motivos do Ministro da Fazenda 395/93, do Programa de Estabilização, parágrafos 2 e 115.

(2) Exposição de Motivos citada, parágrafo 126.

(3) Citado por Paulo Nogueira Batista Jr., em *Dolarização como Mecanismo de Reforma Monetária*, publicado na revista *Boletim de Conjuntura Internacional*. SEPLAN-PR. Novembro de 1993.

(4) Exposição de Motivos citada, parágrafo 14.

(5) Ver Tabela.

Necessidade de Financiamento Líquido das Empresas Estatais 1989/94, Ministério da Fazenda, Secretaria de Política Econômica, Coordenação de Política Fiscal. Nov/93.

(6) Exposição de Motivos citada.

(7) Ver Relatório Preliminar da Subcomissão Especial de Política Monetária da Câmara dos Deputados Janeiro/94.

A perdulária venda das estatais

EDSON SILVA

O rombo de cem milhões de dólares causado ao Tesouro pelo esquema de corrupção no Orçamento é mínimo frente aos bilhões de dólares que o Brasil já perdeu com as privatizações

Com razão, a opinião pública indignou-se ao saber da prática de corrupção no desvio de verbas do Orçamento da União. Mais revoltada ficaria a nação se tomasse conhecimento de como empresas estatais estão sendo privatizadas e dos ganhos econômicos que virtualmente têm beneficiado funcionários do governo, especuladores do mercado financeiro, empresários e apoiadores dessas privatizações.

A CPI da Corrupção no Orçamento estimou até aqui que o rombo causado ao Tesouro da União poderá passar de 100 milhões de dólares. São pouco mais de 6 mil e 600 salários mínimos de novembro. Com esta soma seria possível construir 100 mil casas populares, de acordo com o programa de Financiamento de Habitações, da Caixa Econômica Federal.

Pois bem, ainda que relevante, o rombo de 100 milhões de dólares, desviados pela máfia do Orçamento, é um *anão* frente aos bilhões de dólares que o Brasil está perdendo com o assalto das suas estatais.

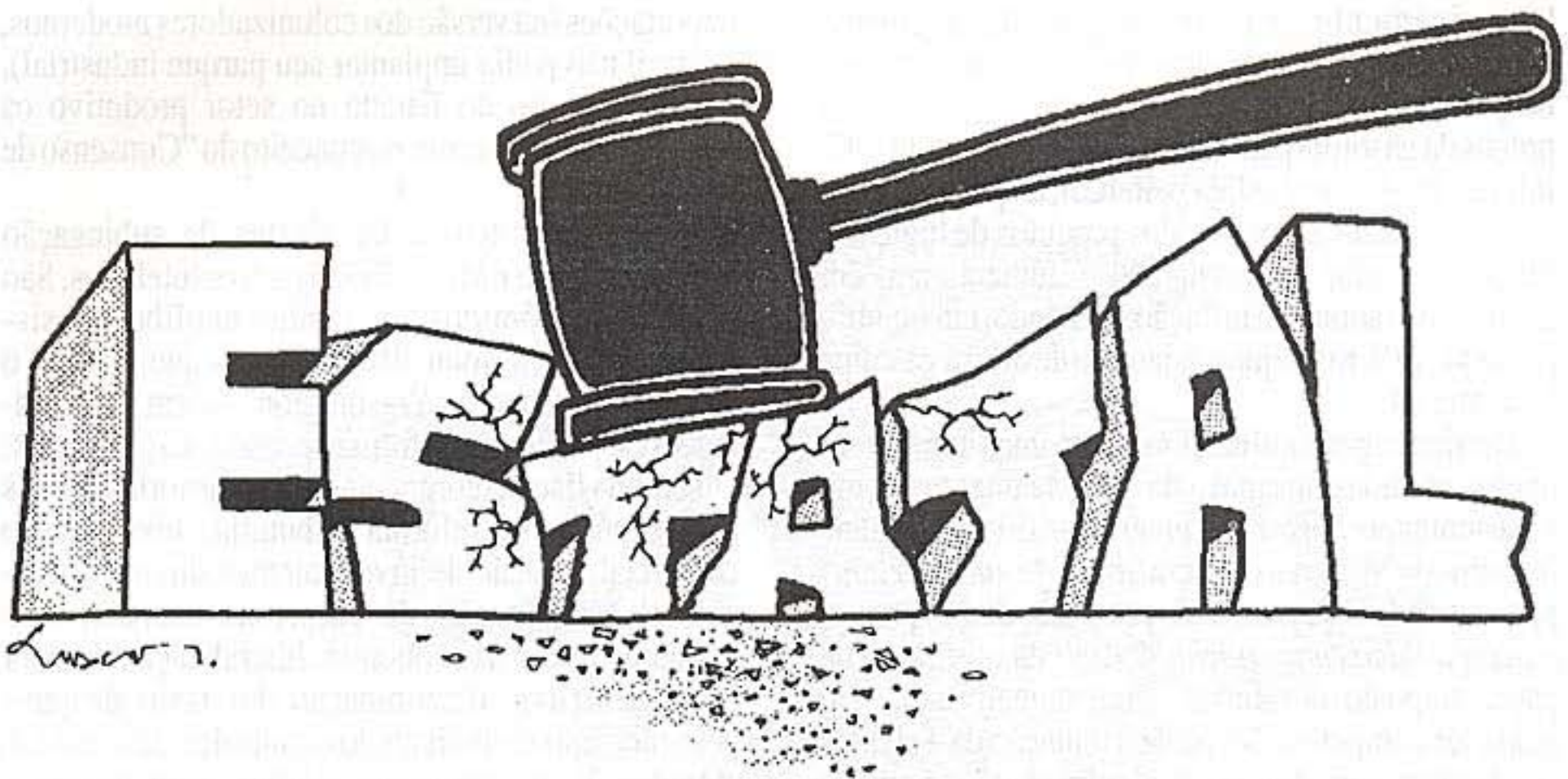
De tal maneira que em reunião da Comissão Diretora do Programa de Privatizações, seu Presidente, André Montoro Filho, ao rebater contestações ao preço mínimo da estatal Ultrafértil, disse, sem pejo, "(...) que 100 milhões de dólares a mais, 100 milhões de dólares a menos não valiam nada".

A participação do investimento público no setor produtivo define, em certa medida – e hoje com maior razão, pela ação danosa dos monopólios privados –, a autonomia e dimensão do projeto nacional de longo prazo. Portanto, seu grau de defesa, independência e soberania política. Dependesse o Brasil da multinacional Bond and Share, que detinha todas as concessões do Brasil litorâneo, a produção de energia elétrica não teria chegado ao patamar dos dias atuais, impulsionado a partir do investimento

público na usina de Paulo Afonso. "Durante sessenta anos, a Light (então estrangeira), a Bond and Share e outras concessionárias, juntas, deram ao Brasil uma capacidade de geração de 6 mil megawatts. A Eletrobrás, em trinta anos – na metade do tempo – deu 50 mil megawatts" – disse o jornalista Barbosa Lima Sobrinho, em entrevista à revista *Veja*. O mesmo se pode dizer do setor de telecomunicações, até pouco tempo sob controle do capital privado, desenvolvido potencialmente e para todo o País a partir da estatal Telebrás. O raciocínio se repete com a produção nacional de petróleo, tornada realidade com a criação da Petrobrás. Nem os *contratos de risco* com multinacionais para extrair o mineral da plataforma continental alteraram essa constatação, na medida em que nada encontraram, ao contrário dos êxitos alcançados pela Petrobrás.

Em nenhum desses e de tantos outros exemplos, não faltaram experiência e capital aos grupos privados, estrangeiros sobretudo. Deixaram de investir por uma conjugação de fatores, em particular a taxa de lucro e, no caso das multinacionais, a estratégica falta de interesse no desenvolvimento da economia brasileira.

É verdade que graves e perniciosas distorções foram cometidas com o investimento público, levando o Estado a comprometer volumosos recursos, desviados da aplicação em serviços essenciais a população, para sanear e em muitos casos passar a controlar empresas privadas secundárias, falidas por má administração financeira ou pela prática de corrupção de seus proprietários. Assim o Estado passou a controlar, dentre tantas outras, empresas como a Livraria Olimpio Editora S/A, Federal de Seguros, Fábrica de Tecidos Dona Izabel, Cia. Melhoramentos Blumenau-Grande Hotel Blumenau, Cia Nacional de Tecidos Nova América, Aracruz Celulose e Hotel da Praia S/A.



A onda privatista, no entanto, não decorre dessas distorções nem a elas quer corrigir. Seus defensores e executores, no governo e fora dele, têm outras alegações. Pretextam, ignorando a análise criteriosa e sensata de nossa experiência, que o Estado é inoperante, que as empresas estatais são deficitárias e sulgadoras dos recursos públicos.

Teria o Brasil uma economia estatizada, como esbravejam os liberais? Estatísticas do Anuário da ONU, de 1991, desmentem essa falácia. Na Alemanha, a participação do Estado no PIB é de 39.38%, na França de 42.1%, na Holanda de 47.65% e na Dinamarca de 51.96%, contra 21.44% no Brasil.

**Muita gente enriqueceu
ilicitamente
com a relação incestuosa
entre o Estado
e o capital privado**



Escondem, francamente, do que se trata. É inquestionável a importância das estatais brasileiras na expansão da economia brasileira. A intervenção do Estado, via empresas estatais, produtoras de insumos básicos e infra-estrutura, fornecedora de bens e serviços, foi decisiva na alavancagem da economia brasileira. E, ao mesmo tempo, vítimas da relação predadora, incestuosa, entre o Estado e o capital privado, dado às práticas irresponsáveis, criminosas e aéticas dos governantes brasileiros. Por elas, muita gente, nas áreas pública e privada, enriqueceu ilicitamente.

Situa-se nesse contexto de improbidade, o expediente de usar empresas estatais como escudo para a contratação de empréstimos externos, destinados a rolagem da dívida e a cobertura de grandes déficits no balanço de pagamentos. Os exemplos são vários. Registro os contratos assinados

em 1976, pelo General Geisel, com o capital europeu, em 1976, da ordem de 1 bilhão de dólares, metade compulsoriamente para importar laminadores – um inglês, um francês e dois alemães. O abacaxi foi passado para a estatal Aço Minas descascar. Nenhum dos dois equipamentos funcionou, embora tenham custado, até abril passado, cerca de 1 bilhão de dólares, entre principal e juros.

Faz parte ainda deste acervo, a sistemática prática de rebaixar os preços dos bens e serviços produzidos pelas estatais como estranha política de governo no combate a inflação e de estímulo às exportações.

Nem por isso, a inflação deixou de ser alta e castigar a economia brasileira, golpeando o poder aquisitivo dos assalariados. Vejamos o que ocorreu com a indústria do cimento, um dos principais oligopólios brasileiros. Segundo estudo da Aepet – Associação dos Engenheiros da Petrobrás – a tarifa de energia elétrica industrial teve uma perda real média, mês a mês, de 22%, entre janeiro de 80 e fevereiro de 93, frente à inflação do período, medida pelo IGP da Fundação Getúlio Vargas. Considerando-se que metade dos custos de produção do cimento é representado pelo consumo de energia elétrica, o ganho real médio, mês a mês, da indústria cimenteira foi de 31% nos últimos 13 anos. “Admitindo ainda que a outra metade dos custos de produção do cimento inclui a mão-de-obra, que, no mesmo período, teve uma perda real média, mês a mês, de 32% em relação à inflação, pode-se concluir que o oligopólio do cimento praticou nesses 13 anos um lucro real médio arbitrário e inadmissível, no mínimo, mês a mês, de 79%, pois ainda ter-se-ia que levar em conta os demais insumos do custo de produção, tais como os combustíveis e a extrativa mineral que tiveram perdas reais, superiores às da energia elétrica industrial”, sentencia o documento da Aepet.

A mesma defasagem tem se verificado

historicamente com os preços da gasolina. Levantamento circunstanciado da Aepet mostra que, no período de janeiro de 80 a outubro de 1993, os preços da gasolina para o consumidor estiveram 30% inferior à inflação medida pelo IGP, ao passo que, no mesmo período, os preços dos produtos de higiene e limpeza – setor oligopolizado – aumentaram, em média, 36% acima da inflação, custando, em outubro passado, 77% mais que em janeiro de 80 e a gasolina 57% menos.

Desde o regime militar, os governantes impuseram outras medidas insanas, de garroteamento, como insustentáveis cortes nos investimentos das estatais lucrativas; o desvio compulsório de suas receitas para outros fins que não os do progresso das empresas; a taxa discriminatória, do tipo da obrigação de pagar Imposto de Renda com antecipação, sem qualquer compensação, ou da tributação da Telebrás "(...) sobre serviços de comunicações", enquanto serviços de televisão e ráiodifusão estão isentos; a obrigatoriedade de a empresa pública usar parte de sua receita na compra de Títulos do Tesouro Nacional e assim por diante.

Eram inevitáveis a descapitalização (que conduziu à perda de produtividade e de competitividade no mercado internacional), o sufocamento de várias estatais e o sucateamento de outras, para o que também concorreram administrações irresponsáveis, cúmplices conscientes do golpe contra o patrimônio público. Poucas estatais escaparam dessa saga.

A tudo isso, os privatistas, culposa e hipocritamente, mistificam, chamando de inoperância, o que de fato atende por outro nome: *privatização do Estado*. Ela operou como mecanismo de transferência de renda do setor público para o privado, uma das peças-chave da acumulação capitalista brasileira.

A privatização do Estado se deu pela transferência de renda do setor público para o privado



Essa perdulária privatização do Estado, convenientemente manipulada pelos monopólios, esgotou-se historicamente. A fonte definhou, de tão bombeada. Mas ela foi apenas um elo da complexa engrenagem acionada pelo capital financeiro, nacional e estrangeiro, para usurpar o Estado brasileiro (fenômeno verificado por igual nos demais países da América Latina), até levá-lo à profunda crise financeira e fiscal dos dias de hoje.

Sem escrúpulos, o chamado "Consenso de Washington" estabeleceu um diagnóstico singular da crise, desconhecendo as bases das dificuldades para onde o Brasil e a América Latina foram arrastados.

Não fora a dependência – e ao que ela era próprio – mas o modelo de industrialização, que substituiu

importações (na versão dos colonizadores modernos, o Brasil não podia implantar seu parque industrial), e a intervenção do Estado no setor produtivo os responsáveis pela crise, no conceito do "Consenso de Washington."

Diagnóstico distorcido, ajustes de subjugação articulados pelo FMI e o BIRD para os tutelados. São ajustes econômicos de cunho neoliberal, sistematizados por John Williamson – que cunhou o termo "Consenso de Washington" –, em 10 orientações de políticas e reformas econômicas. São elas: Disciplina fiscal, reordenamento nas prioridades dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização comercial, atração de investimentos diretos estrangeiros, privatização de empresas estatais, desregulamentação da economia, liberalização do setor financeiro (livre determinação das taxas de juros pelo mercado e abolição dos controles de câmbio), manutenção de taxas de câmbio competitivas e proteção a direitos autorais.

Os resultados são draconianos para os países do Continente. Suas transferências líquidas de recursos para o exterior são fantásticas, somando US\$ 24 bilhões ao ano, entre 1982-1988. Só o Brasil transferiu o impressionante volume de US\$ 74,749 bilhões nos 6 anos do período, soma que se eleva a mais de US\$ 120 bilhões, de 1983 a 1992.

Tamanha evasão de recursos para o exterior e a escassez de créditos comprometeram violentamente as finanças públicas. A capacidade de investimento do Estado foi se restringindo. É ilustrativo o encolhimento do PIB. No Brasil, sua taxa real média de variação anual do PIB passou de 7.36%, entre 1972 e 1980, para 1.1% no período de 1982 a 1988, índice que é negativo se se toma em conta o intervalo de 1982 a 1992.

Pelo exposto fica visto que os ajustes determinados pelo FMI, dentre os quais as privatizações de estatais, visavam assegurar o pagamento dos compromissos assumidos no exterior, pelo que, ao mesmo tempo torpedeava-se o potencial de desenvolvimento do Brasil. Esses os objetivos dos ajustes e não a pretensão de dar eficiência e competitividade à economia brasileira, apresentados com tanta generosidade e grande carga de hipocrisia. Tratam a cada de um de nós como se fôssemos gente estúpida, um bando de idiotas.

Note-se que o Orçamento da União, em consequência da crise financeira a que foi conduzido o Estado pelo endividamento externo, reduziu ano a ano os investimentos públicos, devendo em 1994 cair dos US\$ 5.02 bilhões de 1993 para US\$ 3.32 bilhões, ao tempo em que tem crescido o desembolso da parcela destinada a rolagem da dívida externa e interna.

O passo seguinte, na estratégia de desmonte do Estado enfraquecido, foi o golpe demolidor no patrimônio público, mediante a venda de seus ativos

constituídos pelas estatais, a essa altura igualmente debilitadas, salvo raras exceções. São muito esclarecedoras as recomendações do Seminário Internacional de Desregulamentação, realizado em Brasília, no início de agosto de 1992, com apoio financeiro do Institute for Policy Studies, de Washington. “Já que o propósito implícito do processo de privatização é promover o desenvolvimento eficiente do setor privado, as *instituições de salvaguarda* (grifo nosso) devem também servir como mecanismos para limitar possíveis desvios do curso pretendido da privatização (...) As instituições de salvaguarda podem assumir diferentes formas, desde procedimentos formais de regulamentação até substitutos informais como o papel dos partidos.”

Conservadores e social democratas são os defensores das privatizações e do voto distrital misto



Sobre estes, o documento vai direto ao assunto: “Quanto mais alta a probabilidade de mudanças no poder relativo dos grupos de interesses, mais alta a probabilidade de que os regulamentos sofrerão mudanças. Alguns sistemas eleitorais dão mais campo que outros para o reflexo das mudanças eleitorais.”

Seria miopia deixar de ver a conexão das atitudes, conceitos e práticas dos agentes desse processo – os partidos conservadores e social-democratas, justo os que mais defendem o programa de privatizações. Os mesmos que sustentam as reformas políticas antidemocráticas, parte delas já aprovada pelo Congresso Nacional, como a nova legislação eleitoral e a lei Orgânica dos Partidos, em tramitação. A primeira exarcebou a já grande influência do poder econômico nas eleições e a segunda objetiva restringir o número de partidos com representação parlamentar. Ambas tendem a enquadrar as dissidências nos partidos do *status quo* e sobretudo dificultam a ação parlamentar dos partidos populares, tornando a atividade legislativa ainda mais elitizada. Outras *salvaguardas*, como o *voto distrital*, pretendem ver seladas na *Revisão Constitucional* enfaticamente sustentada pelos partidos defensores do chamado *Estado mínimo*.

Referindo-se ao Judiciário, as instruções do Seminário, ministrado por professores norte-americanos, são muito concretas: “(...) em países com sistemas judiciários razoavelmente bem desenvolvidos e em funcionamento, tais como Costa Rica ou Chile, até certo ponto, podemos considerar o acesso ao Sistema judiciário como uma salvaguarda para os interesses dos investidores privados, e de forma mais geral, isso atende a intenção regulamentária original (...) Países como o Brasil, onde o Sistema judiciário não é confiável, pode-se ter que

empregar métodos alternativos (o grifo a vergonhoso absurdo é nosso) para salvaguardar os interesses de investidores privados.”

Não se perca de vista que nenhuma ação judicial contra as privatizações no Brasil prosperou, por maiores que tenham sido as evidências de irregularidades, apontadas nas ações judiciais.

O processo de privatização no Brasil passa por sua terceira fase. Iniciou-se em 1981, com a criação, pelo Decreto 86.215/81, do Programa Nacional de Desburocratização, estendendo-se até 1984, fase em que 20 empresas estatais foram privatizadas. Na segunda etapa, de 1985 a 1989, outras 18 tiveram o mesmo fim.

Denúncias junto ao poder judiciário interromperam o processo. Por pouco tempo, já que, em 1991, seria retomado e intensificado a partir do governo Collor. Desde então, 24 empresas dentre as mais importantes, com participação majoritária ou não do Estado, foram transferidas para o capital privado.

O governo, com o assentimento da maioria do Congresso Nacional, estabeleceu uma legislação casuística, a começar pela Lei 8.031, de 12 de abril de 1990, frequentemente alterada, seja para tentar *tapar buracos* institucionais, cercando o Programa de Privatizações com normas legais de duvidosa constitucionalidade, seja para assegurar ao capital privado condições vantajosas na alienação dos ativos públicos.

A própria 8.031, definidora das regras e objetivos fundamentais do PND, é uma lei delegada. Ela instituiu a Comissão Diretora do PND, a quem foram atribuídas competências como, a de “(...) aprovar ajustes de natureza operacional, contábil ou jurídica, bem como o saneamento financeiro de empresas, que sejam necessários à implementação dos processos de alienação” (inciso VI, art. 6º); ou “(...) aprovar as formas de pagamento das alienações” (inciso IX, do mesmo artigo).

São poderes extraordinários concedidos a uma Comissão integrada por “cidadãos brasileiros de notórios conhecimentos”, que exercem essas funções sem remuneração (!). Surpreendente que seja assim numa Comissão com tantas e tão relevantes responsabilidades (em tese, pelo menos), em que se supõe trabalho árduo e dedicação exclusiva.

Um desses integrantes, o coronel Rui de Castro, referindo-se às empresas estatais, disse em depoimento na CPI das Privatizações, que “(...) não conhecia a área e o papel delas”, etc. Quando lhe perguntei como tinha chegado à Comissão, respondeu com uma pérola: “O Presidente da República ligou para minha casa – nem o conheço, nunca o vi. Eu estava há 15 anos no ostracismo, cuidando de meus netos na minha primeira empresa e sua Excelência convidou-me para ser membro da coisa e eu, dentro da idéia de que o Presidente, quem quer que seja hoje, precisa ser apoiado, respondi: Pois, não, Presidente.

Com muito prazer e muita honra. O Congresso Nacional depois, para surpresa minha, aprovou meu nome. O que vou fazer?"(!)

Privatizações em curso demonstram completo descalabro com patrimônio público brasileiro



Que ganharam o Estado e a nação brasileira com o Programa de privatizações? Segmentos inteiros já foram privatizados: oito empresas siderúrgicas, sete petroquímicas, quatro de fertilizantes, uma de material aeronáutico, uma de material de transporte, uma de navegação fluvial, uma do setor de elastômeros e uma da química básica passaram totalmente para o capital privado.

Confrontemos os *seis objetivos fundamentais do Programa*, assinalados no art. 1º da Lei 8.031, com os resultados concretamente alcançados:

Primeiro: "(...) reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público".

Quem definiu qual deva ser a posição estratégica do Estado na economia? De acordo com que política industrial e com que projeto de desenvolvimento? Em que áreas é imperativa a presença do Estado para assegurar o progresso e preservar a sociedade brasileira da sanha dos monopólios ambiciosos de lucro máximo e da ingerência estrangeira, comprometedoras da soberania nacional?

Não há qualquer compromisso com essas preocupações, nem com um projeto estratégico realizador do poder do Brasil e da afirmação de seu povo. Miseravelmente as elites brasileiras, seus escribas e pensadores tupiniquins chamam a isso de xenofobismo dinossauriano. O Haiti, agachado, pela ação de seus dirigentes, acaba de pagar um preço alto, desonroso para seu povo, frente ao embargo petrolífero decretado pelas Nações Unidas, a mando dos EUA, sob pretexto de *restaurar a democracia* naquele país. A Texaco, a Shell e a Esso, que distribuía combustível no Haiti, suspenderam seu fornecimento aos postos de gasolina, num insólito afronto às leis haitianas, para se somarem à chantagem do embargo. Resultado: a escassez de combustível prejudicou o transporte público e a eletricidade, já racionada, ficou ainda mais reduzida. A Cia. Telefônica estatal, que utiliza geradores a diesel, foi igualmente atingida. "Sobrou petróleo nos depósitos das multinacionais e faltou nas bombas" – comentou a imprensa. Um porta-voz do governo norte-americano disse, num tom de intolerável ameaça, que Washington consideraria *muito grave* qualquer tentativa do exército haitiano de abrir os depósitos de gasolina através da força.

Falar em reordenar a posição estratégica do Estado, sem considerar o cenário das relações internacionais desiguais, de dominação, equivale a abrir a guarda, por-se de costas para os interesses do povo brasileiro e se expor à dominação imperialista.

Orientados por essa execrável concepção, privatizou-se a participação do Estado na indústria de fertilizantes, essencial para o aumento da produtividade na agricultura. Por ironia, no momento em que se fala de combate à fome, a oferta de um insumo básico para a produção de alimentos fica sujeito às *regras do mercado*, que só obedecem ao interesse do maior lucro possível.

Com absoluta irresponsabilidade, foram passadas à iniciativa privada empresas de grande porte, ligadas aos setores já citados, privilegiando as mais rentáveis, sem considerar princípios lógicos de produção de matérias primas e produtos finais, que propiciassem maiores retornos ao governo. Como assim não foi feito, empresas que vierem a se manter nas mãos do Estado ou que venham a ser leiloadas terão seus preços obviamente aviltados.

Segundo: "(...) contribuir para a redução da dívida pública, concorrendo para o saneamento das finanças do setor público."

Efetivamente, de tão grave, a dívida pública, contraída nas condições já comentadas exige solução soberana, rápida e criteriosa, sob pena de continuar onerando o Tesouro e gerando *déficits* que são cobertos com a contratação de novas dívidas, a juros sempre mais elevados.

Como o governo não tem nem vontade nem força política para enfrentar a dívida, o *déficit* público continua crescendo, alimentando a crise financeira do Estado e a inflação. Para evitar um rombo maior, a tecnocracia governista *corta gastos indispensáveis*, arruinando drasticamente os serviços públicos oferecidos à população, *aumenta impostos*, que invariavelmente penalizam os assalariados, e *aumenta a recessão*, com todas as consequências que ela implica para o povo trabalhador.



Estatais vendidas a preço de banana não contribuem na redução do déficit público

Conduzir a alienação dos ativos públicos da forma como está sendo tratada, para pretensamente sanear as finanças do setor público, levou a que o patrimônio das empresas privatizáveis, desvalorizado histórica e circunstancialmente, fosse dilapidado pelo próprio método de avaliação – o do fluxo de caixa descontado – via premissas falsas e indicadores manipuláveis. Na avaliação da Aço Minas, por exemplo, as empresas de consultoria estimaram, sem qualquer razão sólida, um ilusório aumento real de 50% nos salários dos

trabalhadores, contribuindo com hipóteses desse tipo, para a fixação de um preço mínimo subavaliado da empresa leiloadas. Já na Copesul, central de matérias-primas do polo petroquímico do Rio Grande do Sul, os consultores contratados pelo BNDES, desvalorizaram o preço da empresa, tomando como base a exposição de motivos 649, dos então Ministros João Santana e Marcílio Marques Moreira, do início de dezembro de 91, pela qual, até o final de 92, pretendia-se equiparar o preço da nafta produzida nas refinárias brasileiras ao equivalente a 20% superior ao preço médio do óleo importado Brent. Se fosse aplicada a exposição interministerial, o que evidentemente não ocorreu, o preço da nafta produzida pela Petrobrás, deveria, na segunda quinzena de novembro último, ser de US\$ 168/t e não os US\$ 140/t comercializados pela Petrobrás, bem abaixo portanto dos preços no mercado internacional.

A disponibilidade patrimonial das empresas avaliadas foi, em todos os casos, criminosamente desprezada pelas consultorias contratadas. Dados do BNDES informam que 12 estatais privatizadas tinham um patrimônio líquido contábil de US\$ 4.766 bilhões e foram vendidas por 81.1% desse valor, ou US\$ 3.863.7 bilhões.

O cenário é o de sempre avaliar por baixo o preço da estatal a ser privatizada. As empresas avaliadoras, por cláusula de contrato, receberam, em cada leilão, um prêmio de 0.35% do valor de venda – em dinheiro vivo – se mais de 70% da empresa fosse vendida. Tendiam, logicamente, a baixar o valor mínimo de venda para embolsar a comissão contratada.

Além disso, a própria publicidade veiculada pelo programa, além de onerosa, serviu para depreciar os ativos postos em leilão. Foram gastos, somente em 1992, US\$ 53 milhões para avaliar e tornar público que as empresas oferecidas em leilão eram obsoletas, *inchadas* e pouco produtivas.

Soma tão elevada com publicidade não significa transparência. A Lei 8.031 determina que as informações básicas sobre os leilões sejam vinculadas no Diário Oficial e em dois jornais de notória circulação nacional. Os editais publicados em vários jornais do País, como matéria paga, são em diversos casos, meras formalidades, na medida em que já se sabe, principalmente os principais atores envolvidos no processo, quem serão os *arrematantes* da empresa a ser alienada, sem qualquer exercício mais elaborado de premonição.

Usar o patrimônio público para sanear as finanças do governo deu lugar a uma escandalosa negociata de que a nação desconhece sua real dimensão. A decisão tomada pelo ex-governo Collor, posteriormente aprovada pela maioria do Congresso Nacional, levou a que um grupo de privilegiados comprasse papéis do governo, como Títulos da Dívida Agrária e Debêntures da Siderbrás, por seu valor no mercado com deságio de 80% ou mais para depois, por ocasião

dos leilões das estatais, revenderem com deságio bem menor ou utilizá-los diretamente, com 100% de seu preço de face, na compra do patrimônio público. Dívidas do governo com empreiteiros e créditos do IPI dos exportadores de café foram, por decisão da Comissão Diretora do Programa de Privatizações, convertidas em títulos de privatização. Muito provavelmente, dívidas do governo que ainda não eram tidas judicialmente como líquidas e certas foram da mesma forma carimbadas como títulos de privatização. Participação acionária em estatais leiloadas foi adquirida com títulos públicos vencidos, quando a Lei 8.031, no inciso II do Art.16, dispõe textualmente sobre "(...) detentores de títulos da dívida interna vencidos".



Falta de investimentos não é a causa principal da eventual situação precária das empresas

É sintomaticamente curioso que a Medida Provisória 362, de 25 de outubro passado, já reeditada por 2 vezes, estabeleça, no inciso II do Art.16, a "(...) preservação dos créditos já aceitos em leilão como meio de pagamento no PND" (Programa Nacional de Desestatização), numa espécie de convalidação de irregularidades anteriormente cometidas. Com base nas Resoluções 780/92 e 786/92, o BNDES, que por muito tempo teve como seu principal dirigente o mesmo Presidente da Comissão Diretora do PND, Eduardo Modiano, adquiriu no mercado títulos públicos pelo seu valor de face para depois repassá-los aos potenciais compradores das estatais, em condições de financiamento privilegiadas, com juros de 2.5% ao ano, 2 anos de carência e 10 anos de prazo de pagamento. *Um grande negócio* – após o leilão, o empresário privado toma posse da empresa imediatamente, valendo-se de um financiamento também público, com prazos dilatados, dando como garantia as próprias ações da estatal adquirida no leilão!

Tamanhos desfalques ao erário público superam em muito as falcatruas do esquema PC e mais ainda a roubalheira da *máfia do orçamento*.

De mais a mais, não é inteiramente realizável o objetivo de trocar ativos públicos pelo saneamento da dívida. Em muitos casos, como os que envolvem participação acionária da Petroquisa, ocorre uma mera transferência, após o leilão, de papéis do BNDES para outra empresa pública, no caso a Petrobrás, que os registra contabilmente como entrada de recurso, por ele pagando imposto de renda, acarretando consideráveis prejuízos a seus acionistas minoritários. Os títulos da dívida, na realidade, apenas trocam de detentores no âmbito do próprio setor público. Concretamente, a Petrobrás recebeu goela abaixo US\$ 1.407 bilhão pela privatização de sua

participação acionária, minoritária ou não, em 9 empresas da área petroquímica.

Terceiro: "Permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que vierem a ser transferidas à iniciativa privada."

Não é o que se tem observado. Se fosse esse mesmo o interesse, o edital de leilão estabeleceria necessariamente uma cláusula tratando do enunciado nesse terceiro objetivo. O inciso I, do art. 53 do Dec. 724 – um dos tantos da parafernália legal que trata das privatizações – diz apenas que os adquirentes obrigam-se a realizar "(...) os investimentos necessários e vinculados à recuperação ou preservação do meio ambiente".

A primeira atitude do novo proprietário tem sido invariavelmente demitir trabalhadores e agilizar o potencial latente não mobilizado anteriormente. Não parece ser a falta de investimentos a causa principal da eventual situação precária de algumas empresas, antes estatais. Na realidade, elas já se encontravam privatizadas, mesmo que com participação ou controle acionário formal do Estado. Nos últimos anos foi exatamente o capital privado quem mais se locupletou das empresas estatais, via imposição do controle de preços.

**Venda de 24 estatais
rendeu, em
dinheiro vivo, 150,3 milhões
de dólares.
Ou apenas 0,55% do total**



• 18 •

Estatais em dificuldades, vendidas a preços subavaliados, repentinamente se tornam lucrativas. É ilustrativo, dentre outros, o exemplo da Usiminas, que, nos últimos cinco anos e meio anteriores à privatização, havia acumulado fortes perdas. No mês em que foi leiloada, a empresa, frente à inflação, contabilizava uma defasagem de 66 pontos percentuais nos preços de suas chapas de aço, fazendo com que, na metodologia das empresas de consultoria contratadas, repercutisse para baixo o preço de sua avaliação para leilão. Em seguida à privatização, o governo liberou os preços das chapas e seis meses depois, a empresa já acumulava ganhos reais de 75%, somando 93%, entre março de 1991 e março de 1993. Não é difícil, assim, entender seu lucro de US\$ 125 milhões no 1º semestre deste ano. Por sua vez, a Cia. Siderúrgica Nacional, pouco tempo depois de privatizada, tinha aplicado na ciranda financeira CR\$ 300 milhões, segundo noticiou a imprensa, sem qualquer investimento de seus novos proprietários.

É bom lembrar que parcela significativa dos adquirentes das empresas públicas é de banqueiros, que, tanto quanto entidades de previdência privada, sociedades seguradoras e de capitalização, haviam adquirido compulsoriamente *Certificados de Privatização*, emitidos pelo Tesouro Nacional e

criados pela Lei 8.018, de 11 de abril de 1990, um dia antes da promulgação da Lei 8.031, que criou o Programa Nacional de Desestatização – PND.

Essas instituições, em geral testa de ferro de monopólios, constituíram-se nos maiores investidores do PND, entre 1990 e 1992. Banqueiros adquiriram 45.4% da Cia. Siderúrgica Tubarão, 65% da Cosipa (Bozano Simonsen), 23.4% da Aço Minas, 28.2% da Usiminas, percentual que sobe para 54.3% somando a participação das entidades de previdência privada – EPPs –, 45.8% da Celma, passando para 51.5% com as EPPs, 18.6% da Acesita, passando para 54.7% com as EPPs, 35.6% da CSN – Cia. Siderúrgica Nacional – se elevando para 46% com as EPPs, etc. Desnecessário falar da lógica do capital financeiro. O mais certo de ocorrer é o Estado *bancar* a maior parte dos investimentos que, de acordo com os interesses do capital privado, vierem a ser alocados nos segmentos desestatizados.

Quarto: "(...) contribuir para a modernização do parque industrial do País, ampliando sua competitividade e reforçando a capacidade empresarial nos diversos setores da economia."

O que foi dito acima se aplica a esse quarto objetivo da Lei 8.031. Parcela significativa dos adquirentes das estatais não possui em seu currículo qualquer vínculo com as atividades que agora se propõem desenvolver. Virtualmente o próprio Estado é quem fará os aportes de capital nos segmentos privatizados, hipótese que é reforçada pela formação de oligopólios nestes segmentos, com seu peculiar poder de pressão política.

Quinto: "Permitir que a administração pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais."

Ora, tal seria possível se o PND propiciasse os recursos necessários. Já foram privatizadas 24 empresas controladas pelo Estado ou com sua participação acionária minoritária. O saldo é um resultado pífilo. Segundo a publicação *Informações Básicas do PND*, outubro de 1993, do BNDES, a venda dessas 24 empresas totalizou US\$ 6.564.6 bilhões, dos quais apenas 0.55%, ou US\$ 150.3 milhões em dinheiro. 95.5% desses recursos vieram tão somente da privatização de 4 das 24 estatais vendidas. A alienação de 16 delas não rendeu um só cruzeiro real para os cofres do governo, proprietário do patrimônio vendido! Registro ainda que a União aportou nestas empresas recursos da ordem de US\$ 27.1 bilhões, obtendo com sua venda irrisórios 24.2% desse volume. Um escândalo!

Os defensores da privatização alegam que, mesmo não havendo ingresso significativo de recursos em *moeda viva*, o governo deixará de aportar dinheiro nas empresas já privatizadas. Falsa premissa. Das 33 empresas já privatizadas ou em processo de privatização, 16 não receberam qualquer recurso

público nos últimos dez anos, segundo a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação. Dos US\$ 21 bilhões investidos nesse período, US\$ 8 bilhões o foram na Rede Ferroviária Federal e US\$ 13 bilhões no setor siderúrgico. Significa dizer que, em muitos casos, como no do setor petroquímico, por exemplo, o governo não só se desfez de empresas em que nada aplicou de recursos públicos no período citado, como deixou de receber dividendos advindos de unidades lucrativas.

Sexto: "(...) contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, através do acréscimo da oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital das empresas que integrem o Programa."

Rés redundância. Transferir a participação do Estado em empresas públicas para oligopólios privados não é a melhor definição nem o melhor exemplo de democratização do capital. O que se observa à luz dos fatos é exatamente o contrário do que a Lei 8.031 objetiva. O desrespeito flagrante à Lei 6.404/76, com grandes prejuízos para os acionistas minoritários, a partir do próprio governo, implica em descrédito para futuras chamadas que objetivem a captação de recursos da poupança da população para projetos estratégicos. 450 mil acionistas minoritários da Petrobrás/Petroquisa investiram suas poupanças em ações destas empresas, que estão sendo trocadas por moedas podres. Esses mesmos acionistas minoritários assistem, ainda, à diluição de seu patrimônio, pelo pagamento de tributos, em dinheiro, decorrente da aplicação do próprio PND.

No setor petroquímico, concretamente, a pulverização pretendida do capital é simplesmente impossível em função de acordos de acionistas, que, se julgarem oportuno, podem exercer o direito de preferência que lhes é assegurado e adquirir o patrimônio público alienado, geralmente por seu preço mínimo. Seis das nove participações acionárias do Estado no setor petroquímico foram adquiridas nestas condições, pelo preço mínimo.

**Brasil perde ciência
e tecnologia
acumuladas ao longo
dos anos
por várias estatais**



Com a privatização de importantes estatais e a ameaça de alienação de outras, pior do que os graves prejuízos financeiros é a perda para o Brasil do desenvolvimento tecnológico que várias dessas empresas haviam acumulado a duras penas, insuficiente para seu porte e volume de recursos, mas uma valiosa base para a afirmação de alguma soberania. Perde, para as ambições de lucro do capital privado, o saber tecnológico de uma Cia. Siderúrgica Nacional – CSN – e Usiminas na produção de determinados

tipos de aço. E está sob a ameaça de perder conquistas avançadas da Telebrás, da Embratel, da Petrobrás, esta contemplada, em maio de 1992, no Texas, EUA, com o notável prêmio internacional – equivalente ao *Nobel* da indústria de petróleo – outorgado por um júri internacional, por ter sido considerada a empresa que mais avanços conseguiu na tecnologia de extração de petróleo em águas profundas. Não só aí. Há pouco, a Petrobrás venceu concorrência internacional na Índia, competindo com a Shell, a Exxon e a Mobil, no fornecimento de óleos lubrificantes, pelo que assinou dois contratos da ordem de US\$ 4.7 milhões.

O balanço dos *ajustes* é dramático para toda a América Latina. Segundo estimativas da CEPAL, o número de habitantes no continente vivendo na pobreza e na indigência aumentou de 136 milhões (41% da população) em 1980 para aproximadamente 196 milhões (46% da população) em 1990. Sabe-se por dados da imprensa que mais de um milhão de argentinos estão sem trabalho e um número igual se mantém à base de trabalho temporário. É ainda a Cepal quem informa sobre a evolução do PIB na região: na Argentina, a média de crescimento no período do *ajuste*, de 1989/1992, foi de 1.8%, contra 3.4%, entre 1965/1980; no México foi de 3.5% contra 6.5%; no Peru foi de -4.3% contra 3.9%; na Colômbia de 3.1% contra 5.7% e assim por diante.

A CPI das privatizações que integrei no Congresso Nacional, e para qual me dediquei, foi incapaz, por sua maioria conservadora, de investigar devidamente, como era de sua obrigação, os evidentes indícios de irregularidades deste deplorável programa de governo, nascido no corrupto governo Collor e levado adiante na cambaleante gestão de Itamar Franco. Emblemático dessa omissão irresponsável foi a resistência de deputados e senadores, vários deles citados e indiciados na corrupção do Orçamento, inclusive o Presidente da CPI, deputado Ézio Ferreira (PFL/AM), em aprovar a quebra do sigilo bancário e fiscal de mais de uma dezena de empresários e técnicos do governo, envolvidos diretamente com a execução do Programa de Privatizações e dele beneficiários.

Defender empresas estatais necessárias ao desenvolvimento econômico do Brasil não significa aceitar irregularidades e distorções que nelas há, nem tampouco partilhar de *corporativismos*, igualmente nocivos à sociedade brasileira. Sustento a conveniência de a sociedade ter mecanismos de controle sobre a gestão e desempenho das estatais, pelos quais ela possa tomar conhecimento do que se passa no patrimônio público e pressionar pela correção de desvios de suas reais funções econômico-sociais.

EDSON SILVA é economista e deputado federal, PCdoB-RS, foi membro da CPI da Privatização. O presente texto será publicado como separata da Câmara Federal.

Rio de Janeiro: causas e perspectivas da crise

MARCELO JOSÉ LOPES DE SOUZA

O Rio é hoje o maior símbolo brasileiro da pobreza, violência e desigualdade social. A partir dele, pode-se refletir sobre a questão urbana de qualquer metrópole brasileira

O presente artigo sintetiza as análises de alguns capítulos da dissertação de doutorado *Armut, sozialräumliche Segregation und sozialer Konflikt in der Metropolitanregion von Rio de Janeiro. Ein Beitrag zur Analyse der "Stadtfrage" in Brasilien (Pobreza, segregação sócio-espacial e conflito social na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Uma contribuição para a análise da "questão urbana" no Brasil)*, submetida em 1992 ao Instituto de Geografia da Universidade de Tübingen (Alemanha) e recentemente publicada pela editora do mesmo instituto.

A metrópole carioca, conquanto seja provavelmente o melhor símbolo, no Brasil, da pobreza, da desigualdade e da violência que estas produzem, foi para o autor apenas um "laboratório privilegiado", e vem aqui na conta de um *exemplo*. Pretendeu-se, a partir do Rio de Janeiro, refletir sobre o agravamento da "questão urbana" no Brasil. Descontando as particularidades concernentes às escalas intranacionais, os grandes fatores de problemas sociais e sócio-espaciais que se originam e operam nos níveis nacional e internacional dizem respeito, evidentemente, a todas as metrópoles brasileiras, de Porto Alegre a Belém. O mesmo vale para os desafios rumo a uma cidade mais justa e humana. Para os não-cariocas, portanto, à parte diferenças de intensidade: a história é também sobre vocês!

1. As escalas dos fatores da crise urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Quatro são os níveis de análise fundamentais a considerar para se responder à pergunta "quais são os fatores da crise urbana na metrópole do Rio de Janeiro?":

- A *escala internacional*, correspondendo ao capitalismo global ou sistema mundial capitalista. A

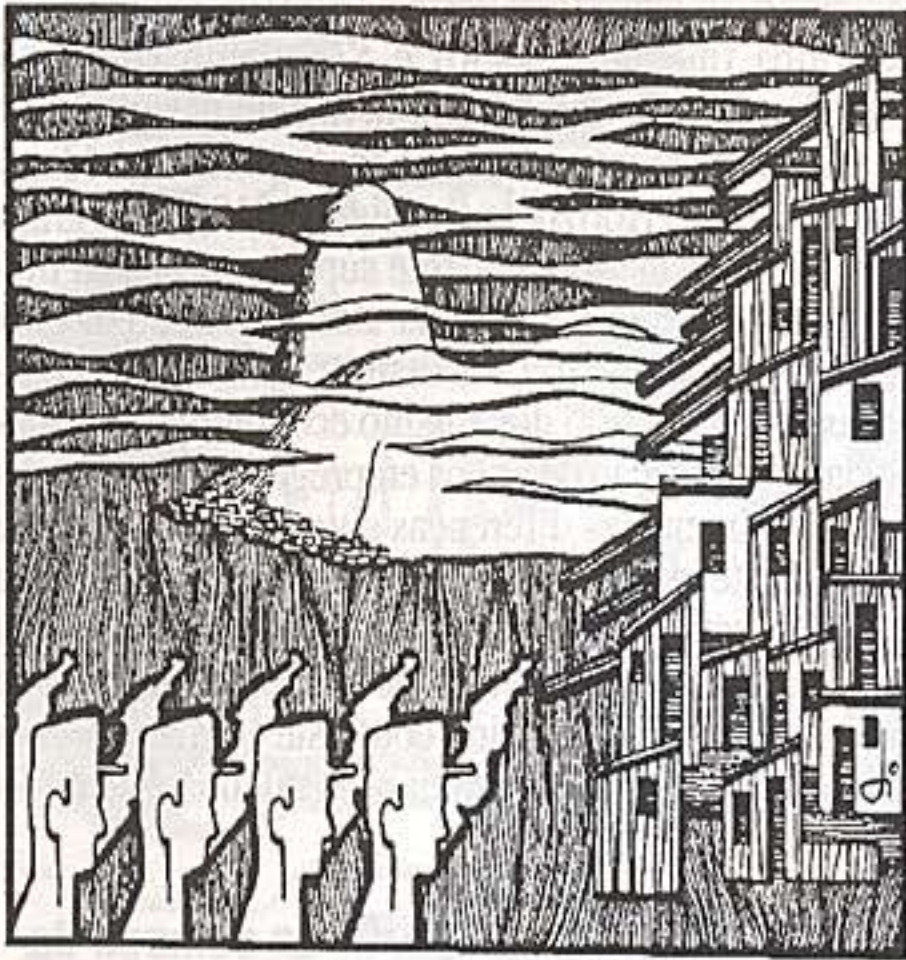
esse nível pode-se identificar a constituição histórica do que se convencionou chamar de "subdesenvolvimento" ou, mais especificamente, dos chamados *fatores exógenos* do "subdesenvolvimento", em contraposição aos *endógenos*, os quais devem ser em uma primeira aproximação buscados dentro das fronteiras de cada país¹.

- A *escala nacional*, a qual diz respeito às especificidades da formação social brasileira em termos de disparidades sociais e sócio-espaciais.

- A *escala sub-regional*, a qual coincide com o Estado do Rio de Janeiro. Mais importante que a alusão à "Região Sudeste", ou seja, à moldura regional propriamente dita em que se acha inserida a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, é, do ponto de vista dos problemas econômicos e sociais, a apreciação da crise econômica crônica do Estado do Rio de Janeiro e das suas consequências para a escala local.

- A *escala local*, a qual corresponde tanto à metrópole como um todo quanto aos municípios que a compõem.

No que tange à *escala internacional* já se tornou lugar-comum a referência aos vertiginosos processos de urbanização e metropolização que, se bem que em graus diversos, atingem quase todos os países do "Terceiro Mundo". Tanto as expressões sócio-espaciais da problemática urbanização terceiro-mundista (multiplicação de favelas, crescimento de periferias pobres, expansão do setor informal da economia) quanto suas causas imediatas (migrações campo-cidade, dificuldade de absorção da mão-de-obra migrante pelo setor formal, incapacidade do Estado de prover condições de vida dignas às populações urbanas) e mediatas (concentração fundiária, "deformações" do padrão tecnológico e concentração espacial da industrialização, repartição ex-



tremamente desigual e discriminatória da riqueza socialmente gerada por parte do Estado) foram já analisadas à saciedade.

Também as alusões à madrastra conjuntura econômica dos anos 80, da “década perdida”, não constituem novidade alguma. Afetando a maior parte do “Terceiro Mundo” e muito especialmente a América Latina, sobretudo a crise da dívida externa acarretou um aumento da pobreza absoluta em muitos países. Medidas de austeridades adotadas pelos Estados nacionais conforme as “recomendações” do FMI sem maiores preocupações com as suas repercussões sociais atingiram, como se sabe, com maior intensidade precisamente os mais pobres. Mesmo cidades outrora associadas a imagens de uma certa prosperidade generalizada, como Buenos Aires, passam a sofrer duramente fenômenos como favelização, menores abandonados e mendicância. Protestos contra tais medidas de austeridade, conhecidos entre analistas de língua inglesa pelo sugestivo apelido “IMF riots” (Walton, 1989), foram desde o meado da década de 70 registrados em inúmeras cidades latino-americanas. Afetando a capacidade de investimento do Estado em infra-estrutura técnica e social e em habitação popular, além de repercutir diretamente na política salarial, pode-se apontar a crise da dívida como um dos principais fatores de bloqueio da reversão do quadro de disparidades vigente nas grandes cidades brasileiras e de outros países da América Latina.

Não se pode classificar os países de forma homogênea. Deve-se respeitar as especificidades de cada um



A influência da conjuntura política internacional sobre a “questão urbana” está ainda a reclamar mai-

ores atenções da parte dos estudiosos. Deflagrando ou agravando a crise de partidos políticos de esquerda, bem como de movimentos sociais comprometidos com alguma espécie de ideal “socialista”, o colapso do “socialismo real” veio contribuir, ao menos em um primeiro momento, para o enfraquecimento de diversos tipos de reação política aos problemas concretos e à “crise do desenvolvimento”².

Desde há muito tempo se vem observando um processo de crescente heterogeneização no interior da “periferia” capitalista em termos de avanço tecnológico e poderio econômico-industrial, a ponto de não se poder falar mais de um bloco razoavelmente homogêneo de países não-industrializados e “atrasados”. Não apenas devido ao desaparecimento do “Segundo Mundo”, mas em razão também dessa formidável diversidade de situações, incaptável através do arcabouço conceitual herdado, enfatizam alguns o “fim do Terceiro Mundo”³. Embora ainda – aliás, cada vez mais – seja possível perceber níveis de “heterogeneidade estrutural” muito mais acentuados na maioria dos países “subdesenvolvidos” do que nos países-membros da OECD (*Organization for Economic Co-Operation and Development*), e apesar da dependência internacional não dever ser inteiramente repudiada como critério classificatório, não se deve subestimar as especificidades da *escala nacional*, particularmente em termos dos *espaços de manobra internos* de que se dispõe e que variam de país para país.

No que concerne ao Brasil, tal espaço de manobra é e sempre foi consideravelmente mais amplo do que na maioria esmagadora dos outros países do “Terceiro Mundo”. No entanto, o “desenvolvimento” no Brasil praticamente se resumiu a seus aspectos econômicos: industrialização, crescimento e modernização tecnológica. Sem poder discutir aqui as complexas raízes históricas da chocante iniquidade social observável no NIC (“Newly Industrializing Country”). Brasil, fato é que os contrastes – industrialização de par com a queda da renda real dos trabalhadores, modernização tecnológica paralelamente ao crescimento da pobreza – são, em nosso País, maiores que em muitos outros países “subdesenvolvidos”, inclusive em países econômica e tecnologicamente de muito menor peso que o nosso. A distribuição de renda, uma das mais injustas do mundo, tornou-se, no correr da “década perdida”, ainda mais concentrada.

Postule-se, agora, que o *contexto cultural* em que a formação social brasileira se insere, desde o início marcado por uma significativa ocidentalidade e, nos últimos decênios, por uma crescente americanização, favorece reações a privações materiais, lidas estas como casos de injustiça social. Parece não restar dúvidas de que são precisamente os diferentes universos culturais e os distintos graus de dissolução de

valores e estruturas sociais tradicionais sob o impacto do colonialismo, do neocolonialismo, da industrialização e da urbanização que explicam o componente sócio-econômico mais diretamente presente na violência urbana brasileira ou latino-americana em geral do que na das grandes cidades indianas, assim como o fato dos movimentos sociais urbanos serem, na América Latina, mais dinâmicos que em outros continentes⁴.

**O clima de guerra civil
é referência
corriqueira na imprensa
carioca sobre
o dia-a-dia da cidade**



Janice Perlman demonstrou, em seu clássico *The Myth of Marginality* (1979), por um lado, ser equivocado presumir com base na tese “frustração → agressão” que o potencial revolucionário dos favelados do Rio de Janeiro seja particularmente grande. Daí não se deveria inferir, contudo, que a argumentação de Perlman nega de modo geral que a violência e o conflito tenham origem num sentimento de frustração, devido a expectativas não satisfeitas ou à carência de perspectivas de melhoria das condições de vida. Se, de uma parte, o movimento associativo no Rio de Janeiro, incluído aí o favelado, encontra-se atualmente em crise – em que pese o seu dinamismo comparativamente ainda significativo – o que obviamente não enseja qualquer espécie de otimismo revolucionário, de outra parte vem a agressão, movida pelas crescentes disparidades sócio-econômicas e enraizada em um solo cultural de cunho fortemente moderno-ocidental, crescendo assustadoramente sob a forma de criminalidade, a ponto do *clima de guerra civil* tornar-se uma referência corriqueira na imprensa para descrever o dia-a-dia da metrópole carioca. A crise do movimento associativo de bairros no Rio de Janeiro e em outras cidades brasileiras, de forma aparentemente contraditória reportável, dentre outros fatores, à crise econômica e ao processo de redemocratização⁵, encarna a ironia de que, no momento em que respostas construtivas por parte da Sociedade Civil mais se tornam necessárias, o que se vê é sobretudo um perigoso aumento do grau de “entropia social”.

O Estado do Rio de Janeiro – ou seja, o *nível sub-regional* – é uma moldura importante para outro conjunto de fatores específicos dos problemas urbanos da metrópole carioca. Reis & Barros (1991:130-2) compararam os valores obtidos através do emprego da segunda medida de disparidade de Theil (Theil-L) relativamente à distribuição de renda nas regiões metropolitanas brasileiras no período 1976-1986. A posição do Rio de Janeiro (média dos anos 1976-1986⁶ = 0,511) é intermediária entre Fortaleza (média = 0,582), Recife (média = 0,564) e Belém (média

= 0,537), as quais apresentam níveis de disparidade interna mais elevados e Porto Alegre (média = 0,463), Curitiba (média = 0,450) e São Paulo (média = 0,421), as quais apresentam níveis de desigualdade significativamente mais baixos. Salvador (média = 0,526) e Belo Horizonte (média = 0,519), com graus de desigualdade ligeiramente superiores aos da metrópole carioca, se situariam similarmente em uma posição intermediária. Os distintos contextos *regionais* no que toca ao dinamismo econômico e à capacidade de geração de novos empregos explicam consideravelmente as diferenças entre as regiões Norte e Nordeste, de um lado, e Sul e Sudeste, de outro. No entanto, somente se se levar em conta as disparidades *no interior da própria Região Sudeste* é que se pode entender a razão do nítido contraste entre os índices das duas metrópoles nacionais brasileiras, Rio e São Paulo.



**A partir do começo do
século, o Rio
começa a perder sua
liderança
econômica e política**

Tendo perdido o comando da industrialização brasileira para São Paulo já na segunda década deste século, a distância entre o Rio e aquela metrópole só fez aumentar desde então, agravada pela perda da posição de capital do País em favor de Brasília⁷. Em 1990 foi a economia fluminense ultrapassada também pela de Minas Gerais, com base nos dados do PIB (*Jornal do Brasil*, 13/1/1991). Apesar da decadência do Estado do Rio de Janeiro ser apenas *relativa*, uma vez que a economia continua a crescer, os próprios resultados absolutos – pequeno ritmo de crescimento, obsolescência de boa parte do parque industrial, aumento vertiginoso da pobreza e do setor informal – têm sido tão decepcionantes que pareceram para a imprensa justificar a comparação com o quadro de aflições nordestino: em 11/5/1986 referia-se o *Jornal do Brasil* à “nordestinização” do Rio de Janeiro.

Por último, a *escala local* nos remete, essencialmente, à questão da crônica carência de recursos financeiros à disposição das administrações municipais, o que já foi caracterizado como o “drama dos municípios”⁸, a afetar tanto os mais prósperos quanto os menos expressivos. É bem verdade que, com a Constituição de 1988, a repartição de competências de arrecadação tributária entre União, Estados e municípios tornou-se muito mais equilibrada. A esmagadora maioria dos especialistas assim como dos administradores públicos concorda em que a reforma tributária de 1988 representou um avanço substancial em termos de melhoria das receitas municipais⁹. As distorções geradas pela centralizadora reforma tributária promovida, por razões tanto eco-

nômicas (financiamento de grandes projetos) como políticas (aumentar a dependência de prefeitos e governadores para com Brasília), pelo regime militar entre 1965 e 1967, não se deixam porém superar do dia para a noite. Um aspecto para o qual frequentemente não se atenta é que, embora evidentemente nem todos os problemas “locais”, tais como os famigerados altos graus de corrupção e/ou ineficiência da maioria das administrações municipais, possam ser encarados como produtos da ditadura militar, o centralismo do regime de 64 concorreu para a ineficiência no plano local, na medida em que a enorme dependência dos municípios e Estados para com as transferências federais constitucionais (Fundos de Participação dos Estados [FPE] e dos Municípios [FPM]) e também não-tributárias (“negociadas”) compreensivelmente não estimulava o interesse pelo esforço de otimização do aproveitamento da base tributária municipal. No caso dos municípios, a desatualização das Plantas Genéricas de Valores e a defasagem entre a receita tributária real, notadamente o montante do IPTU recolhido, e o potencial de arrecadação, são distorções com as quais muito amiúde se topa.

O Rio, antes símbolo da descontração, é hoje exemplo vivo da desesperança generalizada do povo



“Nós não nos parecemos, a não ser remotamente, com aquilo que fomos: alegres, engraçados”. Essa caracterização do atual estado de espírito do carioca, feito por um presidente de associação de moradores¹⁰, é perfeita. Na realidade, o Rio de Janeiro, antes símbolo de descontração, jovialidade e alegria de viver, parece ser hoje o exemplo máximo da *desesperança generalizada* que vem tomando conta do Brasil, País cujo povo, segundo o dito popular, teria como profissão precisamente a esperança. A “Cidade Maravilhosa” não poderia sobreviver sem máculas ao espetáculo da miséria e à escalada da violência. Alguns dados ilustrativos: o levantamento conduzido em 1991 pelo Instituto de Planejamento Municipal do Rio de Janeiro (Iplan-Rio) registrou 570 favelas no município do Rio (onde se concentra a maior parte das favelas da Região Metropolitana), as quais abrigariam mais de 961 mil habitantes e com isso cerca de 18% da população municipal¹¹ (*Jornal do Brasil*, 29/11/1992); segundo projeção da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro haveria já em 1990 um *déficit* habitacional no conjunto da Região Metropolitana de mais de um milhão de moradias (Sedur/Fundrem, 1988:141); cerca de 15% dos residentes na Região Metropolitana dependiam, em 1988, de poço, nascente ou outra solução precária para o seu abasteci-

mento de água (cálculo a partir de dados do IBGE [1990]); quase um terço dos residentes na Região Metropolitana não eram, em 1988, atendidos por serviço de coleta regular de lixo (cálculo a partir de dados do IBGE [1990]). Manchetes sobre invasões de terras, saques de supermercados, sequestros e as estatísticas que apontam um número enorme e crescente de assaltos e assassinatos têm presença diária garantida nos jornais, e integram-se definitivamente ao cotidiano, à “normalidade” do Rio de Janeiro. Em decorrência de tudo isso, os tradicionais clichês do carioca cedem a vez à imagem de uma população cansada de esperar e amedrontada pelo terror das ruas.

2. “Feedback positivo”, dilemas e cenários

Proceder a um esforço de compreensão da complexidade e da diversidade de escalas envolvidas no aparecimento, na perpetuação e no recrudescimento da “questão urbana” no Rio de Janeiro não é relevante somente do ponto de vista da diagnose, mas também sob os ângulos da prognose e da formulação de estratégias realistas de enfrentamento dos problemas.

As “soluções” que as classes e os grupos dominantes vêm encontrando para problemas como a criminalidade, saques de supermercados e invasões de terras, os quais derivam basicamente da situação de penúria que os oprimidos têm de suportar, são conservadoras, e contribuem antes para *realimentar* a “questão urbana” do que para superá-la. As respostas que conduzem a um “feedback positivo” vão da *auto-segregação sócio-espacial*, por razões de segurança, assim como de busca de amenidades naturais e “exclusividade” (exemplo máximo no Rio de Janeiro: condomínios exclusivos da Barra da Tijuca), a um incremento da repressão policial, chegando-se mesmo a uma situação definível como *militarização da “questão urbana”*, com a intervenção ou proposta de intervenção das forças armadas no combate à violência urbana¹². Outras integrantes bem conhecidas do variado rol de “soluções” desse tipo são, ao lado das atividades de grupos de extermínio financiados por comerciantes da periferia, a multiplicação das agências prestadoras de serviços de segurança privada e o aumento da compra de armas por parte dos cidadãos comuns de classe média, ou seja, as extraordinárias ampliação e complexificação do “mercado da segurança” (Brigagão, 1988).

A persistir e mesmo aumentar a concentração de renda e intensificar-se por outro lado a brutalidade policial, a qual não raramente atinge também inocentes, pode-se imaginar facilmente cenários tendenciais onde os traficantes de tóxicos gozarão, não obstante os estorvos que eles causam aos próprios moradores de favelas, de uma legitimidade e aceitação cada vez maiores entre estes. A concretização desses cenários

deverá se dar concomitantemente à expansão espacial do tráfico de drogas, submetendo um número ainda maior de favelas ao seu jugo. A confirmação desse quadro traz embutidas sérias implicações, as quais incluem, ao lado da cooptação de uma boa parcela da população pobre do Rio de Janeiro pela demagogia da máfia das drogas, a consolidação das seguintes tendências: líderes de associações de moradores, vários deles tendo sido já ameaçados ou mortos por incomodar a atividade dos traficantes, verão seu espaço de manobra ser continuamente restringido, e políticos em busca do voto favelado serão com uma frequência crescente forçados a escolher entre se arranjar com os novos “donos dos morros”, conforme já vem ocorrendo, e abdicar da propaganda eleitoral direta nos redutos dos poderosos narcotraficantes. Conjugando o emprego de fortes instrumentos de domínio e corrupção como a violência e o dinheiro, o crime organizado irá não somente ampliar sua tutela sobre o movimento associativo, como também corromper uma parte significativa da própria Sociedade Política.

**Os movimentos sociais
devem superar
a crise atual a fim de
manter sua
capacidade de mobilizar**



•24•

Um reflexo extremamente perigoso desse “feedback positivo” é a decepção de amplas camadas de opinião pública com o regime civil, diante da deterioração da qualidade de vida nas grandes cidades e muito particularmente do aumento assustador da criminalidade violenta. O impacto da violência urbana como deslegitimadora do regime democrático, juntamente com os fracassos que os governos da “Nova Republica” vêm colhendo no plano da política econômica, não deve ser subestimado. Já em 1988 revelava uma pesquisa de opinião conduzida em São Paulo que, a despeito de 43% dos entrevistados apontarem a democracia como o melhor dos regimes, 21% confessaram preferir, de acordo com as circunstâncias, um regime não-democrático, e 26% revelaram-se indiferentes ao assunto. Além do mais, é sintomático que a maioria dos entrevistados tenha julgado a performance do regime militar superior à do governo civil sob José Sarney exatamente nos terrenos cruciais do *crescimento econômico* e da *segurança*. Seria de uma extrema insensibilidade creditar manifestações de opinião desse tipo exclusivamente à inconsistência ideológica e ao baixo nível cultural de grande parte dos eleitores brasileiros.

Ainda a propósito dos desdobramentos do referido “feedback positivo” deve ser feita menção, nos casos da cidade e do Estado do Rio de Janeiro, às consequências *econômicas* negativas do agravamento

de problemas como os assaltos e os sequestros. O decréscimo do fluxo de turistas e, em menor intensidade e ao lado de outras causas, também as resistências de empresários quanto a novos investimentos no Rio de Janeiro, ilustram perfeitamente este aspecto.

Refletir sobre cenários favoráveis ancorados em decisões tomadas no plano local exige uma boa dose de imaginação, e os riscos de desanimar permanentemente, de todo modo, consideráveis. Os movimentos sociais urbanos precisam superar sua crise atual, a fim de manter um grau mínimo de representatividade e capacidade de mobilização e organização. Sem isso, vitórias institucionais, tais como eventuais planos diretores progressistas e instâncias de representação paraestatais da Sociedade Civil – por exemplo: conselhos comunitários formalmente reconhecidos e prestigiados pelas administrações municipais – não passarão de conquistas formais. Uma metáfora geoeconômica cai bem aqui: mesmo tendo força de lei segundo a Constituição, o espaço de manobra institucional representado por um plano diretor só deixará de ser um mero *recurso* para se converter em uma *riqueza* nas mãos da Sociedade Civil no momento em que esta estiver em condições de exercer uma pressão eficaz sobre o Estado para exigir o cumprimento da lei. Tentar compensar uma crise de mobilização e as dificuldades de diálogo com as bases através do engajamento mais intenso na discussão e elaboração de políticas públicas seria um erro fatal. Além disso, parece ao autor das presentes linhas que uma parcela expressiva dos intelectuais engajados que, depois do desapontamento da expectativa de uma reforma urbana em nível nacional pela Assembleia Constituinte em 1988, vêm apostando na idéia dos planos diretores municipais como instrumentos de reforma urbana, subestima os obstáculos a serem vencidos. Na realidade, a *fragmentação* da frente de combate por essa reforma, advinda com o repasse pela Constituição da responsabilidade nessa área para a escala municipal, redundou em mais que uma simples necessidade de mudança de tática. O revés sofrido foi *estratégico* e de consequências duradouras. Para se chegar a essa conclusão, basta que se tenha clareza sobre o potencial real da Sociedade Civil na maioria dos municípios brasileiros, inclusive em municípios metropolitanos (como os da periferia do Rio de Janeiro), no que tange à capacidade de mobilização para eleger prefeitos e vereadores progressistas e competentes e para exigir a aplicação da lei. A crise dos movimentos de bairro precisa ser incluída na agenda de debates em torno das potencialidades dos planos diretores, a fim de que não se incorra em um otimismo exagerado, trabalhando-se com cenários improváveis.

Outro risco seria o de se esperar demasiado de administrações municipais ou mesmo estaduais reconhecidas como progressistas. A experiência recente do Partido dos Trabalhadores à frente de algu-

mas prefeituras demonstrou, independentemente dos avanços obtidos na esteira de um diálogo mais autêntico entre Estado e Sociedade Civil, que o espaço de manobra dos administradores nos níveis subnacionais, em sendo bastante limitado, não propicia alicerce sólido para projetos ambiciosos de reversão do quadro de injustiça social. Ademais, conflitos intrapartidários e a erosão da credibilidade podem não raramente ser desencadeados pela difícil experiência de governo local sofrida por partidos progressistas. No caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro apresenta-se ainda um complicador adicional, que é a dificuldade de crescer e consolidar-se em meio a uma paisagem política influenciada pelas poderosas máquinas eleitorais do liberal-conservadorismo e do populismo brizolista, em que pesem as perspectivas animadoras advindas com o enfraquecimento recente do PDT para um partido como o PT.

Sem querer, portanto, de modo algum sugerir que os níveis local e sub-regional são inteiramente despidos de importância, remover as causas primárias do agravamento da “questão urbana”, notadamente das reações “não-políticas”, exige uma mudança de rumos só possível na escala *nacional* e, em boa medida, também na escala *internacional*. Os dilemas com que se defrontaria um hipotético governo central eleito de perfil decididamente progressista não seriam, contudo, pequenos. A crise da “*state-centred matrix*” (Cavarozzi, 1992), isto é, a crise do “estilo de desenvolvimento” pautado na industrialização por substituição de importações liderada e subvencionada pelo Estado, parece não deixar muita margem de escolha aos governantes brasileiros na presente quadra da história. Não intencionando resgatar a velha bandeira de luta da “esquerda nacionalista” que sinonimiza *propriedade estatal* e *propriedade “do povo”*, fórmula apta a mascarar privilégios e toda sorte de erros e abusos perpetrados pelas burocracias estatais, fato é, entretanto, que a desestatização e desregulação da economia e a sua orientação mais acentuada em direção ao mercado externo encerram, em sua versão neoliberal simplista, um evidente conteúdo antipopular. Um esforço de ganho de maior competitividade econômica internacional e incremento das exportações, sobretudo das de bens industrializados, com o objetivo de melhorar os termos de troca e gerar mais divisas, não pode se dar às custas da natureza (degradação ambiental crescente) e da massa assalariada (manutenção dos salários reais em patamares baixos com o fito de atrair investimentos estrangeiros e garantir menores custos também para o capital nacional). Quanto à questão das privatizações, seja aqui observado apenas o seguinte: em afetando diretamente também serviços públicos cuja prestação, especialmente numa realidade marcada pela pobreza e miséria, não se pode submeter pura e simplesmente ao imperativo da geração de lucros,

privatizações deverão ter como saldo, menos que a tão buscada eficiência administrativa, um elevadíssimo grau de insatisfação popular, perceptível sobretudo nos grandes centros urbanos.



Setores de esquerda ganham perfil da social-democracia domesticada pelo sistema vigente

Estancar o processo de crise da *state-centred matrix* apresenta-se como pouco realizável para qualquer governo. Uma tentativa de reedição de modelo estatista-desenvolvimentista só seria concebível nos marcos de uma estratégia de “desenvolvimento autocentrado” baseada em uma considerável dissociação do mercado mundial, projeto cuja viabilidade na atual conjuntura política internacional, admita-se, pode ser estimada como microscópica. Além do mais, superar algumas fraquezas fortemente associadas ao modelo de substituição de importações (mentalidade subvencionista, restrita geração de inovações etc) é condição *sine qua non* para não se perder o bonde da “Terceira Revolução Industrial”, aparentemente imprescindível se não se quiser ver o aprofundamento do fosso econômico-tecnológico que separa o Brasil da maioria dos países da OECD¹³. Não é por acaso que mesmo certos discursos reformistas, apesar das tentativas no sentido de não serem confundidos com (e pelo) discurso neoliberal, demonstram uma flexibilidade notável a respeito de temas como desregulação e aumento das exportações, no Brasil assim como em outros países latino-americanos. Um esforço de compatibilização das metas de crescimento econômico e modernização capitalista com os objetivos de proteção ambiental e desenvolvimento *social* no bojo de uma estratégia de alcance nacional não poderá, porém, passar ao largo de atritos e manter-se isento de contradições. Caso as forças progressistas das sociedades civil e política não superem a confusão e a falta de definição atualmente reinantes entre elas, incorporando habilmente metas conjuntamente irrecusáveis como uma maior eficiência da economia e uma integração *seletiva* otimizada no mercado mundial *sem prescindir de uma sabedoria político-filosófica que advirta sobre os limites do desenvolvimento econômico capitalista*¹⁴, a tendência de desarmamento ideológico diante do míope pragmatismo neoliberal prosseguirá. Em meio a essa tendência estão certos setores da esquerda a aproximar-se cada vez mais de um perfil social-democrata domesticado pelo *status quo*. E o destino amargo das “social-democracias” latino-americanas é, atualmente, ilustrado sobejamente pelo naufrágio do governo de Carlos Andrés Pérez na Venezuela e pela crise do peronismo na Argentina sob Carlos Menem.

Determinados fatores “exógenos” ameaçam restringir sobremaneira as chances do equacionamento de problemas sociais básicos no interior de um programa voltado para reformas de base. Sem uma solução para o problema da dívida externa seria o financiamento de medidas de alcance estrutural como a reforma agrária – de relevância indireta para a superação da crise social nas cidades – ou a intensificação de investimentos em setores como a habitação popular – o que se relaciona diretamente com a “questão urbana” – tremendamente dificultado. Isto, claro, para não mencionar os obstáculos *políticos internos* postos à realização de um projeto político desse tipo. Uma melhoria substancial das condições de vida das populações urbanas brasileiras depende da confluência mais ou menos simultânea de soluções para distintos problemas “exógenos” e “endógenos”, vale dizer, ela depende de uma dinâmica de natureza *sinérgica*.

Debater um projeto que seja alternativa viável e radical ao modelo capitalista é tarefa das forças políticas



Fazer frente tanto aos desafios representados pela dívida externa e pelo incremento da competitividade internacional da economia, quanto à resistência dos setores conservadores nacionais às urgentes reformas de base, demanda a reorganização das forças progressistas ao redor de um projeto ao mesmo tempo digno de crédito popular e à altura dos desafios que se colocam para economias crescentemente depauperadas como a brasileira. Mas exige mais: exige condições favoráveis também no plano internacional, do âmbito das negociações sobre a dívida externa à abolição de barreiras protecionistas. A mesma conjuntura política internacional, em cuja esteira as forças de esquerda em países como o Brasil passaram a gozar de uma solidariedade ou simpatia ainda menores por parte da opinião pública do “Primeiro Mundo”, a mesma conjuntura que lançou praticamente todas essas forças de esquerda num processo de redefinição ideológica de contornos ainda pouco definidos, essa mesma conjuntura se mostra, no que concerne a avanços em direção a uma “nova ordem econômica internacional”, francamente ingrata e reacionária.

Com todos os senões e contudos acima delineados nem sequer se chegou a discutir, entretanto, as chances a longo prazo de um projeto político-social que represente uma alternativa verdadeiramente radical ao modelo civilizatório capitalista que em última análise engendra o “subdesenvolvimento” e a “questão urbana”. O que não significa, como deve ter ficado evidente, que o autor do presente texto considera essa discussão supérflua. Debater a validade e as

possibilidades de um tal projeto é mais uma tarefa à qual as forças políticas e os movimentos sociais envolvidos com a problemática da crise urbana, no Rio de Janeiro como em outras metrópoles, não devem se furtar. Somente a partir do momento em que semelhante discussão for frutiferamente conduzida poder-se-á articular na prática “utopia” e “pragmatismo”, indo-se muito além do aprimoramento e da estabilização do atual sistema social. Cabe a essa discussão consolidar o alicerce político-filosófico sobre o qual o conceito de *desenvolvimento* pode ser libertado de sua conotação etnocêntrica, teleológica e capitalística, e a premissa de *crescimento econômico* admite ser relativizada e pensada sem submissão acrítica à mentalidade produtivista antiecológica. Seria um ledor engano supor que eventuais reformas bem-sucedidas proporcionariam mais que um certo alívio, apostando na hipótese irrealista de que um mercado mundial crescentemente seletivo e excludente e um aperfeiçoamento da economia capitalista em escala nacional poderiam oferecer a chave para a solução definitiva e global dos problemas sociais e ambientais de que padecem metrópoles como o Rio de Janeiro.

MARCELO JOSÉ LOPES DE SOUZA é pesquisador do Departamento de Geografia da UFRJ e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação do mesmo departamento.

NOTAS

(1) Lamentavelmente, a dialética histórica que relativiza “exógeno” e “endógeno” passa despercebida aos autores que, na presente conjuntura política internacional conservadora, enfatizam tal distinção exatamente para colocar em relevo os erros históricos cometidos, as distorções e as “patologias” culturais e político-culturais existentes no interior de cada país. Na medida em que o “subdesenvolvimento” é um produto da expansão do sistema mundial capitalista, do colonialismo e do neocolonialismo, as “responsabilidades internas” de sua reprodução não podem ser puramente imputadas a fatores endógenos, sob o risco de se resvalar para um moralismo de colorido racista.

(2) Em 9 de junho de 1991 a grande maioria dos representantes de associações de moradores presentes ao 5º Congresso da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (Famerj) aprovou, na plenária de encerramento, que a Famerj mantenha como objetivo geral o “socialismo”. Nada mais natural, portanto, que o colapso do “socialismo real” tenha vindo atordoar e confundir muitos militantes. A propósito: sintomaticamente não se explicitou, na ocasião, de qual *socialismo* se tratava, e em vão ter-se-ia podido tentar descobrir consenso a respeito entre os participantes.

(3) O que, lamentavelmente, nem sempre é feito de maneira suficientemente profunda e crítica (vide por exemplo: Menzel, 1992).

(4) A maior relevância dos movimentos sociais urbanos na América Latina em comparação com outras regiões do “Terceiro Mundo” foi sublinhada por Hanisch (1983), e Nelson (1979) já havia também deixado entrever a dinâmica particularmente intensa dos movimentos sociais em cidades latino-americanas.

(5) Seria de se esperar que, com a deterioração da qualidade de vida dos moradores de baixa renda, a organização em

tomo de reivindicações de bens de consumo coletivo se intensificasse. Na realidade, se se levarem conta que os níveis crescentes de desemprego e o imperativo, para não poucos trabalhadores, de se buscar uma segunda ocupação para complementar a renda familiar, reduzem a disponibilidade de tempo para se dedicar a uma atividade não-remunerada como um cargo de diretoria em uma associação de moradores, fica fácil perceber a conexão entre a crise econômica e o decréscimo da mobilização popular nos bairros. Quanto à redemocratização, ela afetou diversos movimentos sociais na medida em que, com a legalização dos partidos de esquerda e a consolidação de canais de representação no plano político *strictu sensu*, as associações de moradores perderam a importância que elas tinham no período inicial da "abertura democrática" como abrigos para militantes de esquerda e canais de expressão privilegiados da Sociedade Civil.

(6) 1980 não foi considerado na análise.

(7) Vide sobre o processo de decadência do Rio de Janeiro Davidovich, 1986.

(8) *A tributação e o drama dos municípios* é o título de uma coletânea organizada pela Emplasa em 1978, reunindo as contribuições escritas para um simpósio sobre a problemática da repartição da receita tributária no Brasil.

(9) Por exemplo: Serra e Afonso (1989) e Varsano (1989). Rezende e Afonso (apud Varsano, 1989:51) oferecem valores estimados para 23 municípios selecionados, dando como média geral 31,2% mais recursos para os municípios (o desvio-padrão corresponde a 6,6%, o valor mais baixo estimado foi de 21,3%). Também os depoimentos prestados ao autor do presente trabalho por administradores públicos e políticos de diversos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro na primeira metade de 1991 foram praticamente todos otimistas.

(10) Maurício de Magalhães Carvalho, presidente da Associação de Moradores e Amigos do Cosme Velho, entrevistado pelo autor do presente trabalho em 18/7/1991.

(11) Em virtude de algumas deficiências no que concerne aos critérios da fundação IBGE para determinação da população favelada, critérios esses nos quais o Iplan-Rio essencialmente se apóia (vide a propósito Souza, 1993), devem ser até mesmo esses 18% encarados como uma estimativa conservadora.

(12) A importância geopolítica dos problemas sociais urbanos no Brasil de hoje, reconhecida em um artigo publicado há alguns anos pelo Comandante e Diretor de Estudos da Escola Superior de Guerra (Oliva, 1988), toma-se cada vez mais clara, como deixa perceber este trecho de uma matéria da *Folha de São Paulo* de 8/11/1992: "Na cúpula das Forças Armadas calcula-se que a opinião pública exigirá mais a presença do Exército nas ruas. Preocupações com guerras externas ou subversão perdem espaço na agenda militar em favor da delinquência."

(13) Elementos constitutivos da "pós-modernidade tecnológica" (biotecnologia, mecânica fina, telemática; otimização do binômio *informação + comunicação* e da capacidade gerencial e inovativa na escala da empresa) não são inteiramente estranhos à evolução da economia brasileira nos últimos anos, a despeito do contexto em vários pontos pouco favorável, e embora tais avanços tecnológicos se afigurem um tanto surrealistas ou caricaturais nos marcos da realidade social da "Belíndia" sul-americana, recentemente rebatizada, sob efeito da crise econômica, como "Engladesh". É importante ressaltar, de toda maneira, que as contradições encamadas pela *forma de regulação* e pelo *regime de acumulação pós-fordistas*, os quais oferecem os fundamentos em nível de relações de produção e padrões de consumo para o desenvolvimento das "tecnologias limpas", da "sociedade pós-industrial" etc, se revelam nos próprios países que lideram a "Terceira Revolução Industrial": crescente dissociação entre

crescimento econômico e aumento da oferta de empregos, bem como entre crescimento da empresa e desenvolvimento econômico regional.

(14) Nunca é demais lembrar que, de um ponto de vista estritamente capitalista, a *eficiência* é julgada à luz de uma racionalidade instrumental que, com maior ou menor sutileza, subordina metas distributivas e de proteção ambiental aos objetivos de maximização de lucros, minimização de custos e crescimento econômico. Que a compatibilização destes três últimos objetivos com as exigências de uma efetiva justiça social e da manutenção do equilíbrio ecológico é a longo prazo perfeitamente possível, especialmente no caso dos países "subdesenvolvidos", é uma tese que encontra muito pouca base empírica para sua sustentação.

BIBLIOGRAFIA

- BRIGAGÃO, C.; *Autonomia militar y democracia. El caso brasileño*. In: VARAS, A. (org.); *La Autonomia Militar en América Latina*. Editorial Nueva Sociedad, Caracas, 1988.
- CAVAROZZI, M.; *Beyond Transitions to Democracy in Latin America*. In: *Journal of Latin American Studies*, 24(3), Cambridge e outros lugares, 1992.
- DAVIDOVICH, F.; *Um foco sobre o processo de urbanização do Estado do Rio de Janeiro*. In: *Revista Brasileira de Geografia*, 48(3). Rio de Janeiro, 1986.
- EMPLASA (org.); *A tributação é o drama dos municípios*. São Paulo, 1978.
- IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD - 1988*. Vol. 12, tomo 2 - *Regiões Metropolitanas*, Rio de Janeiro, 1990.
- HANISCH, R.; *Einführung: Soziale Bewegungen und Entwicklungspolitik*. In: HANISCH, R. (org.); *Soziale Bewegungen in Entwicklungsländern*. Nomos Verlagsgesellschaft, Baden-Baden, 1983.
- MENZEL, U.; *Das Ende der Dritten Welt und das Scheitern der grossen Theorie*. Suhrkamp, Frankfurt am Main, 1992.
- MUSZYNSKI, J & MENDES, A.M.T.; *Democratização e opinião pública no Brasil*. In: LAMOUNIER, B. (org.); *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. Edit. Sumaré/Idesp, São Paulo, 1990.
- NELSON, J.; *Acess to Power. Politics and and the Poor in Developing Nations*. Princeton University Press, Princeton, N.J., 1979.
- OLIVA, O.M.; *ESG: opções político-estratégicas para o Brasil*. In: *Revista da Escola Superior de Guerra*, nº 9, ano IV. Rio de Janeiro, 1988.
- PERLMAN, J.; *The Myth of Marginality. Urban Poverty and Politics in Rio de Janeiro*. University of California Press, Berkeley e outros lugares, 1979.
- REIS, J.G.A. & BARROS, R.P. de; *Wage Inequality and the Distribution of Education. A Study of Regional Differences in Inequality in Metropolitan Brazil*. In: *Journal of Development Economics*, 36(1). North-Holland, 1991.
- SERRA, J. & AFONSO, J.R.; *Finanças públicas municipais: evolução, reforma constitucional e perspectivas*. In *Revista de Administração Municipal*, vol. 36, nº 193. Rio de Janeiro, 1989.
- SEDUR (Secretaria de Desenvolvimento Urbano)/FUNDREM (Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro); *Informações metropolitanas*. Rio de Janeiro, 1988.
- VARSANO, R.; *O impacto da reforma constitucional sobre as receitas municipais e estaduais*. In: *Revista Brasileira de Administração Municipal*, v. 36, no 193. Rio de Janeiro, 1989.
- WALTON, J.; *Debt, Protest, and the State in Latin America*. In: ECKSTEIN, S. (org.); *Power and Popular Protest - Latin American Social Movements*. University of California Press, Berkeley e outros lugares, 1989.

A luta atual por um novo projeto nacional

LUÍS ANTÔNIO PAULINO

Sociedade brasileira tem amplo consenso: crise não será resolvida por medidas paliativas. Só a ideologia socialista pode hoje mobilizar forças sociais transformadoras

Existe hoje na sociedade brasileira um amplo consenso: o Brasil encontra-se diante de uma crise estrutural que não poderá ser resolvida por medidas paliativas ou conjunturais.

Vozes se levantam de todos os lados advogando a necessidade de reformas estruturais que permitam ao País romper com o estado de estagnação em que largos setores da economia nacional encontram-se há mais de dez anos, ou mais precisamente, desde a crise da dívida externa de 1982, associada à explosão das taxas de juros internacionais e à conversão monetarista do governo dos Estados Unidos.

Com um salário mínimo entre os menores da América Latina, inferior aos da Argentina, Uruguai e Paraguai e que mal chega aos sessenta dólares mensais; com a maior inflação mundial da atualidade que ultrapassa os 2.600% ao ano; com o Estado virtualmente paralisado pelo peso da dívida externa e de sua irmã siamesa, a dívida interna, transformado em instrumento de valorização do capital especulativo nacional e internacional, pagando taxas de juros reais para a rolagem diária de sua dívida, superiores a 26% ao ano contra uma média mundial que não ultrapassa os 3 ou 4%, estimulando assim o rentismo, desestimulando investimentos produtivos e gerando mais recessão, desemprego e miséria; com níveis de pobreza que equiparam vastas regiões do País às mais miseráveis do planeta; com os mais baixos níveis de investimento das últimas décadas que despencaram de 25% para menos de 15% do PIB; com o crescimento desenfreado do rentismo parasitário que permitiram aos bancos, aos grandes monopólios privados e ao setor financeiro em geral abocanharem a maior parte da renda nacional

e obter superlucros enquanto a participação dos salários na renda nacional cai a menos de 30%, contra uma média de 70% nos países desenvolvidos, concentrando assim o consumo em uma camada cada vez mais restrita da população, o desenvolvimento capitalista do Brasil encontra-se diante de um impasse.

A importância da crise atual está no fato de que ela resume o conjunto de problemas que se acumularam durante séculos em nosso País. Daí a sua persistência e sua profundidade.

O desenvolvimento capitalista no Brasil tem duas características que, embora transmutando-se ao longo do tempo, mantêm seus traços essenciais:

1. Seu caráter dependente;
2. A convivência do moderno com o arcaico.

Quanto ao primeiro aspecto, como destacam diversos autores, como Caio Prado Jr., Celso Furtado, Florestan Fernandes, Fernando Novais, João Manoel Cardoso de Mello e tantos outros que vêm se ocupando da análise da formação capitalista brasileira, o desenvolvimento econômico do Brasil é, num primeiro momento, um episódio da expansão do capitalismo mercantil europeu. Sua função como colônia era o de prover, a baixos custos, bens necessários para o consumo da metrópole e servir de mercado para os produtos metropolitanos. Com a independência, a submissão política formal deixou de existir, passando o Brasil à condição de Estado soberano, mas a submissão econômica, embora também transmutada, porque permitia agora certo nível de acumulação interna do capital, nunca deixou de existir. Durante todo o período do Brasil império e mesmo no Brasil república, a economia



brasileira continuou a ser basicamente uma economia primário-exportadora cujo centro dinâmico encontrava-se fora do País e cujo crescimento dependia essencialmente das condições internacionais de produção e consumo daqueles produtos aqui produzidos para exportação: açúcar, mineração, algodão (em algumas regiões como o Maranhão no século XVIII) e o café.

Capitalismo só tomou impulso a partir da grande depressão dos anos trinta



A partir da última década do século XIX o desenvolvimento capitalista do Brasil deu seus passos iniciais através da implantação de uma, ainda incipiente, indústria leve de bens de consumo. Foi entretanto com a grande depressão mundial dos anos 30 e a virtual paralisação dos fluxos de comércio mundial que o desenvolvimento capitalista no Brasil tomou impulso, apoiado já num razoável parque industrial que durante os anos vinte fora se formando graças à diversificação dos investimentos dos lucros oriundos da exportação do café e à relativa facilidade de importação de máquinas e equipamentos dando assim início ao processo de substituição de importações.

No plano interno, a revolução de 1930 foi um marco importante da revolução burguesa no Brasil, onde uma elite modernizadora toma conta do poder do Estado, transformando-o num instrumento importante do desenvolvimento capitalista no

Brasil. Do ponto de vista das relações de dependência, esse período que se inicia com a revolução de 1930 e se estende até o fim do Estado Novo, onde no plano internacional a hegemonia mundial se transfere da Inglaterra para os Estados Unidos e a II Guerra Mundial divide em dois campos opostos as grandes potências imperialistas, o Brasil dispôs de certo espaço de manobra, bem aproveitado por Getulio Vargas, no sentido de acelerar a industrialização do País, em que pese a discordância dos Estados Unidos na época, que já tinha o Brasil como grande mercado para seus produtos. Foi dessa época a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (1942), a Companhia Brasileira de Alcalis, a Fábrica Nacional de Motores (FNM), a criação do BNDE como banco de estímulo ao investimento privado nacional, entre outros. É dessa época a famosa polêmica entre Eugenio Gudim e Roberto Simonsen sobre a oportunidade do apoio estatal ao processo de industrialização. O primeiro, seguindo uma orientação liberal advogava a manutenção de uma economia agrária, e Roberto Simonsen, defendia a necessidade do governo apoiar de forma ativa o processo de industrialização nacional.

Durou pouco, entretanto, essa fase em que se esboçou no Brasil um projeto propriamente nacional de desenvolvimento. Finda a II Guerra e iniciada, por razões de ordem geopolítica, a reconstrução européia, rapidamente os capitais europeus começaram a disputar espaço com as empresas americanas no mercado mundial. Foi nessa conjuntura internacional que se iniciou o Plano de Metas de Juscelino Kubstchek. Apoiado inicialmente por capitais europeus, principalmente alemães e posteriormente

por capitais americanos que aqui correram para não perder espaço nessa nova corrida, o processo de industrialização pesada do País se completou em associação e tendo como principal ponto de apoio os capitais estrangeiros. Inaugurava-se assim o *período desenvolvimentista* que por dar grande impulso ao desenvolvimento do País mantendo nas mãos do Estado setores considerados estratégicos pelas forças nacionalistas, de certo modo levou a uma acomodação de interesses. Mas novamente o caráter dependente do desenvolvimento capitalista se mostra de corpo inteiro, na medida em que o centro dinâmico de nosso parque industrial – principalmente a indústria automobilística que foi o carro chefe desse processo – era totalmente controlado pelo capital estrangeiro.

Quando essa forma de acomodação não foi mais possível, dado que a emergência de um novo ator, o povo, que até agora jogara um papel passivo ou secundário no processo de evolução política e econômica nacional, põe em xeque o arranjo político prevalecente e passa a reivindicar espaço e participação na agenda política nacional e a questionar um desenvolvimento que não se revertia em melhora significativa nas suas condições de vida, sobreveio o golpe militar de 1964. O golpe de 64 na verdade foi engendrado por setores empresariais ligados àquele tipo de desenvolvimento dependente e associado ao capital estrangeiro, que se apoiaram na fobia anticomunista e na tradição antidemocrática e autoritária que dominava o pensamento militar brasileiro àquela altura completamente alinhado com a política da guerra fria americana.

A partir daí o caráter dependente do desenvolvimento capitalista brasileiro só fez se aprofundar. Em que pese o centro dinâmico da economia situar-se desde 1930 no mercado interno, no tripé Estado-Capital Nacional-Capital Estrangeiro; coube a este último o papel de elemento dinâmico no processo de acumulação e reprodução capitalista, dado que, embora ainda minoritário enquanto parcela do PIB nacional, dominava os setores inovadores da economia e determinava a dinâmica do conjunto do sistema econômico; cabendo ao capital privado nacional um papel subsidiário, atrelado a esse centro, dinâmico e inovador; e ao Estado o fornecimento da infraestrutura econômica, certas matérias-primas a preço subsidiado e a regulação política e social exigida por aquele tipo de desenvolvimento excludente, autoritário e dependente.

Mesmo o II PND (1974-1978) que foi uma tentativa desesperada de correção de rota por parte do governo militar, dada a total dependência em que se enredara a economia brasileira nas malhas do capital estrangeiro, embora tenha obtido certo sucesso em alguns setores da indústria de base, principalmente a petroquímica, não foi capaz de alterar a rota de

crescente dependência da economia nacional. E nem era sua intenção mudar radicalmente essa rota, mas apenas obter alguns graus de liberdade para a economia do País. Mesmo porque o II PND foi alavancado através do aprofundamento de outro tipo de dependência em relação ao capitalismo internacional, substituindo o investimento direto estrangeiro por empréstimos internacionais que criaram uma dependência ainda mais perversa, dado que a partir de certo momento, com a crise da dívida e a mudança de política do governo americano, aumentando as taxas de juros internacionais acima de 20% ao ano, a dívida externa brasileira, que na sua maior parte foi contraída a taxa de juros flutuantes, multiplicou-se do dia para a noite, e o Brasil transformou-se de importador em exportador líquido de capitais invertendo-se agora a situação: era a periferia que financiava a reestruturação industrial do centro.



II PND substituiu investimento por empréstimos agravando a dependência

Como se pode observar nessas breves notas, o caráter dependente de nossa economia embora transmutando-se ao longo do tempo, sendo ora mais, ora menos acentuado, nunca deixou de ser uma característica constitutiva do desenvolvimento capitalista brasileiro, assim como de todos os capitalismo que lograram se desenvolver após o início do século XX.

Quanto à segunda característica mencionada, a acomodação entre o moderno e o arcaico no desenvolvimento capitalista brasileiro, cabem algumas observações.

Em primeiro lugar é preciso notar que ao longo de todo o processo descrito acima, nunca se desfez o pacto das classes possuidoras. Diferentemente de outras revoluções burguesas que ocorreram no século passado, onde uma burguesia revolucionária rompe com a antiga ordem deslocando em geral de forma violenta os interesses da antiga aristocracia, no Brasil o processo de transformação capitalista foi marcado por um contínuo processo de acomodação entre as elites dominantes e onde o povo foi sempre um elemento completamente ausente nesse jogo de interesses.

Assim na revolução de 1930 embora o poder do Estado tenha passado para as mãos de uma elite modernizadora interessada na industrialização do País, os interesses das antigas aristocracias agrárias que dominaram na velha república não foram em nada tocados ou atingidos. Muito pelo contrário, a política de Getúlio Vargas sempre foi de acomodação com os interesses da aristocracia agrária. Um dos estopins do golpe de 1964 foram as chamadas



reformas de base reivindicadas pelos setores populares e progressistas e que exigiam que os interesses desses setores oligárquicos fossem deslocados para que o desenvolvimento que se operava no País fosse mais equitativo socialmente. É falso querer buscar uma contradição entre esses segmentos que vá além de questões menores. No fundo, sempre o que prevalece é o pacto das classes possuidoras, onde o moderno e o arcaico são as duas faces da mesma moeda e onde qualquer *ajuste* deve necessariamente ser pago por um terceiro grupo: o povo. Assim foi no fim da escravidão, onde os donos de escravos foram regiadamente indenizados pelo Estado enquanto aos escravos libertos restou a opção de continuar a serem

massacrados pelo capitalismo nascente, na proclamação da república que sendo bandeira dos liberais foi realizada pelos conservadores, na revolução de 30 que como já dissemos deixou intocados os interesses das aristocracias agrárias, isso para não falar no golpe de 64, que de certo modo foi um golpe preventivo, para impedir a modificação do *status quo* e assim tem sido no atual ajuste neoliberal que essas mesmas elites tentam hoje impor ao País à custa da degradação ainda maior das condições sociais do povo.

Outro aspecto que vale a pena ser destacado quando se analisa o desenvolvimento capitalista do Brasil é o fato de que nesse processo o País sempre se beneficiou de conjunturas internacionais favoráveis nas quais se engatou para alavancar seu próprio desenvolvimento. Assim foi no período colonial, com o açúcar, a mineração e o café. Assim também foi no período moderno. O financiamento da CSN

por exemplo foi obtido dos Estados Unidos, embora àquela altura estes fossem contra a industrialização do Brasil, graças ao receio americano de que Getúlio Vargas se colocasse ao lado dos alemães na II Guerra Mundial, dado que estes já haviam oferecido tal financiamento através da Krupp (uma grande siderúrgica alemã). No Plano de Metas da década de cinquenta o Brasil se beneficiou da disputa entre capitais europeus e americanos visando criar novas áreas de influência no mundo. Primeiro vieram os alemães, com a Volkswagen e alguns anos depois vieram os americanos com a Ford e General Motors. Mesmo no período pós-64, dada a força dos sindicatos de trabalhadores dos países desenvolvidos e o custo crescente da mão-de-obra, muitas multinacionais se deslocaram para países como o Brasil em busca de mão-de-obra barata e matérias-primas abundantes. Basta dizer que àquela altura enquanto o salário médio de um trabalhador americano era de mil dólares, em países como a Coreia, por exemplo, esse mesmo salário era de 34 dólares. Acrescente-se a isso a grande liquidez internacional que se criou com a internacionalização do sistema financeiro em meados da década de sessenta e que foi ao máximo com a reciclagem dos petrodólares a partir do primeiro choque do petróleo, criando facilidades para obtenção de financiamentos, principalmente com o aval do Estado, dado que como pensava na época o presidente do City Bank, "um país não pode falir".



**Capitalismo no Brasil
não funciona
sem o Estado e os
capitais
estrangeiros**

Acreditava-se na verdade, que esse engate na dinâmica capitalista mundial fosse um fato irreversível e que não haveria como esse processo de desenvolvimento capitalista sofrer algum tipo de reversão.

A crise dos anos 80 entretanto, colocou a nu a fragilidade do desenvolvimento capitalista brasileiro.

Diante da reversão dos fluxos de capitais para os EUA em função da política de juros altos aplicados pelo banco central americano, o FED, e do subsequente processo de reestruturação industrial, que se iniciou nos países centrais visando superar a crise de lucratividade que se abateu sobre o capitalismo mundial, ficou evidente que o engate dinâmico da economia brasileira à economia internacional não era tão irreversível como parecia ser.

Mais do que isso: ficou claro que o capitalismo brasileiro, embora tivesse logrado constituir um parque industrial relativamente integrado e bastante complexo, respondendo por mais de 50%

da produção industrial de toda a América Latina, não possuía, como bem destacou João Manuel Cardoso de Mello, duas qualidades essenciais para o desenvolvimento capitalista autônomo: *capacidade de investimento e de inovação*. Sem a presença do Estado, esmagado pelo peso da dívida, e do capital estrangeiro, que se voltou para o processo de reestruturação industrial nos países centrais, o desenvolvimento capitalista brasileiro estagnou.

Essa reflexão nos leva a considerar dois fatos: primeiro, a fraqueza do empresariado nacional e, segundo, a natureza perversa dos pactos das elites que jamais permitiu a ruptura com as formas atrasadas (principalmente na agricultura) de produção, não permitindo assim que o desenvolvimento capitalista adquirisse uma dinâmica centrada no próprio País como ocorreu no Japão e Coréia por exemplo. Nesses países, por razões de ordem geopolítica, após a II Guerra, o exército americano impôs pela força uma reforma agrária, dado o apoio que os grandes latifundiários tinham dado ao exército imperial do Japão, criando assim um grande mercado interno de consumo sobre o qual o desenvolvimento capitalista desses países pode se apoiar. A idéia de que esses dois países obtiveram sucesso graças à sua orientação exportadora é falsa, dado que, num primeiro momento, o principal ponto de apoio para o seu desenvolvimento foi o próprio mercado interno ampliado, graças à uma distribuição relativamente mais igualitária da riqueza nacional. Ao lado disso, nesses dois países promoveu-se uma grande concentração de capital permitindo que sete ou oito grandes conglomerados industriais e bancários, desfrutando do apoio discricionário do Estado, pudessem se lançar num processo autofinanciado e inovador de desenvolvimento, colocando-os em condições de igualdade na disputa com grandes grupos multinacionais. Não é, por acaso que hoje, grandes empresas coreanas, como a Samsung e Hyundai, são dos raros empreendimentos do terceiro mundo a disputar o mercado mundial com empreendimentos semelhantes aos dos países desenvolvidos.

Essa longa digressão tem por objetivo demonstrar que no Brasil, esse pacto perverso das classes possuidoras, cujo centro é jamais infringir qualquer tipo de perda aos setores da elite, levou a que os problemas fossem resolvidos sempre pela linha de menor resistência. Isto é: dado o tripé, Estado-Capital Nacional-Capital Estrangeiro, o Estado sempre tomou para si a tarefa de acomodação entre os interesses das elites, levando assim à formação de um capitalismo capenga, não permitindo que os problemas crônicos do capitalismo nacional fossem resolvidos no nível das empresas. Isto é: *se o Estado e o capital estrangeiro o capitalismo brasileiro não funciona* e a maior prova disso, a paradeira em que se encontra a economia nacional nos últimos doze anos quando esses dois atores por razões e interesses diferentes

pararam de investir no País.

Por isso, repetimos, a crise atual é profunda porque resume o conjunto de problemas que se acumularam ao longo de séculos no desenvolvimento econômico, social e político brasileiro: dependente, excludente e autoritário.

Diante desse quadro, resta analisar, as diferentes estratégias que ora se apresentam para romper esse impasse.

A estratégia conservadora, das elites a que nos referimos acima, é aguardar um novo engate na dinâmica mundial. Para isso se dispõe a executar as reformas que a nova divisão internacional do trabalho e o processo financeirização e globalização do capitalismo impõe e que ficou entre nós conhecido como o *consenso de Washington*: enxugamento do Estado, privatização das empresas estatais, liberalização e flexibilização das relações trabalho-capital e a rápida liberalização do comércio exterior.



**Receita neoliberal:
Brasil só
produzirá celulose,
papel e
agro-indústria**

As condições impostas para esse novo engate, nos moldes realizados pelo Chile e pelo México, é a inserção da economia nacional num novo patamar que seja compatível com a nova realidade do capitalismo mundial. Isto é, dadas as perspectivas pouco promissoras de crescimento da economia mundial para os anos 90, associada ao surgimento de um novo paradigma tecnológico derivado da chamada *Terceira Revolução Industrial*, certas vantagens relativas como matérias-primas abundantes e mão-de-obra barata deixam de ser vantagens comparativas das economias periféricas como fator de atração de investimentos diretos estrangeiros. Nessas condições, os conhecimentos derivados dos novos avanços tecnológicos passam a ser o fator de produção mais valorizado na produção e dada as escalas de investimentos exigidas associado ao fraco crescimento da economia mundial, certos empreendimentos para serem viáveis, exigem não só mercados regionais ou nacionais, mas mercados mundiais. Nessa nova dinâmica, a tendência desses novos empreendimentos em alta tecnologia, é de se concentrar nos países centrais e criar todo tipo de dificuldade de acesso de novos concorrentes, que possam por em risco a lucratividade desses megainvestimentos. O que se exige portanto dos países da periferia para se engatar nesse novo *círculo virtuoso* da terceira revolução tecnológica, abrir seus mercados para esses novos produtos, passando a concentrar-se naquilo em que supostamente têm vantagem comparativas naturais: agro-indústria, produção de papel e celulose e produtos industrializados de bai-

xo valor agregado. Daí a retirada do Estado da economia, que nesses países seria o único agente com capacidade de acumulação suficiente para investir nesses novos campos tecnológicos, dada como vimos a fraqueza do empresariado nacional nos países que seguiram nossa trajetória de desenvolvimento.

Ocorre entretanto, que a aplicação desse ajuste, embora seja exequível em países com um desenvolvimento industrial incipiente ou pouco consolidado e mais voltados para a produção primário-exportadora, como os demais países de América Latina, num País como o Brasil, com um parque industrial complexo e diversificado, tem se mostrado muito difícil, dada a complexidade dos interesses em jogo, gerando resistências de todos os lados. E tanto isso é verdade que, em que pese o esforço de certos setores da elite brasileira, associados às pontas de lança desse novo tipo de ajuste que é o Banco Mundial e o FMI, os resultados tem sido escassos e o parque industrial brasileiro, embora defasado cada vez mais tecnologicamente, tem resistido às tentativas mais radicais de desmonte do neoliberalismo. No seio dessas próprias elites os comportamentos são contraditórios. Por exemplo: as montadoras transnacionais de veículos aqui instaladas, ao mesmo tempo que advogam as idéias do neoliberalismo, resistem e reclamam quando o governo abre o País a importação indiscriminada de carros importados de outros concorrentes internacionais.

Qualquer projeto nacional precisa de uma ideologia que mobilize as forças sociais



Contra esse tipo de ajuste, que pressupõe não só a manutenção como o aprofundamento das deformações que o desenvolvimento capitalista brasileiro apresenta, vozes se levantam de todos os lados à procura de uma via *não-neoliberal* de ajuste estrutural da economia brasileira.

Na base dessa procura está a constatação da parte de alguns de que foram exatamente os países que adotaram um regime de capitalismo organizado, com grande presença do Estado no processo de regulação da economia como a Alemanha e principalmente o Japão, que na realidade estão vencendo a corrida no atual processo de reestruturação industrial que ocorre no mundo e que foram os países que aplicaram de forma mais radical o receituário neoliberal, os EUA e a Inglaterra, que perdem cada vez mais terreno para seus concorrentes. Outros vêem a dificuldade na aplicação do receituário neoliberal em economias complexas como a brasileira e para isso levantam o testemunho dos recorrentes fracassos das tentativas de ajuste levadas aqui a efeito

sob o monitoramento do FMI nos últimos dez anos. Outros enfim, observam os custos sociais de tal tipo de ajuste, em termos de desemprego e marginalização de enormes contingentes da população, criando regimes plenos de instabilidade e com riscos permanentes de convulsões sociais, como tem ocorrido na Argentina, na Venezuela e mais recentemente no México.

De forma geral, entretanto, a maior parte dessas propostas, embora ponham em dúvida o neoliberalismo enquanto tábuas de salvação do capitalismo mundial na atualidade, não são muito claras com respeito a que caminho seguir. Advogam, em geral, muito mais uma mudança de ritmo do que propriamente de conteúdo do receituário neoliberal. Imagina-se, a partir de uma perspectiva mais geral, que seja possível, dentro dos marcos do próprio capitalismo, a adoção de um rumo que possa compatibilizar o desenvolvimento capitalista nacional com um processo mais justo de distribuição de renda, preservação da soberania nacional e uma *integração competitiva* da economia brasileira na economia internacional. Em nenhum momento o capitalismo em si é posto em xeque. Nesse sentido o neoliberalismo aparece muito mais como um equívoco dos *policy makers* e tecnocratas do mundo ocidental, principalmente Estados Unidos e Inglaterra, do que, como realmente é, a forma concreta encontrada pelo capitalismo mundial de continuar sobrevivendo em grande parte do mundo capitalista ocidental.

E é exatamente por isso, que essas propostas pecam pela indefinição, pelo generalismo. Por que na realidade não são carne nem peixe. Acreditam na reedição de um estado de bem estar social, quando foi exatamente no berço dessa versão social-democrata do capitalismo que o neoliberalismo nasceu. No fundo, não conseguem se desvencilhar do liberalismo, enquanto substrato ideológico do regime capitalista.

A questão de fundo, pensando agora em termos de um novo projeto nacional para o Brasil, é que antes de mais nada, qualquer projeto nacional precisa ter atrás de si, uma ideologia mobilizadora, que lhe dê consistência política e viabilidade social.

Para o caso brasileiro, que ideologia será essa? O liberalismo e muito menos sua versão neoliberal não podem ser. Embora, no passado, já tenha sido a ideologia liberal uma ideologia revolucionária que esteve por trás da consolidação da maioria dos Estados nacionais que conhecemos, é por demais sabido que os Estados nacionais se constituem hoje um empecilho ao avanço do capitalismo transnacionalizado. Numa época em que os grandes conglomerados capitalistas atuam em escala mundial e os mercados financeiros se libertaram da regulação nacional dos bancos centrais, limitando seriamente a possibilidade dos Estados nacionais fazerem políticas macroeconômicas, certamente não seria no li-

beralismo que iríamos encontrar um ponto de apoio para a construção de um projeto nacional para o Brasil que não nos sujeitasse aos ditames do capitalismo internacional.

Seria então a ideologia socialista? Em torno dela muitas nações construíram seus projetos nacionais. Dado, no entanto, os reveses que as nações que construíram seus projetos nacionais em torno da ideologia socialista passam e estão passando, seria razoável pensar no socialismo como fonte inspiradora e motivadora de amplos setores sociais para a construção de um projeto nacional para o Brasil?

Nos restaria então o nacionalismo. Seria o nacionalismo uma ideologia capaz de motivar a sociedade brasileira, para a construção de um projeto nacional?

Acredito que não. Hoje a sociedade brasileira está claramente cindida em três blocos distintos: uma oligarquia atrasada (o latifúndio), uma oligarquia que se diz moderna (financeira), mas que vive de mãos dadas com o que há de mais atrasado e retrógrado no País, e finalmente, o povo. Essas oligarquias sempre se beneficiaram da dependência do País em relação ao capitalismo internacional. Como nos lembra Florestan Fernandes, o subdesenvolvimento para elas sempre foi um negócio rendoso. Não seria razoável, nem lógico, nem teríamos porque esperar que a burguesia brasileira, naquilo que tem de mais expressivo, pudesse se mobilizar insuflada pelo nacionalismo, para a construção de um projeto nacional diferente daquele que sempre tiveram: excludente, autoritário e dependente.

E quanto ao povo? Seria o nacionalismo, a ideologia capaz de mobilizá-lo em torno de um projeto alternativo de nação?

Talvez pudesse ser um gancho, no sentido de resistir a esse avanço avassalador do capitalismo internacional, abrigando nesse grande guarda-chuva ideológico, não só os trabalhadores em geral, como alguns setores marginais do empresariado e uma parte expressiva de nossas elites intelectuais. Não acredito porém que o nacionalismo, enquanto ideologia mobilizadora da sociedade, possa ir além do campo da resistência. Seria praticamente impossível construir um projeto nacional, fundado na ideologia nacionalista, sem o sério risco de se cair em formas autoritárias de poder, do tipo salvador da pátria, manipuladas por essas mesmas oligarquias e ao fim e ao cabo sem sair dos marcos desse mesmo capitalismo internacionalizado. Afinal de contas, vivemos numa sociedade de classes, cuja razão de existirem não é a cordos olhos das pessoas, mas as relações de poder que se estabelecem entre os grupos sociais. Como construir um projeto nacional abstraindo essas relações? Em sendo a burguesia quem mandasse não sairíamos da situação atual. Em sendo o povo, não haveria porque ser o nacionalismo a marca determinante da nova forma de poder,

embora pudesse e devesse ser um elemento importante na sua consolidação.

Dado o caráter de classe de nossa sociedade e considerando-se o fato de que podemos considerar o ciclo da revolução burguesa no Brasil encerrado em 1964, dado ser o momento em que se completa, pelas mãos do Estado, a transição no País do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista, por mais difícil que possa parecer, só o resgate do socialismo enquanto substrato ideológico de um amplo movimento de massas pode servir de elemento mobilizador de um novo projeto nacional para o País. Um novo projeto para o Brasil só poderá ser construído por uma nova classe social e essa nova classe não construirá esse novo projeto se não tiver uma nova ideologia.

Sem cairmos em teleologias do tipo "a roda da história só anda para frente", como se a trajetória da humanidade fosse um processo retilíneo cujo devenir estivesse previamente determinado e que não seríamos nós mais do que meros *parteiros da história*, é preciso reconhecer, até por exclusão, que no marco atual da evolução humana só a ideologia socialista pode ser o instrumento em torno do qual essa nova classe poderia construir um novo projeto para o País, pois qualquer outra alternativa nos levaria necessariamente à manutenção do atual *status quo*. A viabilidade disto nas condições atuais é outra discussão que não abordamos neste artigo. O que não se pode admitir é que em torno da ideologia liberal se tente construir aquilo que é hoje a sua própria negação. Podemos ser tudo, menos vendedores de ilusões.

LUÍS ANTÔNIO PAULINO é engenheiro, Mestre em Administração Pública pela FGV-SP e Doutorando em Economia pela Unicamp.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita; *O Governo Kubitschek. Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política*. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.
- DRAIBE, Sonia; *Rumos e Metamorfoses. Estado e Industrialização no Brasil: 1930/1960*. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1985.
- FERNANDES, Florestan; *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica*. Editora Guanabara, Rio de Janeiro, 1987.
- FREIRE, Gilberto; *Sobrados e Mocambos*. Editora Record, Rio de Janeiro, 1990.
- FURTADO, Celso; *Formação Econômica do Brasil*. Editora Nacional, São Paulo, 1979.
- HOLANDA, Sergio Buarque; *Raízes do Brasil*. Editora José Olímpio, Rio de Janeiro, 1993.
- MELLO, João Manuel Cardoso de; *O capitalismo Tardio*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1986.
- NOVAIS, Fernando A; *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1977-1808)*. Editora Hucitec, São Paulo, 1986.
- PRADO JR., Caio; *Formação do Brasil Contemporâneo*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1992.
- VIANNA, Oliveira; *Instituições Políticas Brasileiras*. Editora Itatiaia/Edusp, São Paulo, 1987.

Qual é a revolução da burguesia?

JOSÉ CARLOS RUY

As mudanças capitalistas moldam a face do mundo há séculos. Mas há muito tempo a burguesia deixou de ser revolucionária. Hoje vivemos o tempo da revolução proletária

Em nossos dias, fala-se muito em modernização e modernidade. No Brasil, essas palavras viraram sinônimos de uma sociedade mais eficiente e solidária (uma palavra posta em circulação para substituir os antigos anseios de igualdade e justiça social). O uso destas palavras (e dos conceitos que elas exprimem) esconde, porém, a esperança de uma mudança social controlada pelo alto, pelas classes dominantes (como, de resto, é tradição na história brasileira), esperança que desconhece a luta de classes.

Ora, a luta de classes é um processo objetivo, que independe da vontade dos atores sociais. Na verdade, por modernização e modernidade se quer compreender o processo de transformação capitalista da sociedade – processo que já foi descrito melhor e com mais propriedade como *revolução burguesa*. E que tem, em seu centro, a luta de classes.

A revolução burguesa, segundo os clássicos do marxismo, é o processo pelo qual o capitalismo se torna hegemônico nas formações econômico sociais, submetendo a seus interesses toda a produção material. É o processo de transformação capitalista da sociedade e sua subordinação às exigências do capital. É também a construção de um Estado, de instituições políticas, adequados ao domínio da burguesia.

Esse processo tem dois tempos distintos. Um de longo prazo, de mudanças sociais e econômicas; outro de curto prazo, de mudanças políticas e institucionais, no qual ocorrem dois movimentos paralelos e antagônicos – um que é propriamente da burguesia, e outro, mais radical, dos pobres e explorados da cidade e do campo. Finalmente, no tempo de curto prazo se pode também distinguir duas etapas nítidas.

O tempo de longo prazo é o da corrosão e superação das formas pré-capitalistas, subordinando-as ao poder do mercado e do dinheiro. A produção material é submetida pelo capital, e se transforma, crescentemente, em produção de mercadorias, e a própria força de trabalho assume o caráter de mercadoria. As relações mercantis se generalizam na sociedade, e o dinheiro passa a ser a medida geral de todas as coisas e valores, mesmo os morais e éticos. Esse tempo pode demorar alguns séculos – vai desde o longínquo aparecimento das primeiras formas capitalistas, até as vésperas do segundo tempo, que cria as condições objetivas para que as transformações se acelerem e se tornem dominantes.

O segundo tempo da revolução burguesa, de curto prazo, se traduz na luta política aberta da burguesia pelo controle do aparelho de Estado e do poder político. Ela se manifesta quando o poder econômico permite aos capitalistas disputar com a velha aristocracia o domínio da sociedade, e quando as formas políticas e jurídicas arcaicas, expressões de uma forma de organização ultrapassada das relações de produção, impedem o pleno desenvolvimento das forças produtivas, e embaraçam o prosseguimento e a ampliação dos negócios da burguesia.



Os adversários da burguesia em sua revolução são a nobreza e a plebe urbana

Muitas vezes explosivo, este segundo tempo se traduz em episódios pontuais de luta aberta, mais ou menos sangrentos, como as revoluções inglesas do

século XVII ou a revolução francesa de 1789/1792. É neste segundo tempo, de luta aguda contra a aristocracia feudal e latifundiária, que se manifestam aqueles dois movimentos antagônicos que caracterizam a revolução burguesa: a luta da burguesia contra os privilégios feudais, paralela ao levante da plebe urbana e, muitas vezes, dos camponeses.

A explosão inicial abre um período em que pode levar algumas décadas até que o domínio burguês sobre o aparelho de Estado se complete, como criação das instituições políticas que viabilizam o governo dos proprietários, sob hegemonia burguesa, exercido sobre o conjunto da sociedade. “Na Europa Ocidental”, diz Lênin, “(...) a época das revoluções democrático-burguesas abarca um período de tempo bastante determinado, aproximadamente de 1789 a 1871”. Na França, por exemplo, esse processo só se completou após o massacre da Comuna de Paris, em 1871 – quando se criaram as condições políticas para a aliança de *todos* os proprietários contra os trabalhadores vencidos.

O movimento da burguesia limita-se à mudança meramente política e jurídica para estabelecer a igualdade entre os setores proprietários, garantindo aos burgueses os mesmos direitos políticos que são privilégio imemorial da aristocracia. Ao mesmo tempo, a burguesia luta também pelo fim das restrições feudais à realização de negócios, pela unificação do Estado nacional (e do mercado nacional), pela liberação da mão-de-obra dos rígidos regulamentos que impediam sua livre exploração pelos patrões capitalistas.

A nível político, um estudioso já disse que o governo da burguesia foi liberal antes de ser democrático. Os políticos burgueses e seus ideólogos fizeram um enorme esforço para, depois da conquista do poder político, regulamentar o jogo político-eleitoral de forma a manter o formalismo jurídico da consulta popular e, ao mesmo tempo, limitar a expressão institucional da vontade popular. O parlamento moderno – essa vestal *neutra e pura* do sonho dos reformistas – nasceu assim. O parlamento não foi uma criação das massas revolucionárias, como a Comuna de Paris, em 1871, ou os soviets, na revolução russa. Ele foi moldado gradual e lentamente, diz o historiador norte-americano George Novack, pelas camadas altas da burguesia, como instrumento político na disputa contra a monarquia absoluta e contra a plebe. Assim, o parlamento, continua Novack, “(...) emergiu do laboratório da história européia ocidental como o modelo a seguir para levar a cabo a dominação dos donos da riqueza sobre o resto da Nação através de formas mais ou menos democráticas”.

Mas o parlamento, como representante da vontade popular, corre o risco de ser contaminado pelas pressões democráticas, principalmente depois da generalização do sufrágio universal, entre o final do século passado e o começo deste. Não é, assim, bastante

confiável para proteger os interesses da burguesia. Por essa razão, Oliver Cromwell, John Locke, Benjamin Constant, Emanuel Kant, uma lista enorme de políticos e teóricos da burguesia defenderam o sufrágio apenas para os proprietários, recusando o reconhecimento de direitos eleitorais aos pobres, aos trabalhadores, aos que não tivessem um nível mínimo de propriedades ou renda, exigidos como requisito para a qualificação eleitoral. Eles dividiam a população entre *cidadãos ativos*, isto é, os proprietários, cujos negócios e interesses poderiam ser diretamente afetados pelas medidas do governo, e os *cidadãos passivos*, isto é, os não proprietários, os trabalhadores, os que viviam de seu próprio trabalho. Aqueles que – segundo a lógica burguesa – eram considerados dependentes dos proprietários e, portanto, deviam ficar à margem da política. Essa lógica, e o medo do povo subjacente a ela, foi claramente manifestada por um político conservador norte-americano, em 1821: “(...) a tendência ao sufrágio universal é a de por em perigo os direitos de propriedade e os princípios da liberdade”.

A traição da burguesia liberal britânica aos trabalhadores que eram seus aliados, em 1832, é outro exemplo desse esforço para consolidar um pacto político de proprietários que mantenha o povo afastado e subjugado.

O movimento da burguesia é paralelo ao levante plebeu e camponês, e se beneficia dele. Os artesãos, pequenos comerciantes, pequenos patrões, os trabalhadores assalariados das cidades, por um lado, e os camponeses por outro, lutam pelo fim de todos os privilégios, não apenas os da aristocracia. Exigem a igualdade entre os homens, a democratização do Estado e da política, e a instauração de um governo voltado para o bem comum, e não apenas a igualdade entre os proprietários. Os *levellers* (niveladores) da revolução inglesa de 1640/1688, os igualitários de Babeuf e os jacobinos, da revolução francesa de 1789, são exemplos desse radicalismo popular, que não tem ainda expressão independente e autônoma definidas.



**As duas vias da
revolução
da burguesia, uma
revolucionária,
outra conservadora**

Além desses dois movimentos (o da burguesia, de um lado, e o da plebe e do campesinato, de outro), o período da luta política aberta da burguesia pelo domínio do Estado desdobrou-se por sua vez em duas etapas, com padrões próprios de alianças de classes.

A primeira etapa é a época das revoluções clássicas, como a inglesa de 1640/1688 e, no continente europeu, a francesa de 1789. A segunda etapa surge após as revoluções européias de 1830 e 1848. É o tempo da chamada *revolução pelo alto*, da via prussiana, lenta

e gradual, comandada com mão de ferro pela aliança dos proprietários, temerosos de qualquer ousadia, qualquer passo em falso, que coloque seus interesses e seus patrimônios em risco. Escrevendo sobre a velha Rússia, em 1899, Lênin distinguiu com clareza esses dois caminhos. Um é a via revolucionária democrático-burguesa de transformação da sociedade; o outro é a via conservadora, a via da acomodação entre a burguesia e a velha aristocracia.

As classes, é preciso ter em conta, aprendem com sua experiência histórica, e esse aprendizado é nacional e internacional: elas generalizam, a nível internacional, o aprendizado que adquirem em sua luta nos marcos nacionais. O caráter internacional da luta do proletariado é um exemplo disso, e com a burguesia ocorre coisa semelhante.

Nas revoluções burguesas clássicas, o padrão de alianças de classes opôs a burguesia à aristocracia latifundiária. A burguesia comandou a luta do chamado Terceiro Estado – isto é, de todo o povo – contra os privilégios da aristocracia e pelo fim dos entraves feudais que limitavam a expansão das forças produtivas. O programa burguês aparecia como a expressão da vontade geral da sociedade, apesar da luta esporádica e pouco amadurecida dos setores populares radicais, que se opunham à generalização do domínio da burguesia.

Mas, nessa época, a burguesia lutou em duas frentes. Na primeira contra a aristocracia. Na outra contra o radicalismo da plebe urbana, que queria colocar limites à livre ação do mercado, à devastação provocada pelo poder econômico. Na revolução francesa, por exemplo, as exigências populares de intervenção do governo para regular os salários e os preços, principalmente dos gêneros de primeira necessidade, eram veementes. Nesse quadro, a burguesia esforçava-se para subordinar a seu próprio movimento – a luta contra a aristocracia – o movimento da plebe urbana e dos camponeses, e usá-los em seu próprio benefício.

Nesta etapa democrático-burguesa da revolução, lembra Lênin, a participação popular foi grande. “Os movimentos nacionais adquirem pela primeira vez um caráter de massas, fazem participar na política de uma forma ou de outra todas as classes da população, através da imprensa, da participação nas instituições representativas, etc”, configurando quase sempre uma ameaça para o domínio da burguesia, que se inaugurava. Napoleão, por exemplo, começou sua tarefa de consolidar o regime da burguesia quando, em 5 de outubro de 1795, não vacilou em metralhar nas ruas de Paris a população amotinada. Ele salvou a Convenção e ganhou o apelido de *o metralhador*.

Ocorre também, nesta etapa, a transformação capitalista da agricultura, com a liquidação do feudalismo e a transformação da produção agrícola em uma produção capitalista, subordinada às necessidades de acumulação e de reprodução do capital.

Objetivamente – muitas vezes sem saber, ou mesmo

sem querer –, ao lutar contra a aristocracia, a burguesia foi aliada dos camponeses oprimidos pelos privilégios feudais e que aspiravam a tornar-se proprietários das terras em que trabalhavam. A luta da burguesia foi então o estopim para a revolução camponesa que liquidou, na prática (queimando castelos, invadindo latifúndios, ocupando propriedades, movendo-se contra a tirania da nobreza) os privilégios feudais que a burguesia discutia na Assembléia Nacional revolucionária, e sobre cuja eliminação tergiversava.

Assim, em países como a França e os EUA, no passado, ou a Itália, Formosa e outros em nosso tempo, a luta camponesa por um pedaço de terra foi fundamental para a modernização capitalista da agricultura. Ao mesmo tempo, foi importante fator para a estabilidade política burguesa, na medida em que o voto dos agricultores acompanhou, quase sempre, o conservadorismo burguês e foi um poderoso anteparo às propostas políticas mais radicais, defendidas por setores urbanos, principalmente a classe operária. A história política da França no século XIX, com seus sucessivos golpes de Estado, é o exemplo clássico desse desenvolvimento, como Marx descreveu em *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte*.



**Na via conservadora,
proprietários
se unem contra a
aliança
operária e camponesa**

O segundo padrão de alianças de classes, o caminho que Lênin chamou de *junker*, se anunciou nas revoluções de 1830, na Europa, e se consolidou depois das revoluções de 1848 e, principalmente, depois da Comuna de Paris, em 1871.

Nessa época, a classe operária estreou na luta política com um programa próprio, independente e autônomo, que disputava a direção política do conjunto da sociedade, principalmente a direção da luta dos trabalhadores e dos camponeses.

Desde então, a burguesia deixou de ser revolucionária, e tem se aliado à aristocracia e aos militares, em defesa da propriedade privada ameaçada pelo programa socialista dos operários.

O próprio desenvolvimento do capital, e sua hegemonia sobre o conjunto da sociedade, cria as condições objetivas para essa aliança entre todos os proprietários, contra todos os despossuídos da sociedade.

Já não se trata, como na etapa anterior, da oposição entre diferentes formas de propriedade, a forma feudal, pré-capitalista, e a forma capitalista, nem da necessidade de superar as relações sociais de produção pré-capitalistas, expressas em normas jurídicas e instituições políticas e sociais próprias aos modos de produção que antecedem o capitalismo.

Na etapa que se inaugura com as revoluções europeias de meados do século XIX, fica claro que a

oposição fundamental ocorria agora entre os proprietários dos meios de produção e a massa não proprietária de trabalhadores da cidade e do campo. Após o afogamento em sangue da insurreição de junho de 1848, em Paris, diz Marx, uniram-se “(...) tanto na Inglaterra como na Europa Continental todas as frações das classes dominantes, proprietários de terras e capitalistas, especuladores da Bolsa, lojistas, protecionistas e livre cambistas, governo e oposição, padres e livre pensadores, jovens prostitutas e velhas freiras, sob a bandeira comum de salvação da propriedade, da religião, da sociedade! A classe trabalhadora foi por toda parte proscrita, anatemiada, colocada sob a *loi des suspects*”, uma lei de exceção que permitia, na França do Segundo Império, a prisão e o banimento, sem qualquer formalidade, dos que fossem considerados inimigos do governo.

O padrão de alianças de classes da velha revolução burguesa já não prevalecia. É também típico desse período, diz Lênin, “(...) a ausência de movimentos democrático-burgueses de massas, quando o capitalismo desenvolvido, aproximando e misturando cada vez mais as nações já plenamente incorporadas na circulação comercial, coloca em primeiro plano o antagonismo entre o capital internacionalmente fundido e o movimento operário internacional”. Impunha-se agora para a vanguarda operária, pensavam Marx e Engels (um excelente exemplo são suas análises da revolução alemã de 1848), a tarefa de fortalecer os laços com os camponeses, particularmente com o proletariado rural. Mais tarde, em 1894, Engels insistiu nesse ponto. Para conquistar o poder político, o partido socialista – escreveu ele – “(...) tem antes que ir da cidade ao campo, e converter-se aqui em uma potência”.

O sentido dessa aliança era claro: a força política das massas trabalhadoras do campo e da cidade residia em sua união, sob direção da vanguarda operária.

Foi na Rússia de 1917, que essa aliança entre operários e camponeses contra a elite proprietária da cidade e do campo teve sua prova prática. Unidos por um programa comum, arremeteram contra o czarismo e iniciaram o primeiro grande esforço da história para a construção de um sistema social mais avançado. Naquela conjuntura revolucionária, Lênin recusou qualquer aliança com setores da burguesia liberal, e trabalhou para fundamentar a direção bolchevique numa hegemonia construída com base na aliança dos trabalhadores assalariados do campo e da cidade, e alguns setores radicalizados da pequena burguesia russa, sob direção da vanguarda operária. O resultado desse esforço foi um programa operário e camponês que, segundo Lênin, definiu o caráter ao mesmo tempo socialista, proletário, e democrático burguês da Revolução de Outubro.

Assim, neste período, no outro polo da estrutura de classes, foi ficando cada vez mais claro para os operários que a aliança com os camponeses, principalmente com o proletariado rural, é essencial para

a derrota daquele conluio de proprietários. O movimento das massas urbanas e camponesas que, nas revoluções do passado, era subordinado e ainda imaturo, amadureceu, juntamente com as classes que são suas protagonistas. E inaugurou sua própria época revolucionária, o tempo da revolução proletária.



Na época da revolução proletária o movimento político burguês fica mais lento e gradual

Em consequência dessas transformações nas relações de classe, desde a metade do século passado o movimento político da burguesia fica mais lento, diluído ao longo de décadas de transformações. A extensão da hegemonia capitalista sobre as relações sociais, ocorre desde então de forma gradual e segura para os interesses das classes proprietárias. Seu desenvolvimento é freado pelo conservadorismo expresso na aliança da burguesia industrial com a oligarquia latifundiária. Na Alemanha, país clássico dessa segunda etapa, a revolução burguesa foi inaugurada pelas baionetas de Napoleão, em 1806, aprofundou-se com a unificação sob Bismarck, e só se completou, contraditoriamente – diz o historiador Geoffrey Barraclough – em junho de 1944, quando Hitler e seus asseclas nazistas aniquilaram a classe latifundiária *junker* após o atentado contra o ditador. A Itália, pátria do fascismo, é outro exemplo desse padrão. Giuseppe Tomasi de Lampedusa, cujo romance *O Leopardo*, fixou de forma artística o nascimento e consolidação da aliança entre a aristocracia latifundiária e a burguesia, colocou na boca de um de seus personagens nobres a frase que exprime o sentido mais íntimo dessa aliança: “Se queremos que tudo fique como está, é preciso que tudo mude”. A consequência histórica disso foi a ascensão do fascismo, e a derrota do movimento operário, nos anos 20.

No Brasil, a revolução burguesa teve também características próprias, como vimos em artigo anterior. Elas decorrem da longa duração do escravismo (fomos o último País do Ocidente a abolir a escravidão); da persistência do colonialismo (que, mesmo após a Independência, a Abolição e a República, conseguiu manter intactas sua estrutura interna, baseada no latifúndio e na monocultura de exportação); da posição subordinada do País na divisão internacional do trabalho; da existência, no País, de possibilidades para o desenvolvimento de negócios da burguesia, mesmo na situação de dependência externa e de domínio neocolonial.

A maturidade da classe operária e a conquista de condições para a elaboração de um programa socialista revolucionário para a sociedade brasileira são, neste sentido, frutos do desenvolvimento, em paralelo, da luta de classe e do crescimento e diversificação da economia, que levou a uma base indus-

trial sólida e à generalização do domínio capitalista sobre o conjunto das relações sociais de produção.

Esse desenvolvimento seguiu os padrões da segunda etapa da revolução burguesa – a via conservadora, prussiana, *junker*, ou seja lá o nome que se queira dar a ela. Durante décadas, a vanguarda proletária brasileira teve que lutar por um programa democrático radical, típico da etapa democrático-burguesa, enquanto a coligação das classes proprietárias relutava – e, em grande medida, ainda reluta – em fazer seu um programa democrático para o País. Essa luta da vanguarda operária foi particularmente importante sob a ditadura militar, onde a união dos democratas se impôs para vencer o arbítrio e a ilegalidade institucionalizados.

A superação dessa fase foi assinalada pela Constituição de 1988 e pela eleição presidencial de 1989, e ratificada pelo movimento *Fora Collor*, de 1992, que afastou dentro das normas institucionais o presidente repudiado pelos brasileiros.

Nessa conjuntura, onde as condições para a normalidade institucional burguesa parecem asseguradas (embora ainda não tenham sido provadas por ameaças maiores, como poderia ser a emergência de um governo apoiado pelas forças populares) as tarefas da vanguarda operária na luta de classes se redefinem. Trata-se, agora – mais do que nunca – de avançar na formulação e defesa de um programa claramente socialista, revolucionário, que exprima com clareza o atual estágio de maturidade da vanguarda operária, os anseios da classe operária, dos trabalhadores rurais, dos assalariados em geral, das classes médias e demais setores antagônicos ao domínio capitalista. Um programa que reflita, também o papel histórico da classe operária brasileira e seu longo aprendizado político, aprendizado que pode ser suporte para a efetiva modernização do País, aquela que decorre de mudanças profundas, de caráter revolucionário, na sociedade brasileira.

JOSÉ CARLOS RUY é jornalista.

BIBLIOGRAFIA

- BARRACLOUGH, Geoffrey; *Adolf Hitler, ex-mito*, in *Cadernos de Opinião*, nº 1, Rio de Janeiro, 1975.
COSTA, Emília Viotti da, e outros; *A Revolução Burguesa no Brasil*, in *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 4, Rio de Janeiro, 1978.
DIMITROV, G.; *Fascismo y Frente Unica*. Nativa, Buenos Aires, 1974.
ENGELS, Friedrich; *O problema camponês na França e na Alemanha*, in *Marx / Engels, Obras Escogidas*, V. 2. Ed. Ayuso, Madrid, 1975.
_____, *Del socialismo utópico al socialismo científico*, in *Marx / Engels, Obras Escogidas*, V. 2. Ed. Ayuso, Madrid, 1975.
_____, *Ludwig Feuerbach y el fin de la filosofía clásica alemana*, in *Marx / Engels, Obras Escogidas*, V. 2, Ed. Ayuso, Madrid, 1975.
FERNANDES, Florestan; *A Revolução Burguesa no Brasil*. Zahar, Rio de Janeiro, 1975.

- GANDY, D. Ross; *Marx e História – da sociedade primitiva ao futuro comunista*. Zahar, Rio de Janeiro, 1980.
GRUPPI, Luciano; *O pensamento de Lênin*. Graal, Rio de Janeiro, 1979.
HOBSBAWN, Eric J.; *Las revoluciones burguesas (The age of revolution, Europe, 1789-1848)*. Ed. Labor, Barcelona, 1982.
HUBERMAN, Leo; *História da Riqueza dos EUA (Nós, o povo)*. Brasiliense, São Paulo, 1987.
IANNI, Octávio; *O ciclo da revolução burguesa no Brasil*, in *Temas de Ciências Humanas*, nº 10, São Paulo, 1981.
KOCHAN, Lionel; *Origens da revolução russa (1890/1918)*. Zahar, Rio de Janeiro, 1968.
LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi di; *O Leopardo*. L&PM Ed., Porto Alegre, 1983.
LEFEBVRE, George; *O grande medo de 1789 – os camponeses e a revolução francesa*. Ed. Campus, Rio de Janeiro, 1979.
LÊNIN, V. I.; *El desarrollo del capitalismo en Rusia*. Ed. Progreso, Moscou, 1975.
LÊNIN, V. I.; *Duas Táticas da Social Democracia na Revolução Democrática*, in *Obras Escolhidas*. V. 1. Alfa Omega, São Paulo, 1979.
_____, *Sobre o direito das nações à autodeterminação*, in *Obras Escolhidas*, V. 1. Alfa Omega, São Paulo, 1979.
LOCKE, John; *Segundo tratado sobre o governo*. Coleção Os Pensadores. Ed. Abril, São Paulo, 1974.
MACPHERSON, C. B.; *A teoria política do individualismo possessivo*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.
MAMMARELLA, Giuseppe; *L'Italia dalla caduta del fascismo a oggi*. Il Mulino, Bolonha, 1978.
MARX, Karl; *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas*, in *Marx / Engels, Obras Escogidas*, V. 1. Ed. Ayuso, Madrid, 1975.
_____, *Carta a P. V. Annenkov, 28.12.1846*, in *Marx / Engels, Obras Escogidas*, V. 2. Ed. Ayuso, Madrid, 1975.
_____, *El dieciocho Brumário de Luiz Bonaparte*, in *Marx / Engels, Obras Escogidas*, V. 1. Ed. Ayuso, Madrid, 1975.
_____, *La burguesía y la contrarrevolución*, in *Marx / Engels, Obras Escogidas*, V. 1. Ed. Ayuso, Madrid, 1975.
_____, *Las luchas de clase en Francia de 1848 a 1850*, in *Marx / Engels, Obras Escogidas*, V. 1. Ed. Ayuso, Madrid, 1975.
_____, *O Capital*, Vol. 1, Cap. VIII. Ed. Abril Cultural, São Paulo, 1983.
MARX, Karl, e ENGELS, Friedrich; *Manifiesto del Partido Comunista*, in *Marx / Engels, Obras Escogidas*, V. 2. Ed. Ayuso, Madrid, 1975.
MAYER, Amo; *A força da tradição*, Companhia das Letras. São Paulo, 1987.
_____, *Dinâmica da contra revolução na Europa, 1870-1956*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.
Miliband, Ralph; *Marxismo e Política*. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1979.
MOORE JR., Barrington; *Los orígenes sociales de la dictadura e de la democracia*. Ed. Península, Barcelona, 1973.
NOVACK, George; *Democracia y revolución*. Ed. Fontamara, Barcelona, 1977.
PAMER, Alan; *Bismarck*. Ed. Universidade de Brasília, Brasília, 1982.
POLANYI, Karl; *A grande transformação – as origens de nossa época*. Ed. Campus, Rio de Janeiro, 1980.
RUY, José Carlos; *Cartismo: 150 anos de um movimento operário de marca revolucionária*. Debate Sindical, nº 14, jul/set 1993.
_____, *Qual democracia? Qual ditadura? Princípios*, nº 19, Nov. 1990.
RUY, José Carlos, e Maranhão, Ricardo; *As armas, as armas, cidadãos...*, in *História da Revolução da Burguesia*. Super Interessante Especial, nº 2, jun. 1989.
_____, *O general da guerra revolucionária*. (Perfil de Napoleão Bonaparte), idem.
SOBOUL, Albert; *A revolução francesa*. Difel, São Paulo, 1986.

Modificações na situação internacional

JOSÉ REINALDO DE CARVALHO

Em 1991, Bush proclamou o aparecimento da nova ordem mundial, que coincidiu com a derrota do socialismo. Os EUA passaram a exercer a supremacia política e militar, num mundo marcado pela unipolaridade

"Vivemos uma época essencialmente trágica; por isso nos recusamos a tê-la como tal. O grande desastre aconteceu; achamo-nos entre ruínas, forçados a construir novos habitats, a criar de novo pequeninas esperanças. Trabalho bastante duro. Já não há caminhos fáceis à nossa frente: temos de contornar os obstáculos, pular por cima deles – e isso porque temos de viver, seja qual for a extensão do desastre havido".
(D. H. Lawrence)

•40•

Acontecimentos devastadores abalam o mundo neste final de século. Durante a Guerra do Golfo, em 1991, o então presidente dos Estados Unidos, George Bush, proclamou o aparecimento da nova ordem mundial. O anúncio coincidia com o colapso da União Soviética e dos países do Leste europeu. No lugar da bipolarização existente desde a pós-guerra, surgiu o mundo unipolar, onde os Estados Unidos passaram a impor sua supremacia militar e a exercer sozinho hegemonia política no conjunto das relações internacionais.

Desde então, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas e outros fóruns numa completa subversão a consagradas normas do direito internacional, passaram a ser utilizados como instrumentos de intervenção direta sobre Estados soberanos que em maior ou menor grau contestassem a hegemonia norte-americana. Convocaram-se conferências a fim de oficializar o direito de ingerência, pretextando a universalização dos direitos humanos. Apertou-se o cerco contra Cuba, Iraque, Líbia. Sucederam-se novas incursões e bombardeios contra o território iraquiano. Sob o slogan tão ridículo quanto hipócrita de *devolver a esperança* e combater o flagelo da fome, perpetrou-se a agressão militar à Somália.

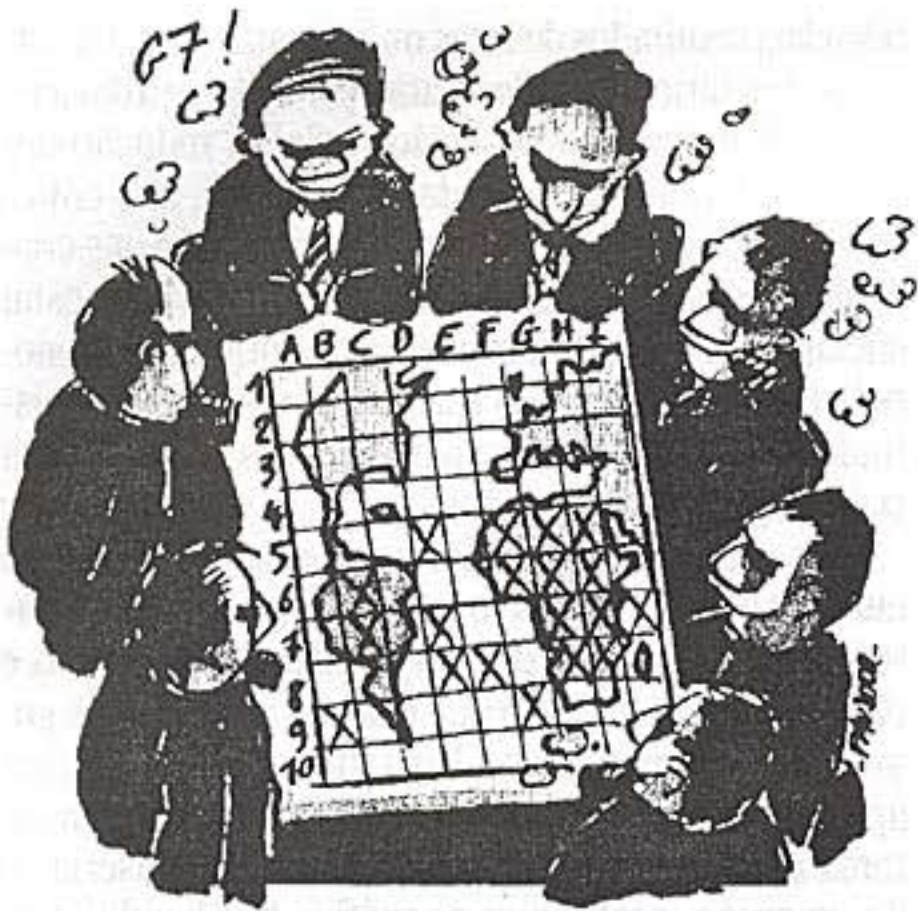
O aumento da agressividade dos EUA combinou-

se com flexões em sua diplomacia. Significativas alterações ocorreram nas relações entre esse país e a China, transformada em alvo de pressões na questão dos direitos humanos, pretexto para tentar forçar a grande nação asiática a promover alterações liberais-burguesas em seu regime político. A Coreia do Norte, que sustenta em meio a imensas dificuldades da construção do socialismo segundo um caminho próprio, sofre abertas ameaças de agressão e chantagem nuclear provenientes da Coreia do Sul e dos Estados Unidos.

O desaparecimento de uma força de contenção em nível mundial – a URSS, e os países do Leste europeu e seu sistema de defesa, o Pacto de Varsóvia – alterou bruscamente a correlação de forças existente desde o imediato pós-guerra. O mundo unipolar a partir de então instaurado, cria condições favoráveis à intensificação da agressividade norte-americana.

Os Estados Unidos, donos de indiscutível poderio econômico e militar e influência política e diplomática, se erigem em árbitros das relações internacionais e gendarmes do mundo. A característica central de sua política é a luta para dominar e submeter os Estados soberanos, impedir o desenvolvimento dos movimentos de libertação nacional, restringir os direitos políticos dos povos, liquidar as soberanias nacionais, derrotar ou neutralizar os países socialistas remanescentes, encontrar meios para a sobrevivência do capitalismo em crise, atirando seus perniciosos efeitos sobre os trabalhadores e os povos dos países dependentes.

A derrota do socialismo, a proclamação da nova ordem imperialista e o estabelecimento da dominação unipolar por parte dos Estados Unidos foram seguidos de ruidosa campanha propagandística, com a mobilização de fabulosos meios, tendo em vista desnortear as massas trabalhadoras e as forças progressistas, anular sua capacidade de resistência e luta,



desacreditar o socialismo e as idéias revolucionárias e sacramentar como definitiva a vitória do capitalismo sobre o socialismo. Saliente papel nesse mister tem sido desempenhado pela social-democracia e pelas correntes oportunistas de direita no seio do movimento operário e popular. A ocasião tem sido propícia para anunciar a morte definitiva do socialismo científico, a caducidade do pensamento de Marx e Lênin e para oferecer os partidos social-democratas, como o *lar comum* das correntes progressistas. Enquanto não chega o apocalipse, tenta-se impingir o *fim da História* como noção corrente.

**Campanha anticomunista
combate os
valores da liberdade.
Em seu lugar,
surge o obscurantismo**



A campanha anti-revolucionária em curso, com fortes doses de histeria anticomunista, é sem dúvida o maior movimento de caráter conservador e retrógrado que a humanidade jamais conheceu. Os valores da liberdade, do progresso social, das grandes transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, forjados em longa trajetória de luta dos povos, são combatidos com inaudita tenacidade. Em seu lugar ressurgem o obscurantismo fantasiado de modernidade.

Diversas áreas do movimento revolucionário e socialista estão ainda impregnadas de derrotismo. Encontram-se desorientadas política e ideologicamente, o que não deixa de se refletir negativamente na classe operária e em setores expressivos da intelectualidade progressista, no nível de organização das lutas, na influência política e incidência de massas dos partidos revolucionários.

Em tal ambiente, de refluxo revolucionário, é natural que os donos do mundo tentem persuadir e o

senso comum suponha ser verdade incontestável o advento de uma nova era de paz, democracia, respeito aos valores humanistas, vigência do direito internacional e das boas normas de convivência entre os Estados. Certamente, os donos do mundo e as pessoas de boa fé tinham todas as razões para sonhar que se vivia no melhor dos mundos. Mas, como a realidade muitas vezes contraria os sonhos, eis que surgem os fantasmas e o sono de muita gente parece hoje em dia bastante tumultuado. Muito pouco tempo depois do anúncio da nova ordem, as esperanças de uma nova era parecem desvanecer-se rapidamente pela vigência de grande desordem. Tudo leva a crer que a nova ordem traz em si os ingredientes de um imenso e incontrolável caos.

Em primeiro lugar porque a nova ordem, imperialista por natureza, apresenta inarredável paradoxo. A potência que domina as relações políticas e diplomáticas e exige inigualável supremacia militar comparativamente a qualquer outra época histórica, apresenta evidentes sinais de decadência econômico-financeira. Já se assiste a dura luta pela redistribuição mundial dos mercados. Japão e Alemanha, sobretudo o *país do sol nascente*, já superaram os Estados Unidos em muitos indicadores, e reivindicam exercer papel distinto do atual nas relações internacionais, além de se candidatarem a ocupar o *status* de potências militares.

O paradoxo reside no fato de que as relações econômicas realmente existentes e predominantes, no âmbito dos países imperialistas, encontram-se em franca contradição com o fenômeno de domínio unipolar. Não se pode aquilatar desde já os prazos históricos para o desencadeamento e o desfecho dos conflitos que esse paradoxo prenuncia, tampouco as formas que assumirão, mas é visível a tendência à instabilidade política e até mesmo o surgimento de embates de maior gravidade. Conquanto na esfera político e militar as grandes potências imperialistas ainda apareçam unificadas no exercício do domínio sobre os povos, pode-se asseverar que o mundo caminha para grandes confrontos. Mais cedo ou mais tarde se formarão novos sistemas de alianças, tendo em vista conflitos interimperialistas de maior envergadura.



**Crise atinge os países
capitalistas,
contrariando todas as
expectativas
do mundo pós-guerra fria**

É o corolário inevitável das contradições interimperialistas.

Um segundo elemento de instabilidade da nova ordem é a crise econômica que se estende e aprofunda em todo o mundo capitalista. Quando a URSS e os países do Leste entraram em colapso, o mundo capi-

talista nutriu a expectativa de abrir novo período de desenvolvimento econômico, com a exploração dos novos mercados. Cogitou-se novo ciclo de crescimento e até mesmo a retomada da expansão dos tempos do pós-guerra. Mas a realidade vem demonstrando inexoravelmente que uma crise de grande vulto e profundidade atinge o conjunto dos países capitalistas. Na presente década, observa-se a continuidade da tendência ao declínio das taxas de crescimento econômico dos países capitalistas desenvolvidos. Na década de 60, a taxa média anual de crescimento desses países foi superior a 5%, caiu para 3,1% nos anos 70 e para cerca de 2% no decênio passado. Nos primeiros anos da presente década, estes índices têm-se mantido em patamares baixíssimos. O crescimento dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE); que reúne os 24 países mais ricos do mundo, foi no ano passado de apenas 1,1%. Japão e Alemanha registraram índices negativos (-) 0,5% e (-) 1,5%, respectivamente. Os Estados Unidos obtiveram tímidos 2,8% de incremento do PIB comparativamente a 1992, e que já é motivo de grande onda propagandística sobre uma suposta retomada da economia norte-americana. Mas não se pode dizer que seja um crescimento sustentado, mormente se se considera que permanece os gigantescos *déficits* nas contas externas da economia estadunidense.

Chama a atenção, em particular, a situação da Alemanha, cuja crise, além dos fatores estruturais, tem como agravante o alto custo de anexação da parte Leste, responsável por pesada carga financeira. Entre 1991 e 1993, o Estado alemão dispendeu com a anexação nada menos de que 450 bilhões de marcos, gerando um *déficit* financeiro de 100 bilhões de marcos, elevando a inflação e abalando a posição financeira do país no quadro da CEE e dos sete grandes.

A crise econômica é sinal evidente de estagnação do sistema. Componente essencial do capitalismo, a crise revela-se como estrutural e sistêmica.

Manifesta-se na tendência ao estancamento, na incapacidade de promover o equilíbrio entre a produção e a circulação de bens, entre a acumulação do capital e o poder aquisitivo dos trabalhadores, entre a capacidade produtiva instalada e as possibilidades de distribuição. Outrossim, a crise põe a nu a incapacidade do sistema capitalista de satisfazer as demandas da sociedade e fomentar o desenvolvimento.

O retrato mais eloquente da gravidade da situação econômica no mundo capitalista são os reflexos na esfera social. O elevado número de desempregados nos países capitalistas desenvolvidos – 36 milhões na OCDE – constitui drama para o qual os governos burgueses não têm solução à vista.

Hoje, em todo o mundo capitalista desenvolvido está em curso uma ofensiva sem precedentes contra os trabalhadores e as conquistas sociais vigentes há

décadas, resultados de lutas muitas vezes cruentas da classe operária. Por toda a parte, procede-se à destruição sistemática da legislação social, à redução dos salários, à multiplicação das demissões, aos cortes dos direitos previdenciários, à deterioração das condições de vida e trabalho. O Estado de bem-estar social entrou em bancarrota e a burguesia monopolista, mesmo quando seus negócios são administrados pela social-democracia no governo, já não tem condições de recuperá-lo.

Por outra parte, na Rússia e nos países do Leste europeu aparecem com força as chagas sociais decorrentes da destruição do antigo sistema produtivo e das conquistas socialistas, encetada pelos novos governantes burgueses. Em todos esses países aprofunda-se a dependência econômica, surgem fatores de desagregação social, cresce a miséria, o desemprego, proliferam as máfias e o banditismo. Pauperizados, esses países têm se convertido em exportadores de mão-de-obra barata.

O quadro de crise estrutural é agravado por problemas conjunturais, como a inflação, a instabilidade financeira, a especulação, a retração dos mercados, a acumulação de dívidas impagáveis e *déficits* fiscais.



Tendências autoritárias e fascistas assolam vários países capitalistas, sobretudo na Europa

É inevitável que conflitos sociais não tardem a se manifestar e desbordem para a esfera política. Com os fatores de desagregação presentes, aparecem nos países europeus fenômenos que até bem pouco eram *privativos* dos países pobres: bolsões de miséria nos grandes centros urbanos, violência indiscriminada, criminalidade crescente.

Em todo o mundo capitalista, e particularmente na Europa, são nítidas as tendências autoritárias, xenóforas e fascistas. Além da ofensiva sobre os direitos sociais dos trabalhadores, está em marcha uma perigosa cruzada contra os imigrantes, associada a tentativas para impor governos autoritários, que possibilitem à burguesia exercer em melhores condições o seu poder monopolista com práticas antidemocráticas e repressivas contra os momentos sociais.

Outro fator estrutural de instabilidade do mundo no quadro da nova ordem são os efeitos do neoliberalismo e da internacionalização da economia nos países de Terceiro Mundo. Na fase atual do seu desenvolvimento, o imperialismo erige um sistema de dominação neocolonial que atenta contra a existência dos Estados nacionais. O combate às eventuais barreiras ao domínio dos grandes países sobre os mercados e as fontes de matérias-primas e energéticas dá lugar a uma reestruturação profunda dos Estados nacionais, uma vedadeira operação-desmonte dos

resquícios de soberania desses países, responsável pela implantação de um sistema ainda mais elitista, concentrador, centralizado, autoritário e inteiramente aberto ao capital estrangeiro. A internacionalização conduz objetivamente ao redesenho do mapa-mundi.

Sob o fraudulento pretexto de extinguir o Estado obeso, burocrático e ineficiente, de livrá-lo de encargos tidos como supérfluos, os arautos do neoliberalismo visam a converter os Estados nacionais dos países dependentes em meros aparelhos administrativos com funções secundárias, sem nenhum compromisso com o fomento ao desenvolvimento nacional e a defesa da soberania. Os países dependentes vão, assim, transformando-se em presas fáceis dos potentados imperialistas. Esta vasta ofensiva contra as soberanias nacionais inclui a desnacionalização das economias, a desindustrialização de países que atingiram níveis medianos de desenvolvimento, como Argentina, Brasil, Chile, México, entre outros, a abertura indiscriminada dos mercados internos à penetração dos produtos estrangeiros e se estende às esferas territorial e de defesa.

Em sua fase atual, o imperialismo não consente que as nações do Terceiro Mundo se potencializem economicamente. A lógica de ferro da internacionalização atua no sentido de transformá-las em dependências ou economias anexadas num processo de divisão internacional do trabalho no qual a essas nações está reservado o papel de importadoras e meras produtoras de determinados artigos ditados pela demanda internacional.

Mesmo contraditórios e débeis, os primeiros sinais de resistência vão surgindo no mundo



As políticas de ajuste preconizadas pelo Fundo Monetário Internacional e outros organismos controlados pelos banqueiros credores tem como fulcro a drenagem da renda nacional dos países dependentes através dos mecanismos de agiotagem da cobrança de dívidas.

Ao agravar a dependência dos países e povos do Terceiro Mundo, a nova ordem traz latente um imenso potencial de resistência e lutas antiimperialistas, portanto, um forte componente de instabilidade e um motor de transformações em vastas regiões do Planeta.

Estes elementos estruturais combinados – as contradições interimperialistas, a intensificação da espoliação da classe operária e o aumento da dependência neocolonialista dos países do Terceiro Mundo – atuam com força como fatores de desestabilização da nova ordem imperialista. Muito embora o movimento revolucionário esteja ainda contido nos marcos do

refluxo iniciado com as derrotas do socialismo, comecem a surgir aqui e acolá os primeiros sinais de resistência das forças progressistas. Uma resistência ainda débil, condicionada, contraditória e marcada por altos e baixos, mas que ao se pronunciar já significa um pequeno passo adiante rumo à alteração da correlação de forças ainda desfavorável.

O ano de 1993 não assistiu apenas ao cortejo de atitudes agressivas e arrogantes do imperialismo. As tropas norte-americanas acabaram encontrando uma resistência tenaz na Somália e dali tiveram que se retirar.

Diversos processos eleitorais realizados em situações diferenciadas em relação aos quais não se pode ter uma leitura única, levaram os defensores do neoliberalismo a acumularem derrotas, por distintas razões. No Canadá, quebrou-se o domínio centenário do partido conservador. Na Venezuela, um candidato apoiado por ampla frente de centro-esquerda, nela incluído o Partido Comunista, em campanha que teve como centro o combate ao plano neoliberal do imperialismo e das elites dirigentes, conquistou a Presidência da República. Em Portugal, o direitista partido do governo ficou minoritário nas recentes eleições municipais, num quadro eleitoral em que o Partido Comunista mantém-se como indefectível força de esquerda, com o respaldo de cerca de 14% da população que acorreu às urnas.

Na França, o Partido Socialista, que levava a efeito política conservadora, praticamente desmoronou. Muito embora os resultados das últimas eleições tenham sido capitalizados pela direita, também ali o Partido Comunista galvanizou 10% do eleitorado nacional. Na Grécia, os conservadores foram batidos e o Partido Comunista conquistou 9 cadeiras no parlamento nacional. No Paquistão, ressurgiu vitoriosa a corrente nacionalista encabeçada por Benazir Ali Butho, com propostas em certa medida voltadas para a defesa da soberania nacional e a renovação da vida política. Na Itália, assiste-se à derrocada dos grandes partidos conservadores, nomeadamente a democracia-cristã, em eleições onde pontificaram as forças do antigo partido comunista e da Refundação Comunista. Na África do Sul, caiu o *Apartheid* e todas as projeções sobre as futuras eleições dão como certa a vitória do ANC e do Partido Comunista.

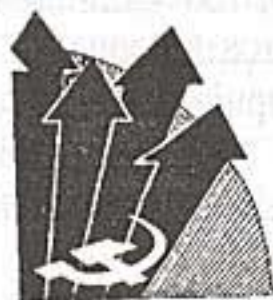
Também em países do Leste europeu surgiram episódios alentadores. Na Polônia, o governo pré-imperialista de Lech Valesa foi derrotado por uma coligação de esquerda. Na Lituânia (novembro de 1992) os antigos comunistas voltaram ao poder. E as próximas eleições na Hungria prenunciam resultado semelhante.

Os fatos recentes mostram também uma resistência ativa das massas, ora organizada, ora sob a forma de manifestações espontâneas e explosivas, suficientes para levar pânico aos governos reacionários. No ano passado, ocorreram combativas greves de trabalhado-

res europeus na França, Bélgica e Itália, além de massivas jornadas de luta contra o desemprego. Na Argentina, país sucateado pela política de ajustes neoliberais, explodiu a revolta popular em Santiago del Estero.

A situação da Rússia, onde o governo reacionário de Bóris Ieltsin mostrou sua face ditatorial durante o sangrento golpe militar de outubro, ainda se apresenta como ponderável fator de crise política e instabilidade, com inevitáveis reflexos nas relações de poder em nível internacional. Ieltsin tentou a todo custo estabelecer o monopólio do poder político num processo viciado, manietado e pleno de restrições antidemocráticas, mas sofreu fragorosa derrota nas eleições de dezembro último. Os comunistas, apesar de duramente reprimidos e desorganizados pela onda contra-revolucionária, obtiveram 13% dos votos e mais de 70 cadeiras no parlamento. A forte rejeição à política ieltsiana de reformas capitalistas torna ainda mais instáveis as posições do ditador russo e mais acidentado o caminho que terá de percorrer para levar a efeito os planos neoliberais do imperialismo para a Rússia. A demissão de Gaidar foi o primeiro sintoma pós-eleitoral de que a Rússia, sob Ieltsin, está muito longe de adquirir estabilidade governamental.

**Episódio protagonizado
por camponeses
de Chiapas ilustra o
novo momento
de resistência dos povos**



•44•

O acontecimento mais significativo do novo momento de resistência dos povos e repúdio aos planos neocolonialistas do imperialismo foi protagonizado pelos camponeses indígenas do Estado mexicano de Chiapas. Precisamente no dia da entrada em vigor do Tratado de Livre Comércio da América do Norte, que submete o México à condição de país subalterno aos Estados Unidos, os camponeses de Chiapas iniciaram operações armadas como não se via desde o triunfo da Revolução Mexicana há oito décadas.

Sob a simbólica denominação de Exército Zapatista de Libertação Nacional, numa alusão ao herói da revolução camponesa de 1910, os indígenas insurretos reintroduziram o elemento revolucionário no processo político latino-americano.

Se a onda contra-revolucionária atual será mais longa ou de curta duração, ninguém pode prever. Mas é inegável que o atual sistema de poder mundial apresenta sinais de esgotamento e encontra-se em franca contradição com as aspirações dos trabalhadores, dos povos e das nações. Cedo ou tarde, a resistência que se esboça adquirirá volume e solidez, pois é alimentada por fatores objetivos que acabarão impondo o surgimento das condições de consciência e organização de um robusto movimento da classe operária e dos povos, pela democracia, a

independência nacional e o socialismo.

Faz parte desse processo de resistência a reestruturação e reaglutinação dos partidos revolucionários e comunistas. Ultimamente, várias iniciativas com repercussão mundial têm propiciado a articulação entre forças comunistas de diferentes países. Em fevereiro do ano passado realizou-se em Quito, Equador, o 2º Seminário Latino-Americano de Partidos Políticos, com a presença de 28 partidos comunistas e revolucionários do subcontinente. Também na Europa têm havido reuniões multilaterais, relacionadas sobretudo com a atividade comum contra o Tratado de Maastricht. Iniciativa de grande vulto e ressonância foi o Seminário Internacional sobre a Situação Mundial e a Atualidade do Marxismo, convocado pelo Partido Comunista da Índia (marxista). O evento, que reuniu 21 partidos comunistas de diversos continentes, foi uma rara oportunidade para o intercâmbio de opiniões e se constituiu num cenário de amplo e profícuo debate de idéias. A Declaração de Pyongyang, documento pioneiro de defesa do socialismo lançado em abril de 1992 na capital da RPD da Coreia, já conta com a adesão de cerca de 200 partidos comunistas e revolucionários de todo o mundo.

Tudo isso mostra que o movimento comunista vem progredindo gradualmente, reunindo pouco a pouco as condições para amadurecer teoricamente, assimilar os ensinamentos das derrotas sofridas, elevar o grau de unidade e potencializar sua influência política e inserção no movimento de massas.

A articulação das forças revolucionárias tem propiciado a reafirmação de convicções na superioridade do socialismo como único sistema político, econômico e social capaz de realizar as aspirações da humanidade; a confirmação da identidade comunista e da validade das idéias de Marx, Engels e Lênin; e a disposição de combater nos planos teórico e ideológico o oportunismo de direita, o dogmatismo e o sectarismo pequeno-burguês.

A luta revolucionária dos povos não caminhará em linha reta. Passará, certamente, por ínvios caminhos, atravessará obstáculos, ultrapassará encruzilhadas. A instabilidade econômica e o agravamento da problemática nacional e social dão lugar ao surgimento de sérios conflitos. O desmedido ataque às conquistas dos trabalhadores, as investidas contra a soberania nacional sob o signo do neoliberalismo e as políticas antipopulares dos governos burgueses acabarão despertando a reação da classe operária e dos povos. É lícito afirmar que a história não chegou ao fim, a realidade está em movimento e há espaço para a retomada do movimento pela emancipação nacional e social e para que se descortine uma vez mais e em outro nível a perspectiva do socialismo.

JOSÉ REINALDO DE CARVALHO é jornalista e Secretário de Relações Internacionais do PC do B.

Impasses e perspectivas do movimento sindical

SILVIO COSTA

*As mudanças políticas, econômicas e técnicas afetam os sindicatos, marcados também pelo ocaso da USI e das CGTs, pelo neopeleguismo da Força Sindical e pelos dilemas vividos pela CUT.**

Na década de 90, o movimento sindical classista enfrentará grandes desafios decorrentes da ofensiva da burguesia internacional e nacional. Coloca-se, na ordem do dia, como necessidade urgente, superar suas debilidades e preparar-se para enfrentar nova situação e cumprir seu papel histórico.

Em nível mundial, a longa crise econômica e social aprofunda-se aceleradamente e apresenta diferentes facetas. Uma das mais perversas é o desemprego imposto a crescente número de trabalhadores, tanto nos países desenvolvidos como nos dependentes. Amplia-se o contingente de deserdados e famintos, excluídos inclusive da possibilidade de integrar-se ao próprio Exército Industrial de Reserva. Ao mesmo tempo, intensifica-se a concentração de riquezas em reduzido número de países e pelos setores das classes dominantes vinculados ao grande capital internacional.

O fim da bipolaridade entre os blocos econômicos, sociais, políticos, ideológicos antagônicos e da guerra fria, decorrente da queda do Leste europeu e da derrocada da URSS, dá lugar à nova redefinição mundial, passando o centro da vida econômica e política a gravitar em torno da disputa entre as grandes potências imperialistas, principalmente três - EUA, Japão e Alemanha.

Os Estados Unidos perdem liderança econômica, tecnológica e seu poder de concorrência no mercado mundial, mas afirmam-se e mantêm-se como a mais importante e agressiva potência militar, como o

demonstrado na Guerra do Golfo Pérsico. Ao assegurar o controle da maior parte das jazidas de Petróleo, acumula condições que lhe possibilitam tentar, em situação favorável, reestabelecer a seu favor o equilíbrio estratégico mundial. Ao contrapor-se à superioridade econômica, financeira e tecnológica do Japão e Alemanha, incentiva a criação de blocos econômicos nas Américas, colocando esses países cada vez mais vinculados a seus interesses. Procura, assim, superar a crise estrutural em que se encontra e assegurar áreas do domínio econômico, político e militar.

Em 1º de janeiro de 1993, estabeleceu-se formalmente a Área Econômica Européia, a Europa Unida, integrando-a e constituindo o maior mercado consumidor mundial, com 400 milhões de pessoas. No bloco europeu, destaca-se a Alemanha reunificada que poderá assumir papel de destaque a se fortalecer, ampliando suas condições para competir em nível de mercado e pela hegemonia mundial.

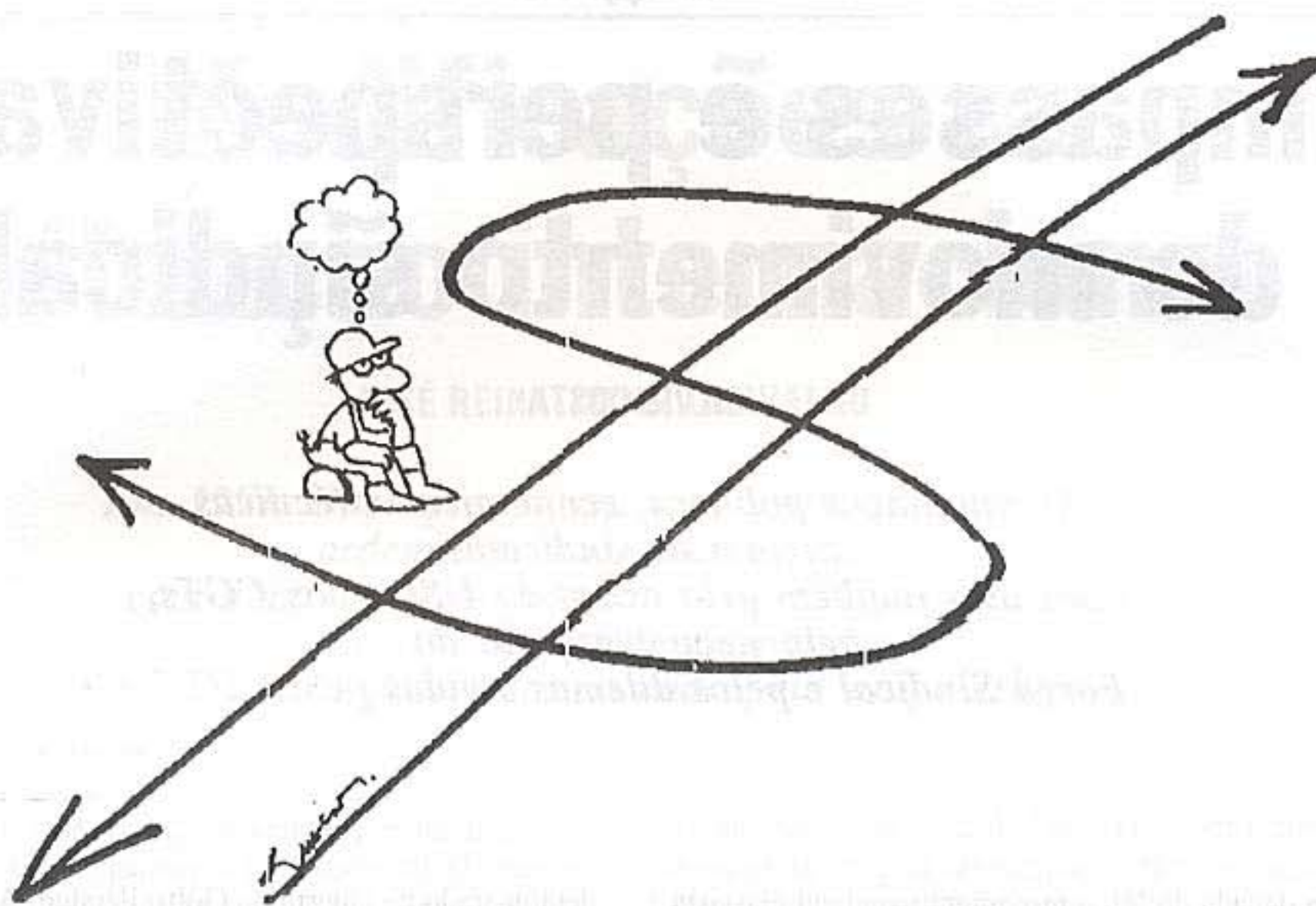


A atual revolução técnica científica mudou as relações do capital com o trabalho

Na Ásia, o Japão assume posição de destaque, e projeta-se no cenário internacional, como grande potência econômica, financeira e tecnológica em condições de participação na concorrência internacional, inclusive, dominando parcela da economia mundial e, particularmente, da norte-americana.

Essas modificações, decorrentes do contraditório processo de desenvolvimento capitalista, são caracterizadas como uma nova revolução tecno-científica

* Este artigo é parte da monografia "Tendências e Centrais Sindicais (O Movimento Sindical Brasileiro no período de 1978/1992)", apresentada como conclusão do Curso de Especialização em Política Social, na Universidade Católica de Goiás, que brevemente será publicada como livro pela Editora Anita Garibaldi/Universidade Católica de Goiás.



•46•

e apresenta alguns aspectos particulares: redução da importância econômica das indústrias que comandavam o processo de produção anterior, dando lugar ao crescimento numérico e em importância, do complexo eletrônico, da microeletrônica, da informática e da automação; substituição das linhas de montagem através do desenvolvimento do processo de produção automatizados, criando situação de crescente desemprego estrutural; alterações significativas no controle do processo produtivo, ajustados à introdução das inovações tecnológicas e, ao mesmo tempo, criando canais de participação secundária na gestão da empresa, garantindo maior eficácia à exploração da força de trabalho; surgimento e crescimento dos conglomerados e holdings que atuam em diversos setores ao mesmo tempo, ampliando a monopolição da economia e reduzindo a participação do Estado na economia dos países dependentes; aprofundamento da competição entre os diversos setores econômicos, considerados atrasados e os modernos; maior internacionalização e integração econômica mundial, abolindo as fronteiras e estabelecendo a interdependência dos mercados financeiros, cambiais, da produção e comércio; acordos e alianças tecnológicas entre as grandes empresas que atuam em determinado setor, objetivando assegurar o controle do processo produtivo e impedir desenvolvimento tecnológico alternativo.

Essa situação assegura a continuidade e o aprofundamento da migração de recursos, de riquezas, dos países dependentes para as grandes potências imperialistas, ficando os primeiros, cada vez mais pobres e dependentes, com crescente contingentes de miseráveis e marginalizados.

Essas transformações provocam alterações nas relações entre capital e trabalho, delineando algumas características mais gerais, existentes, principalmente, nos países desenvolvidos, mas que se manifestam, em grande parte, em alguns países dependentes mais industrializados: introdução de inovações tecnológicas, mudanças nos padrões de trabalho com a automação e a robótica, e a criação de novas formas de gestão; redução proporcional do operariado industrial; rápido crescimento do setor de serviços e terceirização do trabalho; flexibilização e desconcentração da produção; perda de conquistas trabalhistas e sociais; queda ou estacionamento nos níveis de sindicalização; perda da combatividade do movimento sindical que, na defensiva, limita-se às reivindicações econômicas específicas, nos marcos do capitalismo. Mas, mesmo nesse quadro adverso, surgem resistências e lutas, contrapondo-se às tentativas de social-democratização do movimento sindical.

Essa nova realidade, a ofensiva neoliberal desencadeada em nível internacional e a conseqüente eliminação da participação do Estado na economia, pretende liquidar todo e qualquer projeto de caráter nacional, promovendo a internacionalização e monopolização definitiva das economias dos países dependentes. Esse plano é um projeto arquitetado e dirigido a partir dos centros imperialistas e apresenta-se, no estágio atual, como alternativa de possível superação de sua profunda crise, para prolongar a exploração capitalista.

Os objetivos perseguidos pela grande burguesia monopolista internacional e nacionais são estratégicos. Deslocam, em definitivo, as fronteiras nacionais externas para fronteiras político-ideológicas inter-

nas. Os inimigos não são mais outros países, mas sim, os trabalhadores e a oposição da esquerda.

No Brasil, a década de 90 inicia-se sob a égide do Governo Collor de Mello, que alinhado aos interesses da grande burguesia monopolista, frente ao agravamento da crise econômica, adotou medidas conforme o receituário do FMI, e exime-se de buscar soluções aos graves problemas estruturais, tais como: dívida externa e interna; reforma agrária; defesa das estatais, enquanto patrimônio público; incentivo ao desenvolvimento de uma tecnologia nacional.

O projeto neoliberal continuado por FHC, agrava os problemas estruturais do país



Collor de Mello, em 1992, é acusado e comprovase através de uma CPI no Congresso Nacional, de estar envolvido em generalizado esquema de corrupção. As denúncias e fortes evidências, levam ao desencadeamento de significativo e amplo movimento nacional pró-impeachment, que somado ao fracasso de suas medidas econômicas, a retomada do crescimento da inflação e o aprofundamento da recessão, leva-o ao isolamento político. Pressionados, a Câmara Federal admite e o Senado, em atitudes inéditas, declara o impedimento de Collor de Mello para o exercício do cargo de Presidente da República. No decorrer do Processo, assume o Vice Itamar Franco, que nos seis primeiros meses, considerados por ele como de interinidade, não apresenta nenhum plano ou proposta de alteração nos rumos impressos pelo seu antecessor. Restringe-se praticamente, à tentar vender e transmitir uma imagem de honestidade, confiável e austera.

Em termos sociais, o resultado é uma realidade perversa, em que parcela significativa da população brasileira é constituída de miseráveis e despossuídos. Os dados referentes à concentração da renda no País entre 1981-89, divulgados pelo IBGE, indicam a continuidade e aprofundamento do processo de empobrecimento em um polo e, no outro, crescente concentração de riqueza nas mãos de pequeno e seletivo grupo de capitalistas. O 1% mais rico, no início da década passada, apropriava-se de 15% da renda nacional e em 1989, este índice cresceu para 17,5%. Os 10% mais ricos aumentaram no mesmo período, sua participação, de 46,6% para 53,2%. No outro extremo, os 10% mais pobres tiveram sua participação reduzida de 0,9% para 0,6%. Já para os 50% mais pobres, esses índices passaram de 13,4% para 10,4%. Nos três primeiros anos desta década, em decorrência do aprofundamento do arrocho, essa situação, certamente, agrava-se significativamente.

Estes índices alarmantes não significam que o Brasil empobreceu, mas são, sim, uma demonstração

clara do acelerado processo de concentração e centralização capitalista em curso no País, em que uma pequena minoria apropria-se da maior parte do produto do trabalho.

A existência de grande e crescente exército industrial de reserva, associado às políticas econômicas e salariais em detrimento dos assalariados, provoca crescente queda no poder aquisitivo do salário: 48,6% da população economicamente ativa ganha até dois salários mínimos e segundo o Dieese, em fevereiro de 1959, o salário mínimo vigente equivalia a 93 kg de carne ou 241 kg de feijão e em setembro de 1990, apenas 14 kg de carne ou 79 kg de feijão. Os rendimentos do trabalho equivalem a menos de 70% dos verificados em 1985.

As medidas econômicas iniciadas pelo Governo Collor e até o momento seguidas no geral, pelo Governo Itamar, que ensaia apresentar um plano econômico, batizado de FHC, numa alusão ao atual Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, por mais profundas que aparentem, restringem-se a atacar apenas problemas conjunturais e secundários e, principalmente, reduzir os gastos públicos, continuar pagando a dívida externa e seus erros. Com elas, o governo avançou na consolidação de seus objetivos estratégicos, estabelecendo, em linhas gerais, sua política. Promoveu a liquidação das estatais e, através do argumento de implantação de nova política industrial, liberou as importações, reduziu drasticamente as taxas alfandegárias e eliminou a reserva de mercado para produtos nacionais, submetendo, completamente, a economia brasileira aos interesses dos trustes e monopólios estrangeiros.



A batalha sindical vai da luta pelo socialismo à defesa do capitalismo

Desde então, está em curso no País uma política voltada para a monopolização definitiva da economia; de favorecimento das elites responsáveis. A recessão atuará como instrumento para a reestruturação do mercado interno, transformando-o em mero apêndice do internacional, o que permitirá a intensificação da concentração do capital e o aprofundamento da sangria de nossas riquezas.

As medidas econômicas do Governo Collor, continuadas e aprofundadas pelo Plano FHC do Governo Itamar indicam, irrefutavelmente, que a crise, a recessão e, conseqüentemente, o desemprego poderão aprofundar-se no decorrer deste e do próximo ano, atingindo e aumentando a população pobre e miserável.

É nesse quadro complexo que se manifestou nítido impasse político e ideológico que se refletiu marcadamente no movimento sindical, levando as cen-

trais sindicais a posicionar-se de diferentes formas frente aos problemas e na busca de soluções.

Ao analisarmos as perspectivas do sindicalismo nesta década, principalmente no momento atual, não podemos deixar de sublinhar que a USI encontra-se praticamente desarticulada e as duas CGT's - a Confederação e a Central - cada vez mais se constituem em aparelhos sindicais de pequenos grupos e reduzem sua base sindical a insignificante número de entidades. Ao que tudo indica, não conseguirão em futuro próximo, jogar nenhum papel. A disputa pela direção do movimento sindical, na prática, reduz-se à CUT e à Força Sindical, que se colocam em campos antagônicos nos planos político e ideológico. Um mantendo suas reivindicações nos limites da ordem capitalista. O outro, com divergências internas, lutando em defesa dos direitos e reivindicações econômicas específicas e imediatas, mas uma força cuja perspectiva histórica é a superação do capitalismo e a construção do socialismo.

A Força Sindical criada no início de 1991, surgiu com um projeto político e ideológico claro, bem definido, de consolidar entre a classe operária e os trabalhadores em geral, o sindicalismo chamado de resultados, enquanto expressão sindical do neoliberalismo. Diferenciando-se em sua prática do peleguismo tradicional, defende ideológica e politicamente o capitalismo; politiza o movimento reforçando a ótica burguesa de que ao trabalhador cabe reivindicar apenas vantagens de caráter econômico - melhores salários e condições de vida. A Força Sindical possui espaço de representação e representatividade sindical, tendo como base a consciência empírica e imediatista de significativo número de trabalhadores identificados com a perspectiva de ascensão social. É a expressão política e ideológica da moderna direita no movimento sindical. Sua existência e o acúmulo de forças no futuro estão condicionados aos rumos da luta de classes em curso no País. Ao que tudo indica, mesmo que consiga atrair setores provenientes principalmente das duas CGT's, dificilmente conseguirá impor-se como força hegemônica no movimento sindical brasileiro. Atualmente, participa de uma frente política de apoio ao Governo Itamar, principalmente a partir da indicação do Senador Fernando Henrique Cardoso, um dos cardeais do PSDB, para o Ministério da Fazenda, o que deu áurea de credibilidade ao governo, principalmente junto aos credores internacionais e o capital monopolista. Como expressão do sindicalismo de conciliação de classes, dentro da ordem burguesa, entra em contradição frontal com os interesses das classes exploradas, o que é acentuado pelo fato de que a burguesia, inclusive seus setores sociais democratas representados no governo, não demonstram nenhum interesse em atender mínimas reivindicações dos trabalhadores. Essa é uma característica própria do capitalismo dependente, concentrador de rique-

zas e que não permite nenhum resultado aos trabalhadores. Mesmo que a Força Sindical em uma perspectiva imediatista, consiga colocar-se em alguns momentos como alternativas ao movimento sindical classista, sua postura de negociação e participação dentro da ordem dominante, a médio prazo, com o aprofundamento da crise capitalista estrutural e a radicalização do processo da luta de classes, poderá levar a uma acentuada crise do sindicalismo de resultados e, até mesmo, à desestruturação da Força Sindical.

Em perspectiva, a CUT é a central que poderá vir a ocupar esses espaços, ampliar sua representatividade sindical e consolidar-se de fato, como única. Mas, para tal, faz-se necessário a superação de graves e profundos problemas internos, entre os quais destacamos o forte rendencismo, a exclusão da participação de entidades filiadas em seu Congresso Nacional; a burocratização e, conseqüentemente, a substituição da necessária democracia sindical pela luta fratricida entre as diversas tendências que disputam a hegemonia na central.



Sindicalismo de resultados ou socialismo, eis o dilema vivido pela CUT

A CUT tem-se forjado como uma central de esquerda, ponto de aglutinação de amplos setores que, com diversos matizes, defendem o socialismo. A crise estrutural, sem perspectiva de solução nos limites do capitalismo, manifesta-se com grande nitidez na Central. Sua ação ofensiva e destacada, encontra-se obstaculizada pelo confronto interno entre diferentes concepções e propostas de enfrentamento da crise, levando-a ao defensismo e a um impasse político e ideológico.

Nos últimos anos, vem se delineando, articulando e estruturando-se na CUT uma compreensão de que a solução para a crise será encontrada no sindicalismo de negociação, na participação dentro da ordem dominante, procurando conquistar maior distribuição de renda e melhorias para os trabalhadores. Manifesta-se forte influência do sindicalismo predominante nos países imperialistas, principalmente europeus, vinculados à CIOSL, central internacional de orientação social-democrata, que contribuiu com vultuosos recursos financeiros decisivos para a criação da CUT e consolidação em seu interior de uma tendência vinculada política, e ideologicamente, a seus princípios reformistas. Essa posição até recentemente unitária, é majoritária na Central, e apresenta características nitidamente social-democratas. Mas, os seus segmentos que se encontram nas entidades de bases, assumem nos embates cotidianos, posições de luta e não de conciliação. Essa corrente existente,

principalmente, não exclusivamente no seio da Articulação Sindical, apresenta nítidas contradições, que evoluem para acentuados rachas, seja no movimento sindical ou no político-partidário, como o demonstrado recentemente no processo de convenções do PT e na prematura sucessória na CUT, principalmente por sua Presidência. O setor que, até recentemente tem sido majoritário nessa tendência, aponta, como bandeira de luta prioritária, ou o crescimento econômico com distribuição de rendas, defende na ação sindical, a priorização de ações conjuntas com o patronato e negociação com o governo. Como exemplos, podemos citar a ida ao entendimento nacional de Collor de Mello; a aliança com o empresariado na pressão ao governo para a liberação dos cruzados e pela retomada do desenvolvimento econômico. Frente ao Governo Itamar e seu Plano Econômico, o FHC, não apresentam alternativa de luta. O setor à esquerda, não aceita com tranquilidade esse posicionamento e o ideário social-democrata que se tenta imprimir à Central. Essa contradição interna e o racha na Articulação, associado à radicalidade da luta de classes em curso no País, tem sido responsável para que no campo político e ideológico, esta tendência oscile em suas posições. Defende e vai ao entendimento nacional, mas, no IV Concut, e em ações cotidianas, é obrigada a negar a conciliação, o entendimento, o pacto social, e a reafirmar o sindicalismo classista. Defende a retomada do desenvolvimento (capitalista) com distribuição de renda, mas defende, ao mesmo tempo, o socialismo, enquanto a alternativa dos trabalhadores.

Na CUT, os setores minoritários, constituídos por diferentes tendências, destacando-se entre elas a Corrente Sindical Classista uma das únicas a não constituir-se enquanto tendência interna do PT, assumem posições nitidamente de esquerda e se contrapõem, na maioria das vezes, à política implementada pela Articulação Sindical. Negam a negociação como elemento prioritário e defendem a mobilização e a radicalização do movimento sindical, tendo como objetivo não apenas conquistas econômicas nos limites da ordem capitalista, mas como passo necessário ao acúmulo de forças para a destruição da ordem vigente e a conquista do socialismo.

**Não está descartada,
pelo menos a
médio prazo, a tese
da superação
do predomínio da CUT**



Entre as debilidades que a CUT enfrenta, além das disputas internas, do tendencismo, destacam-se: a dificuldade em superar uma prática própria de uma central de correntes e não de entidades sindicais; em superar o corporativismo do movimento sindical; de ligar as lutas imediatas com as lutas mais gerais que

dizem respeito às relações de poder entre as classes; a luta efetiva, não apenas em declarações programáticas, pelo socialismo.

Mesmo nessa situação de crise, de radicalização e generalização de ações espontâneas (saques, quebra-quebra, etc.); a retomada das mobilizações e lutas contra os efeitos nefastos da política econômica implementada principalmente, a partir dos anos 90; a elevação da espiral inflacionária e o aprofundamento da crise estrutural e mesmo com o distanciamento entre as direções de diversas entidades e os trabalhadores, não está descartada a hipótese, pelo menos a médio prazo, de superação do predomínio na CUT do sindicalismo de participação nos limites da ordem capitalista. Essa perspectiva torna-se mais evidente, no exato momento em que a Central encontra-se em situação de impasse decorrente da luta interna. Manifesta-se a segmentação de sua tendência majoritária, principal responsável pelos rumos impressos à CUT, fato que contribuirá para abrir canais que possibilitem superar sua crise interna e apontar como uma alternativa real, o sindicalismo de luta e não apenas de negociação, de conciliação. Isso poderá se consolidar em seu Congresso Nacional, a se realizar em 1994.

Tornando-se realidade essa possibilidade, iniciar-se-à na CUT um processo de superação de suas ambiguidades, possibilitando definir, em certo espaço de tempo, uma nova concepção e propostas, que para serem majoritárias na Central deverão ser resultantes de ampla aliança entre suas diversas tendências, ainda que precária. Isso não significa por si só, de nenhuma forma, a solução de seus problemas e impasses internos, que exigem não apenas soluções imediatas e necessárias para barrar o avanço da direita sindical, articulada na Força Sindical. São necessárias alterações mais profundas vinculadas à própria sobrevivência da CUT, definindo-se como uma central socialista, que atua e até mesmo negocia, mas contra a ordem e não dentro da ordem.

A CUT deve buscar e encontrar caminhos que a levem à superação da luta interna fratricida, do tendencismo e a eliminar o perigo da burocratização, tendo como referência básica as classes trabalhadoras, seus interesses imediatos e futuros.

Ater-se apenas à correlação de forças existente atualmente no movimento sindical, limitar-se às lutas econômicas cotidianas, procurando dar respostas apenas às questões políticas imediatas, desconhecendo a perspectiva e a tendência de acirramento da luta de classes, é perder a perspectiva da possibilidade e necessidade de, a cada momento, em cada luta, a partir de hoje iniciar a construção do futuro, da nova sociedade socialista.

SÍLVIO COSTA é professor de Sociologia na Universidade Católica de Goiás, secretário de formação do SINPRO-GO e da Executiva da CUT-GO.

Contrato coletivo de trabalho

HELBERT MACIEL

Norma jurídica é também resultante da correlação de forças existentes no seio da sociedade. Debate sobre contrato deve garantir direitos mínimos dos trabalhadores

“Cada etapa é necessária, e portanto justificada para a época e as condições que a originam; mas uma vez que surgem condições novas e superiores, que amadurecem pouco a pouco no seu seio, ela caduca e perde a razão de ser e tem de ceder lugar a uma etapa superior, a qual, por sua vez, entra no ciclo da decadência e da morte.”

(Engels, Ludwig Feuerbach e o fim da Filosofia Clássica Alemã).

•50•

Com mais força, a partir da constituinte, floresce no Brasil a discussão sobre contrato coletivo e regulamentação das relações de trabalho. O debate em curso, se bem que inaugurado por concepções nitidamente social-democráticas, invade as suntuosas hostes da CNI (Confederação Nacional da Indústria), tem repercussões nas formulações táticas revolucionárias e pauta o plano de governo ora esposado pelo Ministro do Trabalho. Cada qual, do leque de concepções que se perfilham, com suas características e objetivos próprios.

Neste artigo, procuraremos contribuir com esta auspiciosa discussão, resgatando os traços históricos fundamentais do instituto e tendo a compreensão de que: se, por um lado, a superestrutura jurídica de uma dada sociedade se ergue por sobre o seu modo de produção econômico, para defendê-lo, é certo, também, afirmamos que a norma jurídica é resultante da correlação de forças existentes no seio da sociedade.

Como dizia Lênin, “(...) uma lei é uma medida política, é política” (*O Estado e a Revolução*). É dizer: o condicionamento social e econômico da norma jurídica, do seu conteúdo e do seu significado político de classe, não obsta a que, sob o regime capitalista, a classe operária venha a conquistar a

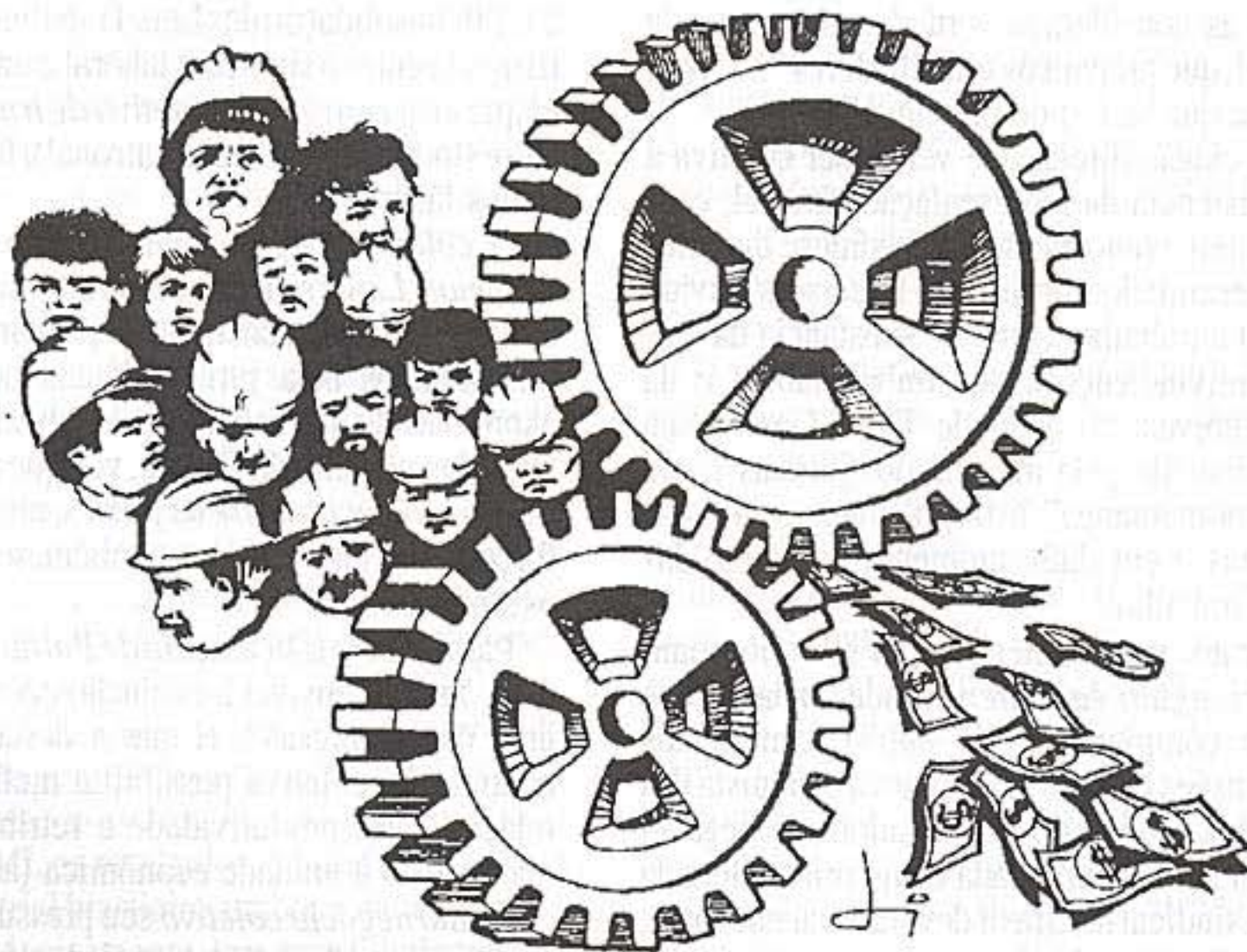
positivação de normas que amenizem a brutal exploração a que lhe submete o capital e, inclusive, sirva para alavancar o seu duro aprendizado revolucionário. Estas normas, surgidas de (e necessárias a) um dado momento histórico, não poderiam deixar de ser defendidas pelos marxistas-leninistas.

Esta conclusão não se confunde com a concepção positivista, que compreende a lei como medida da verdade absoluta e imutável; ou a reformista e social-democrática, que busca modificações superficiais no ordenamento jurídico para moldá-lo à sua concepção de poder político e de sociedade necessariamente capitalista.

A conquista de melhorias nas condições de vida dos trabalhadores, no modo de produção capitalista, segundo Marx, “(...) é o resultado de uma guerra civil prolongada, mais ou menos encoberta, entre a classe capitalista e a classe proletária. Para libertar-se da víbora que provoca os seus sofrimentos, os trabalhadores devem unificar-se como classe e arrancar a lei que, poderosa barreira social, os impede de se venderem livremente ao capital, condenando-os, e a seus descendentes, à escravidão e à morte” (*O Capital*).

Muito se percorreu, desde os primórdios do capitalismo, desde as primeiras lutas pela redução da jornada de trabalho até os dias de hoje. Num processo contínuo, e crescente, que fazem reais as palavras de Ihering, professor e jurista burguês alemão: “O suor e o sangue do homem, cujo odor envolve a gênese de qualquer direito”.

Num primeiro momento, com a substituição gradual do modo de produção feudal pelo capitalista, com a ascensão do trabalhador – para usarmos feliz expressão do professor brasileiro Orlando Gomes – “(...) da condição de objeto para a condição sujeito de direitos”, a legislação, fundada basicamente nos cos-



tumes, que regulava as relações de trabalho tinha por finalidade a criminalização das reivindicações dos trabalhadores, com a vedação à greve e à coalizão (sindicalização). “Quando a produção capitalista atinge um certo grau de progresso, encontra-se (o operário isolado) totalmente indefeso diante do capital” (*O Capital*).

Depois disso, o liberalismo passou a garantir certas possibilidades de reivindicação coletiva aos trabalhadores, sem a intervenção estatal. Deste período histórico, as *trade unions* inglesas e as primeiras experiências de contrato coletivo de trabalho – fruto exclusivo da *livre negociação entre as partes* – e a fixação unilateral, pelos trabalhadores, do salário (só se vendia a força de trabalho pelo preço decidido coletivamente).

**Conteúdo de sindicato
não se dissocia
de movimento grevista
e de
negociação coletiva**



Evidente que se tal modelo vingou nos países de capitalismo mais desenvolvido (Inglaterra e, posteriormente, EUA), em que os sindicatos funcionavam como verdadeiros cartéis, em outras plagas, em particular na Europa Continental e na América Latina, de desenvolvimento mais lento e concentrado, fez-se necessário a normatização de garantias mínimas de proteção ao trabalhador. Esta intervenção estatal nas relações de trabalho tem como marcos históricos a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul (Brasil), de 1891; a da República Mexicana de 1917 e a da República de Weimar (Alemanha), de 1919. No plano axiológico (que é compreendido como uma

das duas dimensões, ao lado da força *normativa dos fatos*, da geração do direito), as idéias positivistas, esposadas por August Comte, pugnavam pela intervenção estatal no campo econômico e, em particular, nas relações de trabalho (Comte chegou a propor, inclusive, a criação da Justiça do Trabalho na França).

A legislação fabril, assim compreendido o conjunto de leis de proteção ao trabalhador, surge, então, como resultado da reação, consciente e sistemática, dos trabalhadores contra a *marcha elementar do processo de produção*. Mas vem a ser, ao mesmo tempo, “(...) um produto necessário da grande indústria, tão necessário como os fios de algodão, o self-actor e o telégrafo elétrico” (*O Capital*).

Assim, se as pequenas concessões legais, a princípio “(...) contra a sua vontade e cedendo à pressão das massas” (*O Capital*), garantem a manutenção intocada do império do capital, mesmo que em desacordo imediato com a exploração, passam a ser, por isto mesmo, necessárias e fundamentais ao desenvolvimento de processo produtivo.

O sindicato nasce como o instrumento fundamental de contraposição à propriedade privada e à absoluta liberdade de dispor, o capitalista, dos meios de produção. Como a forma pela qual se materializa a união da classe operária, e demais trabalhadores, com o objetivo de organizar as lutas pela conquista de seus objetivos imediatos. Seu conteúdo, portanto, não se dissocia dos movimentos grevistas e da negociação coletiva.

A greve tem por objetivo a auto-defesa e a negociação direta com os capitalistas. Historicamente, surge paripasso com a coalizão proletária. Enquanto poderoso instrumento de pressão afirma-se como arma prioritária para dobrar a intransigência patro-

nal. Engels as considerava verdadeiras escolas de guerra social, que prepara os trabalhadores "(...) para a grande luta que se tornou inevitável".

Já a negociação direta, que veio a ser coletiva a partir da existência da representação sindical, conforma-se, então, como elemento da síntese dialética daquele determinado conflito de interesses havido entre capital e trabalho, como a "substância da unidade" das reivindicações dos trabalhadores e da eclosão de greves, no dizer de Tarso Genro. Seu resultado, clamado pela maioria dos juristas como "paz social momentânea", é o regulamento, em dadas circunstâncias e em dado momento histórico, das relações de trabalho.

Se sindicato, greve e negociação se conformam como um *triângulo equilátero* (onde, cada vértice depende do complemento do outro), com iguais pesos, dimensões e importância para a conquista das reivindicações parciais dos trabalhadores, é inegável que qualquer solução apontada como orientadora da experiência sindical no Brasil deverá levar em conta, como a um só, estes três elementos.

**Collective agreement
anglo-americano
expressa liberalismo
e implica em
ausência do Estado**



Em diferentes momentos históricos e em diferentes civilizações, o pacto surgido da negociação coletiva tem assumido denominações diferenciadas: acordo (*collective agreement* – EUA, Inglaterra e demais países da *Common Law*), convenção (*convention collective* – França), compromisso (URSS, quando da democracia popular), contrato (Itália, tendo a expressão surgido sob a égide do fascismo), sendo esta última a mais corrente, quase unânime, no mundo moderno, posto que adotada por Recomendação da 34ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em 1951, e Convenções nº 87 e nº 98, da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

A simples diferenciação de nomenclatura, no entanto, não induz, automaticamente, à diferenciações na configuração do instituto em cada país e em cada momento histórico.

Afinal, pacto, acordo, compromisso ou convenção, em se tratando de relações sociais, traduzem o mesmo significado teleológico de contrato: trata-se da confluência das vontades de particulares com o objetivo de dirimir, ao menos temporariamente, um dado conflito de interesses. Ou seja: a auto-composição traduzida em documento que expresse direitos e obrigações que vinculam as partes que o endossem.

Necessário se faz que localizemos o conteúdo mesmo do instituto do *contrato coletivo de trabalho*, conforme praticado em outras realidades, em contraposição ao nosso atual modelo, expresso na

CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), de acordo (firmado entre o sindicato laboral e uma determinada empresa) e *convenção coletiva de trabalho* (firmada entre sindicatos, laboral e patronal). É o que procuraremos fazer.

O *collective agreement*, próprio dos países da *Common Law* (sistema de direito anglo-americano fundado nos usos, costumes e princípios definidos e interpretados pela jurisprudência dos tribunais) é expressão do liberalismo, só subexistindo face ao total absentismo do Estado, vez que predominante a *livre negociação entre as partes*, em simetria com a força dos cartéis – em que, também, se transformaram os sindicatos.

Para Bobbio (*Dicionário de Política*), este sistema é "(...) mais sensível à evolução econômica de cada uma das empresas". É que a descentralização da contratação coletiva possibilita melhor aferição da relação entre produtividade e retribuição. Por isto que restrito à unidade econômica (acordo).

Como *negócio coletivo* seu pressuposto essencial é a autodisciplina dos associados/dependentes das entidades convenientes, assumindo, o conflito salarial, o condão de aumentar ou aperfeiçoar a produção econômica naquela unidade produtiva.

Peculiar, neste sistema, é a escassez de normas legislativas sobre contratação coletiva e de proteção ao trabalhador.

Prevalece a regulamentação espontânea, "(...) por via contratual, da parte de um grupo, e que não é disciplinada nem reconhecida por lei; o sindicato não é reconhecido e não é também reconhecido o instituto do contrato coletivo; nenhum efeito obrigatório é previsto em seguida à estipulação do contrato coletivo (...) Pelo que, do ponto de vista estatal, constitui um ato privado de efeitos jurídicos" (Manzoni, *Relações Coletivas de Trabalho*). A legislação estatal do trabalho impõe, tão somente, princípios de ordem pública (salário mínimo, penalizações dos abusos, obrigatoriedade da negociação etc), intervindo, pois, subsidiariamente nas relações de trabalho.

Este caráter administrativo (posto que no seio da empresa e com o objetivo de melhorar o seu desempenho), tem como premissas básicas o pluralismo sindical e, via de consequência, a limitação da abrangência dos acordos aos associados à entidade sindical que o firmou.



**Na Itália liberdade
de contrato
levou à revogação de
conquistas
históricas da classe**

Já no sistema positivista, a Constituição e as leis apresentam caráter proeminente, fixando normas de disciplinas e de tutela que não podem ser revogadas pela vontade das partes contratantes.

Aqui a contratação coletiva deverá aplicar os princípios expressos nas leis em vigor, normatizando, se for o caso, condições mais favoráveis ao trabalhador. Sobressai-se, pois, uma concepção essencialmente tutelar.

Essa intervenção da legislação estatal é que imprime ao contrato coletivo a eficácia *normativa* – no sentido de ampliar, como fonte do direito, as garantias dos trabalhadores – e o conteúdo *obrigacional* – no sentido de vincular as partes convenientes – que, por si só, de outro modo não teria.

Tecnicamente se assenta no conceito de *direito de categoria*, o que empresta à sua fisionomia de norma jurídica a validade *erga omnes* (a abrangência sobre as relações de emprego de todos os membros desta dada categoria, econômica ou profissional, independentemente do título de sindicalizado).

A grosso modo não se diferencia, em muito, da sistemática hoje utilizada no Brasil. Exceção feita à possibilidade de contratos de abrangência nacional e articulado, aí incluída a negociação *inter-categorias* (por intermédio de centrais sindicais), como síntese de um sistema de organização sindical estruturado vertical e horizontalmente.

A evolução recente, entretanto, da experiência sindical italiana e francesa, fortemente influenciada pelo *boom* social-democrata, é que guarda contradições com um modelo que, teoricamente, seria o mais consequente, consideradas as condições vivenciadas hoje no Brasil.

O princípio do *sindicato mais representativo*, em contraposição à unicidade sindical e a *flexibilização do direito do trabalho*, emprestando maior relevância à contratação havida entre as partes, em detrimento da legislação estatal protetiva, são os traços hoje marcantes desse sistema (contratações havidas na Itália da década de 70, no intuito de garantir o pleno emprego em período de recessão econômica, findaram por prescindir de conquistas históricas da classe operária daquele país, levando à revogação, em nome da *liberdade de contratação*, de uma série de normas legais de proteção ao trabalho).

Se a princípio, mormente após o fim da guerra, a experiência italiana de contratação coletiva garantia uma “(...) maior busca de estratégias gerais de coordenação e equiparação das relações de emprego” (Bobbio, *Dicionário de Política*), atualmente, conforme nos informa Manzoni, se verifica um movimento em sentido oposto, de priorização da contratação na unidade produtiva, primando pelo envolvimento do sindicato na gestão da crise econômica e avizinhandose do modelo histórico inglês e norte-americano.

Por outro lado, os compromissos (nos países até então da chamada Democracia Popular) não tinham por objeto a defesa dos interesses econômicos imediatos dos trabalhadores, na medida em que perdera sentido a luta contra o capital, presumindo-se que o

Estado avalizava os interesses dos trabalhadores. Na década de 70, assim resumia Manzoni: “(...) seu escopo e conteúdo é no sentido de concorrer à execução do plano e, portanto, é puramente econômico produtivo”.

Neles o sindicato único – elemento constitutivo do próprio Estado – definia, por intermédio de negociações diretas com a direção da unidade produtiva (*acordo*), obrigações recíprocas, de um lado inerentes ao rendimento do trabalho, (por exemplo sua emulação e o aumento da produtividade) e, do outro, inerente à formação e capacitação profissional (prevenção de acidentes, distribuição e utilização da mão-de-obra, higiene, recreação e atividades culturais etc).

Interessante notar, de passagem e sem compromisso direto com o conteúdo do presente artigo (mesmo porque a seguinte assertiva diz mais respeito à necessidade de reforçamento da produção econômica em um período extremo), que, durante a II Guerra, enquanto na França, anteriormente à ocupação nazista, houve ampliação das liberdades sindicais, em contrapartida a um pacto de *paz interna* e de produtividade acentuada, na URSS, de 35 a 47, cessou-se a estipulação de contratações coletivas.



Carta del Lavoro de Mussolini pretendia extinguir conflitos entre capital e trabalho

Enquanto ditadura aberta da burguesia, face à sua necessidade de enfrentar o agravamento da crise econômica e da exacerbação da luta de classes mantendo o domínio e intensificando a exploração da classe operária, o fascismo engendrou uma formulação de relações de trabalho algo, à época, inovadora.

Este regime político articulou um ordenamento legal que – compreendendo a ligação intrínseca entre sindicato, greve e negociação coletiva, substituiu os seus vértices, de modo a colocar este *triângulo equilátero* a serviço dos interesses do Estado.

Do ponto de vista de seus teóricos, não há, nesse regime, conflito entre capital e trabalho. Este seria substituído, em uma terceira via à modernização (ao lado do socialismo e do liberalismo), por uma confluência de interesses, com acentos fortemente nacionalistas.

A *Carta del Lavoro*, de Mussolini, foi o instrumento jurídico fundamental desta nova concepção. Foi o primeiro código de leis a separar as relações de trabalho do direito de propriedade e das amarras do Código Napoleônico, que serviu de modelo às regulamentações civilísticas da maioria dos países da Europa Continental. Foi, também, o primeiro ordenamento a instituir a

Justiça do Trabalho a lhe conferir Poder Normativo.

Aqui os sindicatos, únicos e *representativos da categoria*, são reconhecidos pelo Estado e postos sob o seu mais rigoroso controle. A *Carta Sindical* passou a ser a certidão pública da existência legal de entidades sindicais. A organização sindical corporativa era vista como órgão cooperador da política econômica do Estado, à qual incumbiria “harmonizar as relações entre capital e trabalho”.

A greve, instrumento de autodefesa, foi proibida, ficando sujeitos à sanção penal aqueles que a praticassem.

A recém criada Justiça do Trabalho, neste contexto, exercita a jurisdição nos conflitos individuais e, principalmente, nos coletivos. Seu poder normativo – de criar normas e condições regulamentadoras das relações de trabalho – restringia-se no mais das vezes, a interpretar a legislação estatal, aplicando-a a casos concretos. Raramente a jurisprudência inovava em relação à abundante legislação protetiva.

O contrato coletivo de trabalho exercia função pública, reguladora da economia. Tinha, quase sempre, caráter nacional. Sua preocupação fundamental deveria ser os interesses da produção. Cumpria a função essencial de estabelecer uma disciplina da atividade econômica, através da uniformização das condições de trabalho visando igualar o custo da mão-de-obra, sem deixar de garantir a sobrevivência dos setores marginais da produção econômica (padronização *por baixo*). Por isto mesmo, de *caráter normativo*, ao estabelecer o conteúdo e as disciplinas dos contratos individuais de trabalho, de *conteúdo obrigatório, inderrogável* e de *eficácia* (abrangendo a todos os integrantes da categoria).

Conclusão: Fácil notar que nossa experiência legislativa de relações de trabalho, ao menos a partir de 1945, foi fortemente influenciada pela *Carta del Lavoro*.

Promulgada a Constituição Federal de 1988, entretanto, modificações substanciais surgiram. O Sindicato, único em sua base territorial e por ramo de produção, perdeu seu até então vigente caráter publicístico. O exercício do direito de greve é proclamado livre. Nossos *contratos-tipos* (o acordo e a convenção coletiva de trabalho), ganham características instrumentais e de negociação, mantendo seu conteúdo normativo, obrigatório, inderrogável e de eficácia plena. O Poder Normativo da Justiça do Trabalho foi ampliado em níveis jamais vistos – com certas vantagens para o movimento sindical.

Seguindo a compreensão predominante nos países de tradições positivistas, o conflito coletivo de trabalho é entendido, pela nossa Constituição, como a ruptura com o modelo jurídico vigente. Em assim sendo, o *pacto de paz* daí surgido tem um fim normativo: destina-se a obter as normas que faltam para que as relações de trabalho prossigam em equi-

librio. Deste modo um contrato firmado entre particulares – tendo por finalidade superar, momentaneamente, um conflito localizado entre capital e trabalho – tem força de norma jurídica, vinculante das relações individuais de trabalho em um dado ramo de produção e em um dado município, como se norma estatal fosse e pela qual não podendo ser revogado.

É certo, entretanto, que esse sistema está longe de oferecer todas as possibilidades para alavancar a luta de classes, não somente conformá-la momentaneamente.

Resta saber se as proposições da CNI, ou as da CUT e do Ministro do Trabalho, são satisfatórias do ponto de vista do sindicalismo classista.

O CES (Centro de Estudos Sindicais) e a Corrente Sindical Classista vêm de realizar debates sobre o tema. Por sua vez, Aldo Rebelo, líder do PCdoB na Câmara Federal, em entrevista ao *Diário Popular* (São Paulo, 26.04.93), de forma precisa, defende a idéia de uma legislação que assegure direitos mínimos aos trabalhadores, ao lado da implantação de um sistema jurídico que permita maior amplitude à contratação coletiva.

É certo que a experiência sindical internacional indica importantes instrumentos que podem e devem ser observados.

O debate de idéias e a luta política em torno da definição dos contornos do contrato coletivo de trabalho no Brasil, há tempos, teve início. Cabe a nós aprofundá-lo e resgatar seu conteúdo político classista, sabendo que a experiência sindical internacional indica importantes elementos que podem e devem ser observados.

HELBERT MACIEL é advogado de sindicatos, Conselheiro Seccional da OAB e membro do PCdoB – Piauí.

BIBLIOGRAFIA

Além das obras citadas de Marx, Engels e Lênin, foram pesquisadas as seguintes:

- TUMANOV, V.; *Opensamento jurídico burguês contemporâneo*. Editorial Caminho, Lisboa, 1984.
- GRIGORIAN, L.; *Fundamentos del Derecho Estatal Soviético*. Editora Progresso, Moscou, 1979.
- STUCKA, P. I.; *Direito e Luta de Classes*. Editora Acadêmica, São Paulo, 1988.
- LOSOVSKY, D.; *Marx e os Sindicatos*. Editora Anita Garibaldi, São Paulo, 1989.
- BOBBIO, N.; *Dicionário de Política*. Editora da UNB, Brasília, 1992.
- GIUNGI, Gino; *Direito Sindical*. Editora Ltr, São Paulo, 1991.
- MANZZONI, Giuliano; *Relações Coletivas de Trabalho*. RT, São Paulo, 1972.
- SHIEBER, B. M.; *Iniciação ao Direito Trabalhista Norte-Americano*. Editora Ltr, São Paulo, 1988.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro; *Conflitos Coletivos de Trabalho*. Editora Saraiva, São Paulo, 1978.
- DE LUCA, C. M.; *Convenção Coletiva do Trabalho*. Editora Ltr, São Paulo, 1991.
- GENRO, T.; *Contribuição à Crítica do Direito Coletivo do Trabalho*. Editora Ltr, São Paulo, 1988.

EUA, Nicarágua e eleições*

JACK COLHOUM

A derrota dos sandinistas, na eleição de 1990 na Nicarágua faz de uma nova estratégia americana de intervenção: uma enxurrada de dólares e apoio material a candidatos pró-imperialismo

A derrota dos sandinistas nas eleições de 1990 na Nicarágua foi um choque para quem acreditou na Revolução Sandinista. Os EUA aperfeiçoaram sua estratégia de baixa intensidade na Nicarágua, e os anos de sangrenta intervenção da CIA naquela nação prepararam a fase final: um golpe de estado eleitoral made in USA.

O livro *A Faustian Bargain*¹, de William Robinson, não elimina a mágoa pela vitória de Violeta Chamorro nas urnas, mas mesmo assim deve ser lido por quem quiser compreender como os EUA conseguiram afastar a Frente Sandinista do poder através de uma intervenção política, depois do fracasso em derrotar os sandinistas no campo militar. O primeiro livro de Robinson, escrito com Kent Norsworthy, *David and Goliath: The U.S. War against Nicarágua* (David e Golias: a guerra dos EUA contra Nicarágua, N. York, Monthly Review Press, 1987), venceu o prêmio literário Gustavus Myers Book Award em 1987.

A importância de seu novo livro, *A Faustian Bargain*, vai além de uma análise histórica da orientação política dos EUA na Revolução Sandinista. Com clarividência, Robinson alerta que, tendo funcionado tão bem na Nicarágua, a intervenção americana poderá tornar-se um modelo para a política exterior americana nos anos noventa. Mesmo porque os estrategistas ligados à administração Clinton dizem querer “promover a democracia” através da intervenção política, tese que transformou-se em elemento chave na orientação política externa na era pós-guerra fria.

A *Faustian Bargain* revela toda a extensão da interferência americana nas eleições. Já se escreveu muito sobre os 12,5 bilhões de dólares que o Congresso americano destinou à National Endowment for Democracy (NED - Fomento Nacional à Democracia), para distribuição aos grupos de oposição interna na Nicarágua em 1989/1990. Robinson desvela também o sigilo que envolveu os canais clandestinos usados pela CIA e outras agências americanas para financiar a oposição com mais 17,5 milhões de dólares. Apesar de contribuições financeiras para eleições no exterior serem proibidas pela americana, Robinson mostra que a administração Bush gastou cerca de 20 dólares por eleitor na Nicarágua, enquanto nas eleições americanas de 1988 se gastou 4 dólares por eleitor.

A *Faustian Bargain* conta em detalhes como o NED trabalhou junto com a administração Bush para criar uma oposição nicaraguense fora dos ineficientes e briguentos grupos anti-sandinistas. Foram oferecidos fundos a líderes e organizações, para seguirem a estratégia política dos EUA. Washington não só escolheu Chamorro como candidata da União Nacional de Oposição (UNO), mas elaborou toda a plataforma com que ela concorreu às eleições.



Nos EUA, gasta-se US\$ 4 por eleitor. Na Nicarágua, Bush gastou US\$ 20 por eleitor

Um líder da oposição contou a Robinson que “(...)as pressões da embaixada americana para eu me

juntar a eles foram muito intensas. Eles estão distribuindo muito dinheiro, é difícil resistir". Grupos de trabalho, formados por homens, mulheres e jovens foram organizados pelo NED, que também pagava os profissionais que ensinavam as táticas políticas necessárias a uma campanha eleitoral, e delineavam as atividades cotidianas desses grupos.

O jornal anti-sandinista *La Prensa* e as estações de rádio e TV da oposição anti-sandinista foram financiados e abastecidos com propaganda política da UNO. Os programas foram desenvolvidos por especialistas pagos com o dinheiro do NED.

Em 1989 e 1990, Robinson foi reporter da Agência de Notícias da Nicarágua, sandinista, em Washington, onde ele investigou o projeto do NED para as eleições na Nicarágua. Conversou com funcionários do governo americano e do próprio NED, e descobriu documentos incriminadores, alguns dos quais incluídos no apêndice de *A Faustian Bargain*. Publicou, repetidas vezes, reportagens que denunciavam a intervenção política secreta na Nicarágua, mas a imprensa de Washington (com poucas exceções) não lhe deu atenção. Sei disso porque fui dos poucos jornalistas americanos com grande interesse em suas reportagens.

"Na linguagem de Washington, as forças da oposição que concorriam contra os sandinistas nas eleições eram *democráticas e independentes*, diz Robinson. "Mas, em sua essência, não eram *oposição*, mas sim um grupo de direita formado pela elite nicaraguense, e que foi cuidadosamente cultivado através dos anos como um instrumento de esforço americano para destruir os sandinistas."

Os grupos e indivíduos empregados pelo NED para *promover a democracia* na Nicarágua também não eram nem democráticos nem independentes. O Grupo Internacional Delphi foi o maior beneficiário dos fundos do NED para seu projeto na Nicarágua. Henri Quintero, que liderou o programa do Delphi na Nicarágua, é ligado aos serviços de inteligência dos EUA. Quintero, Carl Spites Channel (*Spites* significa cão de focinho comprido) e Richard Miller controlavam o Instituto North-South Issues (Instituto para Assuntos Norte-Sul), uma fachada para as operações militares clandestinas de Oliver North. O presidente do Delphi, Paul Von Ward, serviu em vários postos do Departamento de Estado do governo americano antes de se unir ao Delphi. Adelina Chiqui Reyes Gavilan, uma exilada cubana de direita, atuava como coordenadora do programa do NED na Nicarágua. Antes disso, Reyes Gavilan trabalhara para o órgão financiado pelo NED, Centro dos Amigos da Democracia, que publicou anúncios na imprensa para pressionar pelo pedido de ajuda militar da administração Reagan para os *contras*. Reyes Gavilan foi recomendada para o NED pelo ativista da nova direita, Max Singer, que trabalhou em projetos de apoio aos *contras*.

O Instituto dos Sindicatos Livres, ligado à AFL-CIO e ao American Institute of Free Labor Development (AIFLD), recebeu 3 milhões de dólares do NED entre 1984/1990 pelo seu trabalho com sindicatos anti-sandinistas. A colaboração da AFL-CIO e do AIFLD com a CIA para organizar grupos de trabalho de direita na América Latina é bem documentada. Robinson mostra que Walter Raymond Jr., da CIA, representou um papel importante para o desenvolvimento da legislação americana que deu origem ao NED, entre 1982 e 1983. Ao mesmo tempo, Raymond foi designado pelo diretor da CIA, William Casey para trabalhar com Oliver North no fomento da propaganda para operações secretas, incluindo a guerra dos *contra*, na Nicarágua. O Congresso americano aprovou a legislação, criando o NED em 1983, e anualmente destina verbas para suas atividades.



Sai a CIA, sem crédito, vem o NED. Uma nova estratégia do imperialismo para os anos 90?

O NED foi apresentado como um substituto para as intervenções políticas clandestinas da CIA no exterior. O apoio da CIA a partidos e atividades pró EUA em outros países havia perdido a credibilidade devido à sua história de golpes políticos e tentativas de assassinato de líderes estrangeiros. Assim, a interferência política dos EUA em assuntos internos de outros países aparece agora com cara nova e legitimada. Os programas do NED são financiados de forma transparente, a pretexto de *promover a democracia*. Mas os sandinistas aprenderam de forma pesada que o NED não era realmente um substituto para as operações da CIA. Os esforços públicos do NED para desenvolver a oposição interna na Nicarágua não só complementaram as contínuas atividades secretas da CIA contra os sandinistas como, descreve Robinson, foram além da estratégia de conflito de baixa intensidade ali usada.

Robinson escreveu que "(...) a estratégia dos EUA em relação à Nicarágua, da virtual declaração de guerra de Reagan em 1981 até as eleições de 1990, foi um processo de atrito que usou múltiplas e bem sincronizadas pressões militares, econômicas, políticas, diplomáticas, psicológicas e ideológicas contra a revolução. As sementes da derrota eleitoral dos sandinistas foram plantadas, regadas e fertilizadas durante um período de prolongada guerra contra-revolucionária. A colheita foi a intervenção eleitoral".

A intervenção do NED nas eleições da Nicarágua foi parte de uma troca fáustica que a Frente Sandinista

fez com os EUA. Os sandinistas, que haviam derrotado os *contra* no campo de batalha, levaram o confronto com o imperialismo na Nicarágua para o terreno político, e permitiram que o NED tomasse parte efetiva no processo eleitoral. Mas subestimaram seriamente a determinação de Washington em vencer a todo custo.

Em 1989, a administração da CIA, líderes democratas no Congresso americano, e o ex-presidente Jimmy Carter haviam assegurado à Frente Sandinista que a CIA encerraria suas ações secretas se Manágua permitisse as atividades do NED para apoiar a campanha da UNO. Mas a atuação americana logo mostrou que Washington não tinha intenção de por fim aos esforços secretos para desestabilizar a Nicarágua.

Robinson conta que "(...) a CIA executou extensas operações do começo ao fim da campanha eleitoral. Os EUA nunca tiveram a menor intenção de renunciar às atividades secretas da CIA, e substituí-las pela intervenção pública do NED, 'em troca da' aprovação do Congresso americano e da concordância da Nicarágua. A Nicarágua perdeu a autoridade para condenar os EUA por transgredir a soberania nicaraguense... Com as autoridades nicaraguenses em uma situação que legitimou a intervenção eleitoral, oficiais americanos puderam aplicar na Nicarágua pressões que em qualquer outro país seriam consideradas absurdas".

Robinson nota também que a Frente Sandinista julgou mal seu apoio político na Nicarágua, depois de uma década de pesadas perdas e devastação econômica. Washington e seus representantes *contras* mandaram fortes sinais durante a campanha. A administração americana recusou a desmobilizar os *contra* até depois das eleições, e advertiu que a ajuda econômica não chegaria se os sandinistas ganhassem as eleições. Os *contra* espalharam o terror no campo e fizeram campanha eleitoral para a UNO. A mensagem era clara. O voto para os sandinistas significaria a continuação da guerra. O voto para Chamorro significaria paz e reconstrução econômica no pós-guerra.

**A nova tática: guerra
e violência
para criar uma tensão
insuportável
na população alvo**



Robinson cita um trecho de um ensaio de um ex-funcionário da administração Reagan, Fred Ikle, um dos arquitetos da diplomacia americana na América Central, que registra a essência do jogo dos EUA na Nicarágua. "Guerra psicológica e violência (são empregadas) para criar uma tensão insuportável na população alvo", escreveu Ikle. "No tempo certo, as ameaças terroristas, e o consentimento da vítima,

uma troca fáustica. Para obter alívio da tensão da vida diária em uma atmosfera de violência constante e aparentemente casual, a vítima se rende e troca seu direito nato à liberdade por um pouco de paz - literalmente a qualquer preço".

Enquanto isso, há vários sinais de que a administração de Clinton deve expandir o papel do NED na diplomacia americana. Um relatório chamado *An American Foreign Policy for Democracy* (Uma Política Externa Americana pela Democracia) publicado em 1991 pelo Progressive Policy Institute (PPI), do Democratic Leadership Council (DLC - Conselho de Liderança Democrática) recomendava o aumento do orçamento anual do NED, dos atuais 25 milhões de dólares para 100 milhões. Clinton foi fundador e é membro do DLC.

"Uma estratégia para promover a democracia a longo prazo (...) deve ser o foco central, o traço definitivo de nossa política diplomática internacional na fértil e volátil era em que estamos entrando", enfatizou o relatório do PPI. O DLC se vangloria de sua *terceira via* política, descrita como "(...) à direita da familiar panacéia democrata, mas ainda à esquerda do republicanismo de Reagan", segundo o *Washington Post* de 7.12.1992.

O relatório do PPI, escrito por Larry Diamond, professor no Instituto Hoover, da Universidade de Stanford, louva o papel do NED na Nicarágua. "O dinheiro serviu para construir um movimento democrático centrado, dar apoio a um sindicalismo independente, treinar grupos de oposição em organizações e técnicas de campanha, e convencer eleitores", diz Diamond.

A agenda do PPI desempenhou um papel significativo na campanha de Clinton, como a seção *Promoting Democracy* (Promovendo a Democracia), do programa do Partido Democrata em 1992 refletiu em sua convocação para "promover instituições democráticas através da criação de *Democracy Corps* (Corpos Democratas) para mandar voluntários americanos para países que procuram técnicas legais, financeiras e políticas para construir instituições democráticas, e apoiar grupos como o National Endowment for Democracy, o Asia Foundation e outros.

JACK COLHOUM é jornalista do semanário Guardian (N. York), cobriu em Washington a política americana para a Nicarágua de 1983 a 1992.

NOTA

(1) *A Faustian Bargain: U.S. Intervention in the Nicaraguan Elections and American Foreign Policy in the Post-Cold War Era* (Uma Barganha Fáustica: Intervenção Americana nas Eleições Nicaraguenses e Política Externa Americana na Era Pós-Guerra Fria), Boulder: Westview Press, 1992). O título é uma referência a Fausto, personagem de vários escritos antigos, popularizado por Goethe na obra que leva esse nome, e que teria vendido sua alma ao diabo.

Índios mexicanos fora da nova ordem

ANTÔNIO CARLOS QUEIROZ

Rebelião que surpreende governo mexicano e o resto do mundo é evidência de que populações pobres não têm espaço na integração primeiro-mundista.

•58•

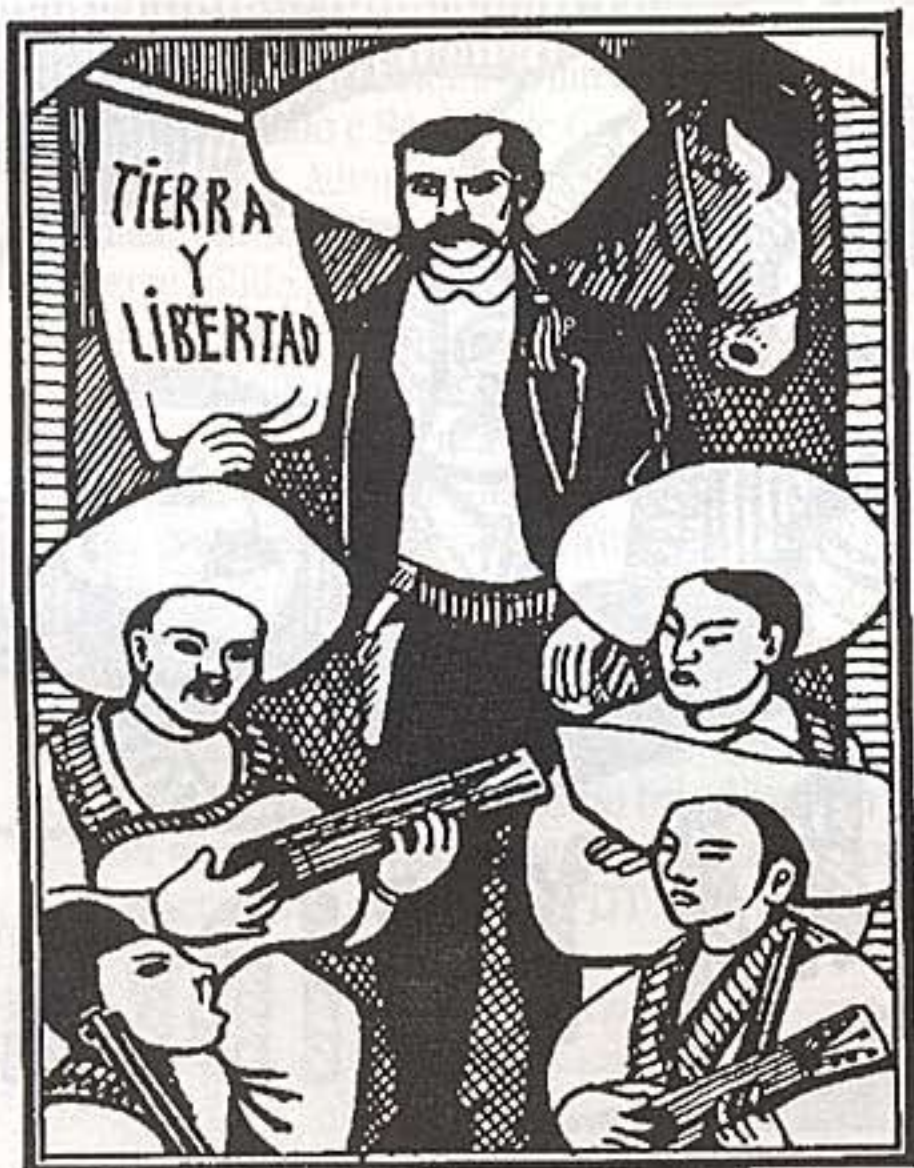
As lideranças indígenas de Chiapas, sudeste do México, resolveram inaugurar o Ano Novo exigindo trabalho, terra, moradia, comida, saúde, educação, autonomia, liberdade, democracia, justiça e paz. Chiapas é o Estado mais pobre do país. Campeiam ali a miséria, o abandono, a humilhação: um médico para cada 1500 pessoas; 30% de analfabetismo; 35% das comunidades e 33% das casas sem energia elétrica; 42,6% sem água nem esgoto. O que surpreendeu o governo mexicano e o resto do mundo foi que os índios de Chiapas externaram suas exigências de armas na mão.

Sob o comando do até então desconhecido Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), cerca de 2.000 guerrilheiros indígenas, uniformizados, com metralhadoras e fuzis automáticos, mas também com lanças de madeira e facões, tomaram, na madrugada do dia 1º de janeiro, a cidade de San Cristóbal de las Casas, de 85 mil habitantes, e outras menores, na fronteira com a Guatemala: Ocosingo, Altamirano e Las Margaritas. Eles atacaram várias vezes um quartel do Exército mexicano em Rancho Nuevo, depredaram sedes de prefeituras e algumas pontes, libertaram prisioneiros, saquearam supermercados, distribuindo mercadorias para a população. E ainda sequestraram personalidades importantes da vida política, entre elas o ex-governador de Chiapas, Absalón Castellanos Domínguez, a quem acusam de violar os direitos humanos dos povos indígenas.

Inicialmente, a reação do governo, atônito, foi de cautela. Depois as autoridades desencadearam uma furiosa repressão, enviando 12 mil soldados do Exército, tanques, aviões de caça, helicópteros e foguetes. Muitos desses equipamentos foram cedidos pelo

governo norte-americano para o combate ao narcotráfico. Os guerrilheiros foram obrigados a recuar, refugiando-se nas montanhas e na Selva Lacandona. Mais de 400 pessoas foram mortas durante os conflitos, segundo fontes do Igreja Católica. O governo admite pouco mais de cem. Há testemunhos de jornalistas, médicos legistas e integrantes de entidades de defesa dos direitos humanos sobre a execução sumária de guerrilheiros, com as mãos amarradas para trás e tiros na nuca. Dezenas de pessoas foram dadas como desaparecidas. A repressão só não foi maior porque desencadeou-se um grande movimento nacional e internacional contra as manobras de extermínio do presidente Carlos Salinas de Gortari que, no dia 16 de janeiro anunciou a concessão de uma lei de anistia para as duas partes que participaram do conflito. Isto é, uma lei de anistia recíproca com a qual implicitamente ele admite os crimes de lesa humanidade cometidos pelo Exército.

O nome do Exército Zapatista de Libertação Nacional e seu principal *slogan*, *tierra y libertad*, são uma homenagem a Emiliano Zapata, um dos grandes heróis da Revolução Mexicana, ao lado de Pancho Villa. A data do ataque foi escolhida de propósito, porque no primeiro dia do ano começou a vigorar o Nafta, o Tratado de Livre Comércio, assinado entre os Estados Unidos, o México e o Canadá. Para os guerrilheiros, um dos objetivos do Nafta "(...) é a entrega do país aos estrangeiros". Segundo um dos líderes do EZLN, o comandante Marcos, ao jornal italiano *L'Unitá*, o Nafta é mais do que isto: é uma *sentença de morte* para os índios. "A entrada em vigor do Tratado representa o começo de uma matança internacionalizada", afirmou ele.



O comandante Marcos sublinhou que o movimento exige também a renúncia do presidente Carlos Salinas de Gortari e a formação de um governo de transição, que convoque eleições livres e democráticas em agosto de 1994. Na verdade, as eleições presidenciais já estão marcadas para o mês de agosto. Mas, como acusa a oposição, o governo já montou o tradicional esquema de fraudes visando garantir a vitória do candidato oficial, Luís Donaldo Colosío – o mesmo esquema que garante a ditadura do Partido Revolucionário Institucional (PRI) há mais de 60 anos. Uma grande crise nas hostes do governo e do PRI, e a recuperação de seu principal adversário, o candidato do Partido da Revolução Democrática (PRD), Cuauhtémoc Cárdenas – que já parecia cambaleante, depois de ser acusado de *extremista e radical* numa insidiosa campanha do PRI – são duas das consequências mais imediatas da rebelião indígena.

Índios sempre viveram em guerra. Se é para morrer, por que não morrer lutando?



Numa época em que a maioria dos principais grupos armados da América Latina trocou o fuzil pela via institucional do voto, a explosão de Chiapas não apenas surpreendeu a direita e a esquerda. Ressoou, nos círculos bem pensantes como uma coisa fora de moda, resquício de um passado já morto e enterrado. O Prêmio Nobel de Literatura Octavio Paz, que já foi um crítico acerbo da oligarquia mexicana e hoje canta loas ao neoliberalismo, escreveu

que a inspiração do EZLN vem de "(...) fragmentos das idéias do maoísmo, da Teologia da Libertação, do Sendero Luminoso e dos movimentos revolucionários centro-americanos. Em suma, restos do grande naufrágio das ideologias revolucionárias do século 20". O próprio Paz reconhece, no entanto, que "(...) a população camponesa (de Chiapas) – que em sua imensa maioria descende de um dos povos pré-hispânicos mais ilustres, os maias – vem sendo submetida, há séculos, a muitas humilhações, discriminações e ignomínias. Por anos e anos, suas petições não foram ouvidas, nem pelas classes abastadas – principais responsáveis pela penúria crônica dos camponeses – nem pelos governos".

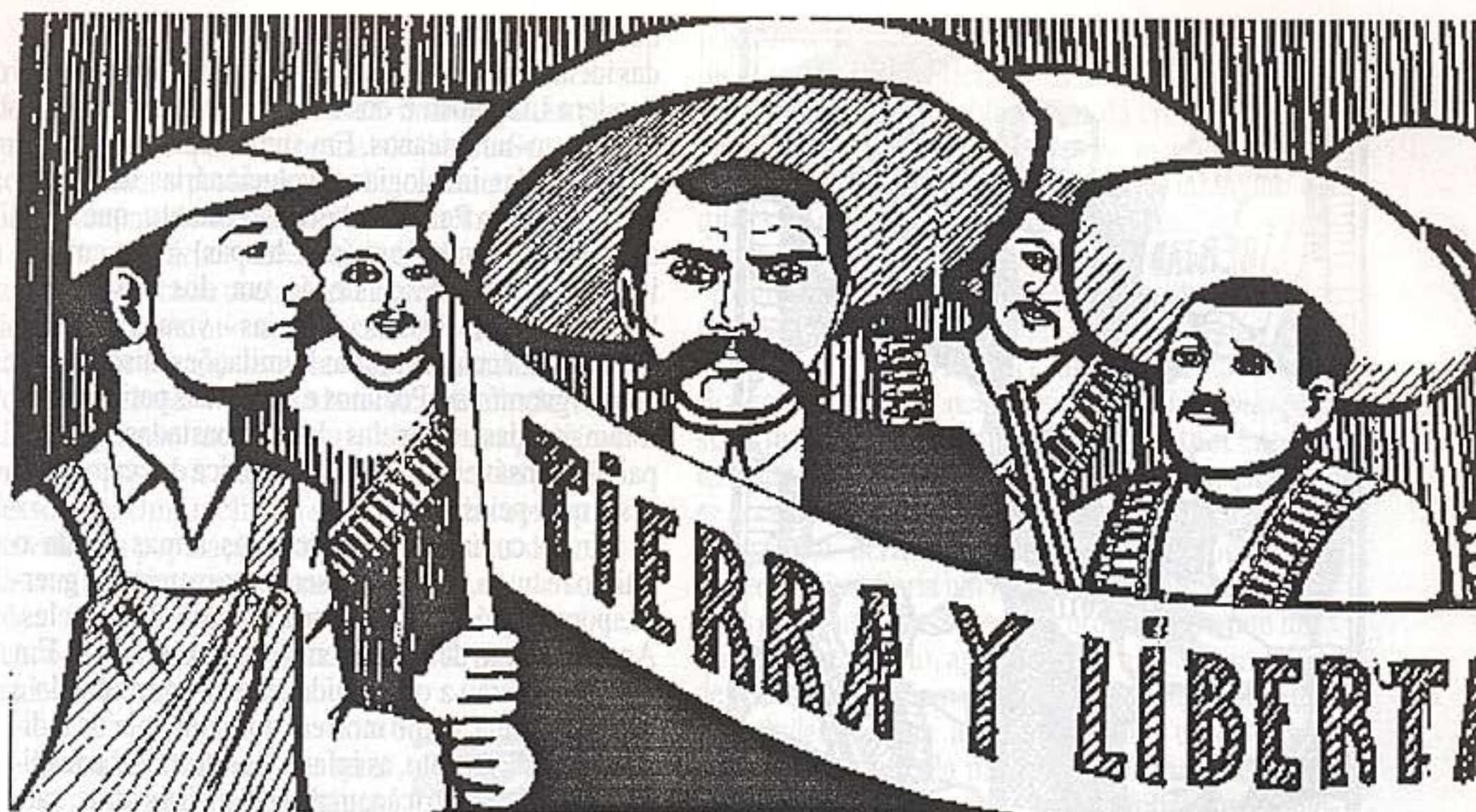
Para o comandante Marcos, as armas foram o último recurso. "Os índios sempre viveram em guerra, porque até hoje as guerras foram contra eles. Agora é a hora deles lutarem contra os brancos. Em todo caso, terão a oportunidade de morrer lutando e não de diarreia, como morrem normalmente os índios Chiapas". De fato, as infecções intestinais e respiratórias e a desnutrição, males de 40 anos atrás, são, de acordo com uma reportagem da revista mexicana *Proceso*, as principais causas da mortalidade entre os chiapanenses. A malária matou 3.000 pessoas nos primeiros 10 meses de 1992, em Chiapas e outros dois Estados do Sul do México, Oaxaca e Guerrero. Nos últimos meses, 71 bebês nasceram descerebrados em Chiapas, aparentemente por causa da desnutrição.

Se é para morrer, por que não morrer lutando? Este foi o sentimento que embalou os zapatistas, cansados de esperar pelas promessas de décadas dos sucessivos governos do PRI.

Na época dos espanhóis, os índios viviam sob o jugo dos encomenderos, senhores a quem era outorgado um pedaço de terra com tudo que havia dentro, inclusive as pessoas e seu trabalho. A situação não mudou muito de lá para cá. Ainda segundo a revista *Proceso*, em Chiapas "(...) os camponeses trabalham do nascer ao pôr-do-sol ganhando ordenados que não chegam a sete pesos por dia. Quando atingem dez anos de idade, as crianças têm que começar a trabalhar com salários de um ou dois pesos por dia. Esses salários não são pagos em dinheiro vivo. As pessoas recebem créditos nos armazéns da companhia, mercadoria e bebidas alcoólicas. Os camponeses são obrigados a trabalhar de graça aos domingos num sistema chamado *la página*, que inclui o direito (dos latifundiários) de violar suas mulheres. Na época da colheita de café, mulheres e crianças são obrigadas a trabalhar da mesma maneira que os homens".

O bispo de San Cristóbal de las Casas, Samuel Ruiz Garcia, escolhido pelos guerrilheiros para mediar o diálogo com o presidente Salinas, lamenta a luta armada, mas reconhece que a raiz do problema é a situação de miséria, abandono e exploração dos povos indígenas em Chiapas.

Um manifesto assinado por cinco artistas



renomados, nascidos naquele Estado, também condena a violência, mas lembra que a "(...) história de Chiapas é em grande parte a história de insurreições indígenas contra o desprezo e o despotismo de diferentes governos. O povo Tzeltal, em 1712, e o povo Tzotzil em 1869, só para citar duas das revoltas mais importantes, buscaram pelas armas o que não obtiveram pela lei: respeito à sua dignidade e cultura. Em ambas as ocasiões a guerra foi sangrenta e teve consequências fatais para toda a população". Em seguida, o documento afirma que "(...) em Chiapas, ao contrário do resto do país, a Revolução de 1910-17 não triunfou. O governo de Obregón negociou com os rebeldes locais, armados contra as leis revolucionárias. Assim, por decisão do governo central, os caudilhos que lutaram para evitar a divisão da terra foram encarregados de aplicar a reforma agrária. A situação se estendeu até o governo do general Cárdenas, quanto retirou a dotação de *ejidos* (propriedades rurais) e comunidades". Ainda de acordo com os intelectuais chipanenses, naquele Estado, "(...) aberta ou dissimuladamente, há uma persistente discriminação contra o índio e sua cultura. Muitos dizem, da boca para fora, que sentem orgulho do legado indígena, referem-se à grandeza arqueológica, ou seja, aos índios mortos. Mas os índios vivos, que exigem condições dignas de cidadãos mexicanos, são vistos com evidente desconfiança".

Não só com desconfiança. Como na época dos espanhóis, os povos indígenas são vistos como pessoas idiotas, ingênuas, incapazes de terem pensamento e vontade política próprios. Desde o início do movimento guerrilheiro, os porta-vozes do governo mexicano trataram de difundir a versão de que, por trás do EZLN, estavam os padres da Teologia da

Libertação e os guerrilheiros da Guatemala e de El Salvador. Alguém chegou a dizer que o comandante Marcos teria sido assessor dos sandinistas.

Como se não bastasse, depois de propagandear a suposta incapacidade política dos índios de Chiapas, começou-se a difundir também calúnias contra eles. A agência Reuter distribuiu uma matéria, publicada no jornal *O Estado de São Paulo* dia 6 de janeiro, em que afirma que os rebeldes de Chiapas são descendentes dos *sanguinários Maias*, que reinavam naquela região antes da chegada dos espanhóis. Um povo, enfatizou a agência, que embora tenha sido brilhante na matemática, na arquitetura e na astronomia, "(...) praticava sacrifícios humanos para aplacar a ira dos deuses e participava de guerras selvagens".



Foram os espanhóis que sacrificaram à sua deusa Avareza um número muito maior de índios por ano

Mais uma vez, no entanto, é preciso voltar ao passado para tomar consciência de que tais calúnias já eram acatadas pelos europeus para justificar suas guerras santas contra os povos indígenas. Em 1550, o dominicano Bartolomé de Las Casas, que havia sido o primeiro bispo de Chiapas, estava em contenda contra Juan Ginés de Sepúlveda. Este, com base nas idéias escravocratas de Aristóteles, tentava justificar as violências cometidas contra os ameríndios. Sobre a versão de que os índios praticavam tantos sacrifícios, como faz agora a agência Reuter, Las Casas replicava: "Não é absolutamente verdade, como se diz, que os índios, na Espanha Nova (o antigo Méxi-



co), sacrificavam 20.000 pessoas por ano; não sacrificavam nem cem e nem cinquenta; porque se assim tivesse sido, ninguém teria encontrado ali tanta gente e isso mesmo é confirmado pelos tiranos para excusar e justificar suas tiranias e para manter em servidão e sob tirania os índios já oprimidos e desolados que sobraram da vindima feita. O que podemos dizer em favor da verdade é que foram os espanhóis que sacrificaram desde todos os tempos à sua deusa Avaréza um número muito maior de índios por ano; porque o número de índios que sacrificaram a essa deusa por eles tão amada e tão adorada é tal, que os índios nunca sacrificaram tantos nem em cem anos. O que os Céus, a terra, os elementos e as pedras testemunham e gritam e o que os próprios tiranos que perpetraram todos esses males não o negam de maneira alguma, é que esses países eram *mui* abundantes em povo quando ali encontramos e que agora estão destruídos e desolados. Deveríamos corar de vergonha com o que, havendo perdido o temor de Deus, queiramos ainda encobrir e desculpar atos tão execrands; somente para ter bens e riquezas consumimos em 45 ou 48 anos uma extensão da terra maior que o comprimento e a largura de toda a Europa, e uma parte da Ásia, roubando e usurpando tudo com crueldade, injustiça e tirania, havendo sido mortas e destruídas vinte milhões de almas de um país que tínhamos visto tão cheio de gente e de gente tão humana”.

Quatro daqueles povos da época de Las Casa – os Chol, os Lacandón, os Tzeltal e os Tzotzil, todos eles do grupo linguístico maya-totonaco – participaram ativamente da rebelião da primeira semana de 1994, num Estado em que a metade dos 3,2 milhões de habitantes é indígena e, como já disse, vive abaixo da linha de miséria. Com a Nafta, o EZLN teme, com

razão, que a situação deve piorar ainda mais. Um dos motivos é que o Tratado prevê maciças importações de grãos dos Estados Unidos, produzidos por uma agricultura várias vezes mais *eficiente* do que a agricultura de Chiapas. O que farão os índios que produzem milho em Chiapas e que vivem na miséria porque não obtêm preços mínimos adequados para comercializá-lo?



Importar grãos dos EUA é parte do Nafta. Índios que produzem milho não poderão concorrer

Durante o seu governo, o presidente Carlos Salinas de Gortari seguiu a cartilha neoliberal para preparar a entrada do México no Nafta. As cidades do Norte receberam maciços investimentos em infraestrutura – estradas, hotéis, telecomunicações – para não ficar muito diferente das cidades do outro lado do Rio Grande, o lado do Primeiro Mundo. Empresas estatais foram privatizadas, incluindo as da área petroquímica, num movimento deliberado para enfraquecer a Pemex, a Petrobrás de lá. Um dos alvos centrais dos Estados Unidos na integração do México ao Nafta, são justamente as suas reservas petrolíferas, calculadas em 51,3 bilhões de barris. Os investimentos sociais caíram de maneira drástica, ao mesmo tempo que cresceu o desemprego. Num país em que 38 famílias detêm um quarto da riqueza nacional, quase metade da população de 90 milhões de habitantes, vive na pobreza (26 milhões, na miséria absoluta). Para camuflar a desgraceira neoliberal, Salinas criou um *Programa Nacional de Solidariedade*, orçado em US\$ 11 bilhões, para serem gastos em *obras sociais*, construção de estradas, créditos a agricultores, etc. É, segundo os analistas políticos do México, a *menina dos olhos* de seu governo. No ano passado, o Solidariedade despejou US\$ 230 bilhões em Chiapas. Um crítico disse que se trata de *um tratamento com aspirinas* de um doente terminal. De que adianta dar esmolas, se as estruturas econômicas e sociais continuam taisquais?

A revolta dos Tzotzil em 1869 foi provocada depois que a Igreja e as autoridades passaram a reprimir o culto desse povo a umas *pedras falantes*, descobertas dois anos antes pela menina Agustina Gómez Chechep. A maior revolta anterior, em 1712, deveu-se também à repressão da Igreja contra o culto à Virgem, que teria aparecido a outra menina, do povo Tzeltal, dando-lhe instruções de como expulsar os espanhóis. No Ano Novo, afirmou o escritor mexicano Carlos Fuentes, novamente as pedras falaram em Chiapas, em nome de milhões de mexicanos sem teto, sem terra e sem água.

ANTONIO CARLOS QUEIROZ é jornalista e indigenista.

Particularidades do racismo brasileiro

CLÓVIS MOURA

Estudar o escravismo, resgatar a luta escrava pela liberdade, é necessário para se compreender o Brasil atual. O novo livro de Clóvis Moura é fundamental para esse estudo

Quando Clóvis Moura começou a escrever seu *Rebeliões da Senzala*, em 1949, o historiador Caio Prado Jr., então considerado o principal historiador marxista do Brasil, aconselhou-o a desistir da empreitada.

Ele dizia que a passividade teria sido o elemento característico do comportamento do escravo no Brasil em consequência, não teria havido aqui um processo de luta de classes digno de nota entre senhores e escravos.

Caio Prado endossava, assim, um dos mitos mais caros da historiografia tradicional brasileira, o da passividade do escravo e da benignidade da escravidão em nosso País. E ilustrava, assim, a influência e persistência dessas idéias tradicionais, presentes mesmo no pensamento historiográfico avançado de um teórico do seu porte.

A obra de Clóvis Moura tem sido um combate permanente contra os mitos de nossa história



Neste quase meio século que se passaram desde então, a obra de Clóvis Moura tem sido um corpo a corpo permanente com a mitologia forjada pelas correntes dominantes para adocicar o relato do drama histórico vivido por nosso povo. Num País que, como o nosso, teve quatro quintos de sua história vividos sob o sistema escravista, a compreensão em profundidade de sua trajetória implica em, necessariamente, esmiuçar os segredos do escravismo, resgatar as lutas escravas contra esse sistema opressivo,

rastrear nesse passado conflituoso as raízes dos dramas que o povo e a nação brasileira vivem em nosso tempo. Afinal, as marcas desse passado escravista e colonial estão ainda vivas nas instituições políticas brasileiras; na forma de organização da produção material; na maneira como nós, brasileiros, nos relacionamos entre nós e com o mundo.

Nesse sentido, o esforço de Clóvis Moura, traduzido em cerca de duas dezenas de livros dedicados ao tema (além de seus livros de poesia, eclipsados pela importância de sua obra historiográfica), tem sido uma contribuição inestimável para a fundação de uma historiografia do povo brasileiro, da história da luta de classes em nosso País, e seu desdobramento nos planos social, político, econômico, ideológico, cultural, etc.

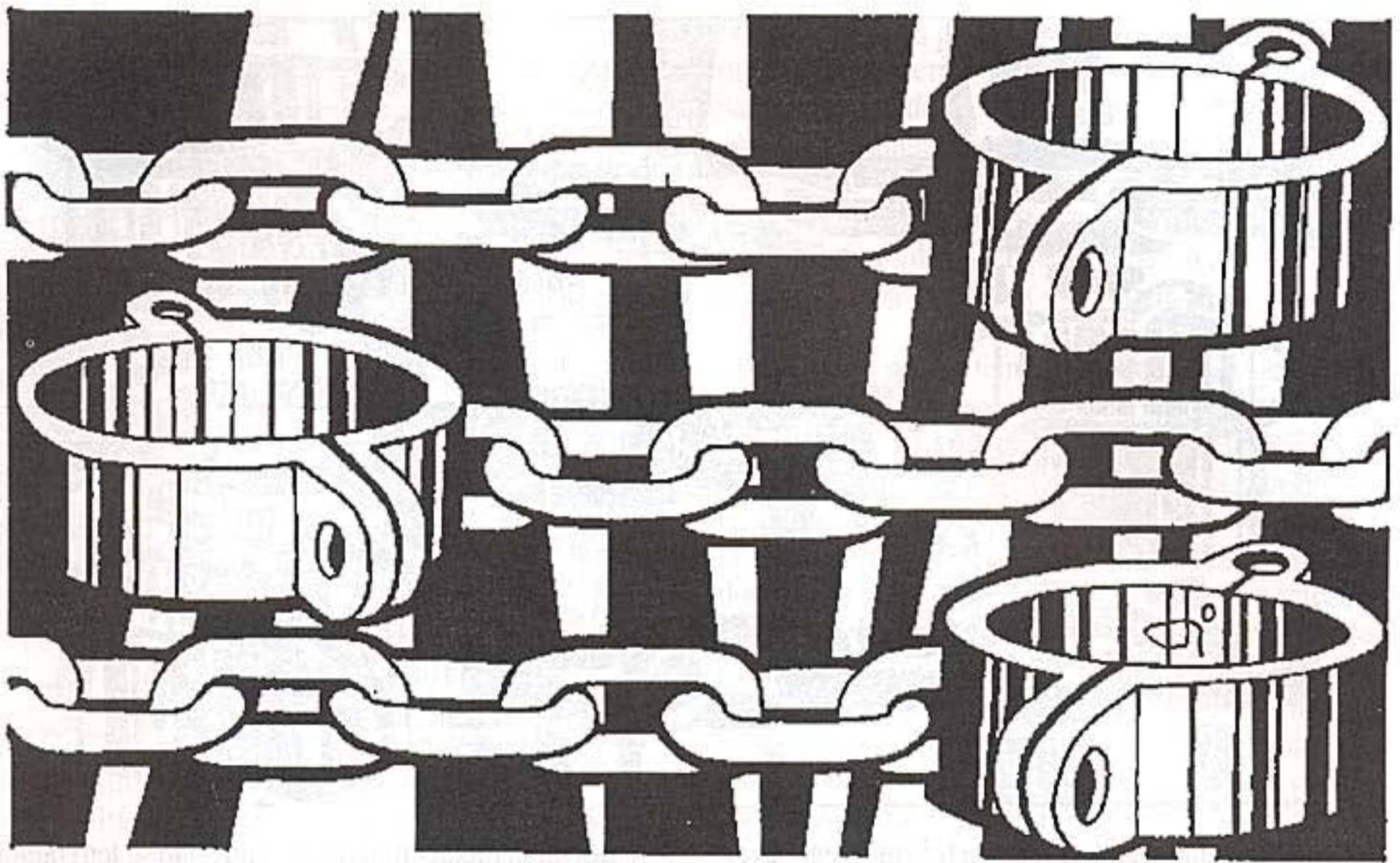
O texto aqui publicado é um extrato de seu último livro, *Dialética Radical do Brasil Negro*, recém lançado pela Editora Anita.

Nele, Clóvis Moura aprofunda sua análise de plenitude do escravismo no Brasil, seu declínio, e o papel determinante que o escravismo teve na formação, mais tarde, do capitalismo dependente em nosso País.

Além disso, aborda também questões relativas à identidade étnica, miscigenação, resistência cultural do negro, e as especificidades do movimento negro de São Paulo.

José Carlos Ruy

“Quando falamos de um sistema classificatório racial no Brasil, subordinado a uma escala de valores racistas, evidentemente não nos referimos a um código elaborado e institucionalizado legalmente.



Ji

Assim como nunca elaboramos um Código Negro que regulamentasse as relações entre os senhores e os escravos, também não tivemos um tipo apartheid da África do Sul ou uma Jim Crow dos Estados Unidos. Da mesma forma como a Constituição do Império omitiu a existência da escravidão e o jurista Teixeira de Freitas tenha se recusado a colocá-la quando redigiu o projeto do Código Civil do Império, assim também esse sistema classificatório racista não foi codificado e institucionalizado, embora tenha atuado dinamicamente durante quase quinhentos anos. Pelo contrário. Enquanto as classes dominantes, suas estruturas de poder e elites deliberantes aplicavam essa estratégia discriminatória, através de uma série de táticas funcionando em diversos níveis e graus da estrutura, elaboraram, em contrapartida, como mecanismo de defesa ideológica a filosofia do branqueamento espontâneo via miscigenação e como complemento apresentavam-nos como o laboratório piloto da confraternização racial, cujo exemplo deveria ser seguido pelos demais países poliétnicos. Essa dupla face do comportamento das estruturas de poder racistas do Brasil será o que iremos abordar na conclusão deste capítulo.

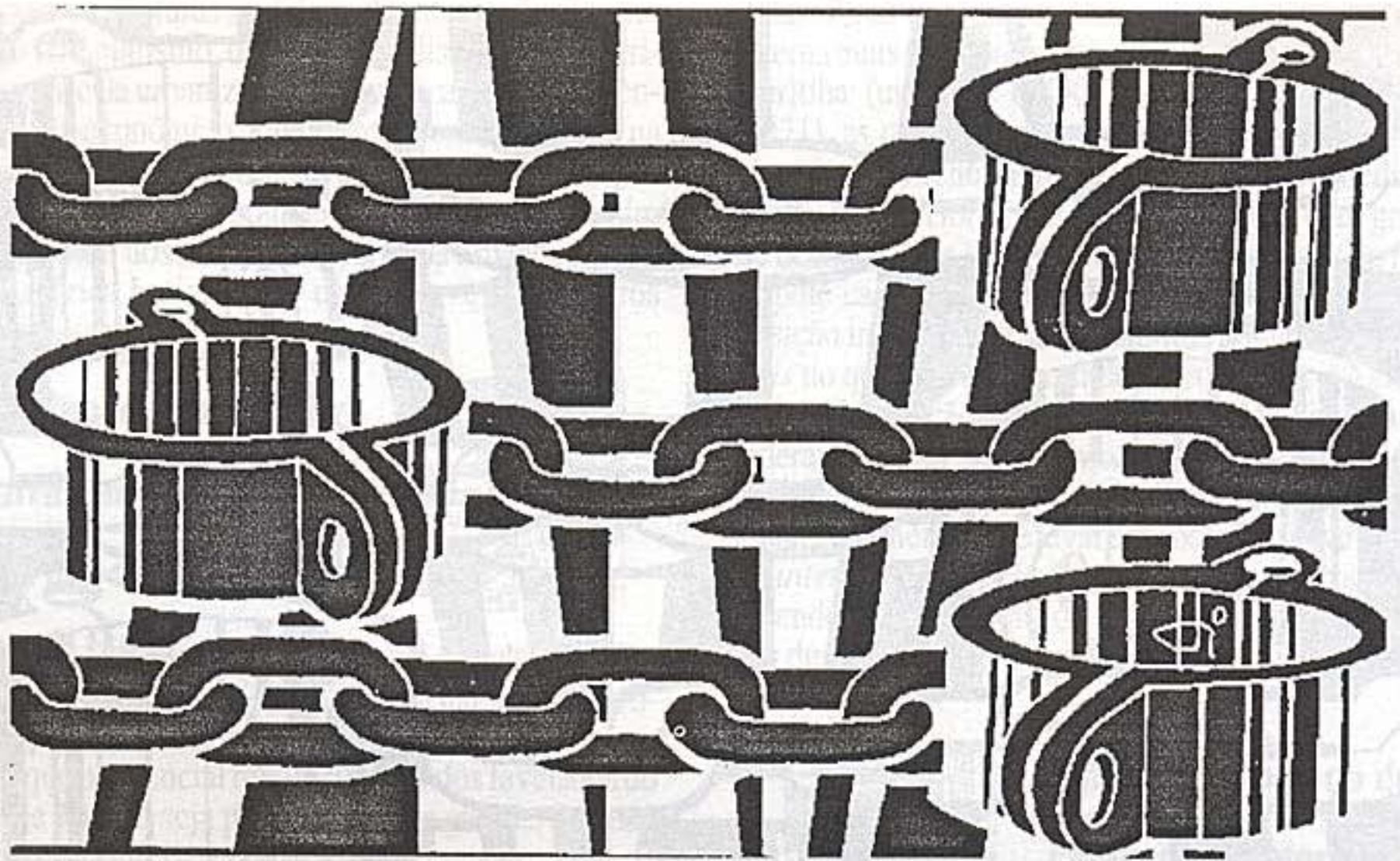
Podemos dizer, em primeiro lugar, que no Brasil esse problema (relacionamento interétnico) foi conduzido em relação ao índio e ao negro de forma diferenciada, mas com o mesmo conteúdo de destruição da consciência étnica e cultural de ambos.

Em relação ao índio, primeiro houve a fase genocídica de ocupação da terra e da destruição de milhares dos seus membros. Depois, a fase da cristianização, da catequese, da chamada evangelização, ou seja, da destruição das suas religiões e de sanções

àqueles que não aceitassem submissamente a religião do colonizador que exercia nesse contexto o papel de bloco ideológico do Poder.¹

Em segundo lugar, foi a invasão das suas terras em ritmo rápido e violento no início, e, depois, lenta e constante, a destruição daquelas tribos que ainda resistiam à integração, situação que perdura até hoje. Criou-se o Estatuto do Índio no qual os seus direitos foram regulados pelos brancos, sem que eles pudessem intervir como agente social e cultural dinâmico.² Mas, de qualquer forma, os remanescentes dos povos indígenas não perderam totalmente a sua identidade, a sua territorialidade em parte. Com isto, têm pólos de apoio que facilitam uma articulação de resistência, pois sabem até onde têm os seus direitos outorgados pelos brancos e aquilo a que têm direito legitimamente. A desigualdade entre o índio e o chamado homem branco iguala e une os índios na sua luta pela demarcação das suas terras (territorialidade) na luta contra a invasão das mesmas e procuram igualar-se em termos de cidadania. Com isto a sua consciência étnica mantém a sua identidade que se dinamiza no processo de resistência pelos seus direitos diferenciados porque foram-lhe fixados de fora, mas persiste a memória ancestral coletiva.

Com o Negro, porém, a situação é diferente e as estratégias montadas foram mais sofisticadas e eficientes. O racismo tem outra tática para com ele. Em primeiro lugar, o negro é considerado cidadão com os mesmos direitos e deveres dos demais. No entanto, o que aconteceu historicamente desmente este mito. Trazido como escravo, tiram-lhe de forma definitiva a territorialidade, frustraram completamente a sua personalidade, fizeram-no falar outra língua, esque-



cer as suas linhagens, sua família foi fragmentada e/ou dissolvida, os seus rituais religiosos e iniciáticos tribais se desarticularam, o seu sistema de parentesco completamente impedido de ser exercido, e, com isto, fizeram-no perder, total ou parcialmente, mas de qualquer forma significativamente, a sua ancestralidade.

**As elites dizem que
branco e negro
são iguais ante a lei.
A vida diária
desmente esse mito**



Além do mais, após o 13 de Maio e o sistema de marginalização social que se seguiu, colocaram-no como igual perante a lei, como se no seu cotidiano da sociedade competitiva (capitalismo dependente) que se criou esse princípio ou norma não passasse de um mito protetor para esconder desigualdades sociais, econômicas e étnicas. O Negro foi obrigado a disputar a sua sobrevivência social, cultural e mesmo biológica em uma sociedade secularmente racista, na qual as técnicas de seleção profissional, cultural, política e étnica são feitas para que ele permaneça imobilizado nas camadas mais oprimidas, exploradas e subalternizadas. Podemos dizer que os problemas de raça e classe se imbricam nesse processo de competição do Negro pois o interesse das classes dominantes é vê-lo marginalizado para baixar os salários dos trabalhadores no seu conjunto.³

O racismo brasileiro, como vemos, na sua estratégia e nas suas táticas age sem demonstrar a sua rigidez, não aparece à luz, é ambíguo, meloso, pegajoso mas altamente eficiente nos seus objetivos.

E por que isto acontece? Porque não podemos ter

democracia racial em um país onde não se tem plena e completa democracia social, política, econômica, social e cultural. Um país que tem na sua estrutura social vestígios do sistema escravista, com uma concentração fundiária e de rendas das maiores do mundo; governado por oligarquias regionais retrógradas e broncas; um país no qual a concentração de rendas exclui total ou parcialmente 80% da sua população da possibilidade de usufruir um padrão de vida decente; que tem 30 milhões de menores abandonados, carentes ou criminalizados não pode ser uma democracia racial.

Quando democratizarmos, realmente, a sociedade brasileira nas suas relações de produção, quando os pólos do poder forem descentralizados através da fragmentação da grande propriedade fundiária e o povo puder participar desse poder, quando construirmos um sistema de produção para o povo consumir e não para exportar, finalmente, quando sairmos de uma sociedade selvagem de competição e conflito, e criarmos uma sociedade de planejamento e cooperação, então, teremos aquela democracia racial pela qual todos nós almejamos.”

CLÓVIS MOURA é escritor, historiador e sociólogo especializado nas relações interétnicas no Brasil.

NOTAS

(1) Sobre a situação atual do Índio ver: CUNHA, Manuela Carneiro da. *Os direitos do Índio*. Editora Brasiliense, SP, 1987, passim.

(2) Cf. HASELBAG, Carlos. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Editora Graal, RJ, 1979.

(3) Sobre a existência e as estratégias ideológicas do racismo brasileiro, negando ou constatando-o em várias abordagens e conclusões, consulte-se fundamentalmente: (seguem no livro 52 referências bibliográficas.)

Consciência linguística de Fabiano*

MARIA LOURDES MOTTER

Fabiano, de Vidas Secas, romance de Graciliano Ramos, é um ser confuso e solitário. Suas palavras, poucas e limitadas, ilustram seu conflito profundo com a natureza e os outros homens

Há muitas maneiras de se falar de um homem. Quando esse homem é Graciliano Ramos as possibilidades se ampliam. Sendo muitos os caminhos, optamos por tomar sua obra *Vidas Secas*, num de seus aspectos, aquele que nos permite uma aproximação sem sermos especialistas em literatura, mas profissionais preocupados com as questões da linguagem em suas relações com o pensamento e com o conhecimento humano, enfim como mediadora entre o homem e o mundo.

Nosso objetivo, pois, é tentar compreender o personagem principal do romance, Fabiano, a partir de sua produção linguística, suas reflexões e a expressão de seu mundo interior em dissonância constante com a realidade exterior opressiva, mesquinha e hostil.

A construção ficcional de Graciliano Ramos nos oferece o motivo para pensar a realidade da linguagem e suas implicações na inserção social do homem - aí incluída a sua identidade enquanto derivada da percepção do outro, de si mesmo - bem como a extensão do universo que ele consegue abranger.

A história é uma só, um só drama. O de uma família de retirantes impelida pela seca: Fabiano, Sinhá Vitória, os dois meninos e a cachorra Baleia. Nesse pequeno mundo pesa um grande silêncio: falta o vento, que traz a chuva, faltam palavras para assegurar maior realidade àquelas vidas difusamente humanas consumidas no mister extenuante de sobreviver. A gestualidade preenche as lacunas para agregar algum sentido à comunicação rudimentar entre os membros do pequeno grupo. O ver, ou seja, o sentido

da visão, assume grande importância nesse contexto. E sobretudo pelos olhos que se dá a apreensão do que se passa ao redor. Quando os personagens falam, estão em presença uns dos outros, comunicam-se por expressões e gestos que são captados através do olhar: "O único vivente que o compreendia era a mulher. Nem precisava falar: bastava os gestos." (Fabiano - p. 123). As crianças (o menino mais velho e o mais novo) não entendem bem uma história que o pai conta porque não lhe vêem o rosto.

Os personagens vivem num mundo concreto, dos objetos, seres e fenômenos reais. O que chega ao entendimento pela via de linguagem verbal com maior nitidez são as palavras que representam esses objetos de existência concreta, do mundo real, da vida cotidiana. Tanto Fabiano como a família só entendem, só apreendem de modo não problemático o mundo dos objetos e das sensações.

A família apresenta uma forte identificação com o ambiente natural, hostil na maior parte do tempo, mas seguro do ponto de vista do conhecimento que tem dele. Na verdade eles não desejam viver num outro espaço, apenas querem condições para permanecer onde estão. Bastaria que a seca acabasse para os seus sonhos serem atendidos. Seu maior drama é a vida nômade, é a constante necessidade de mudar para fugir da seca e da morte que ela significa. Transplantar suas raízes enfraquecidas e doloridas para outra terra: recomeçar sempre.

Fabiano é um ser confuso e solitário. Atrapalha-se com as palavras e, quando as usa nas relações indispensáveis com outros homens, sai sempre prejudicado. Ele percebe a existência de dois mundos - o da natureza, dos objetos e o da cultura, dos fatos

* Personagem do Romance "*Vidas Secas*", de Graciliano Ramos. O presente trabalho teve a colaboração de Vicente Francisco da Silva, mestre em Linguística pela FFLCH/USP.

sociais - que ele não consegue conciliar. No primeiro, sente-se forte e de certo modo, à vontade; no outro, sente-se fraco, impotente, inferior, desprotegido, à mercê de forças que o esmagam. O personagem vive em conflito. Na busca de sua identidade ele tenta integrar-se ora à natureza, ora ao grupo social que o exclui. Essa ambivalência decorre, sobretudo, de sua marginalização: tanto a natureza como a sociedade o rejeitam à sua maneira.

De um lado, o universo natural, dos objetos e dos animais. Do outro, o universo da cultura



Fabiano vive o pesadelo da seca que o impede de fixar-se na terra, condenando-o a uma vida errante. Ela veio e encontrou-os de trouxa arrumada, pois "Viviam de trouxa arrumada, estavam só de passagem". De novo a fuga, adiada com esperança, mas fatal e imperativa: o desejo de sobrevivência vence a ilusão e a família se põe em marcha. Fabiano sabe que é "(...) um vagabundo empurrado pela seca" (p. 26). O seu estado de privação e as condições subumanas de vida favorecem a sua rejeição pela sociedade que o humilha e explora.

Assim, configura-se a oposição de dois universos em cujos limites se debate o personagem. De um lado o universo natural, constituído pelos fatos físicos e biológicos; de outro o universo da cultura, instituído pela linguagem e ação do homem sobre o primeiro (o universo natural), constituído pelos fatos da vida social.

Para o personagem essa oposição se manifesta principalmente em sua dificuldade com a linguagem que o descaracteriza como não-humano (universo cultural) e não o qualifica suficientemente como humano (universo cultural). Tentaremos demonstrar como essa dicotomia se apresenta no romance.

Se tomarmos as qualidades específicas de Fabiano, temos: *não sabe a própria idade, não sabe contar além de três, pensa pouco, deseja pouco, se sente velho frouxo e covarde, obedecia, evitava os homens, tinha muque e substância*, que podem ser agrupadas pelo campo semântico a que pertencem. Assim, *não sabe* (idade), *não sabe* (contar) e *pensa pouco* pertencem ao domínio *ignorância*; *deseja pouco* pertence ao domínio *apatia*; *velho, frouxo e covarde* ao domínio *fraqueza*, *obedece*, ao domínio *submissão*, *evitava os homens*, ao domínio *retraimento* e *muque e substância* pertencem ao domínio *força*.

Seguindo do mais específico para o mais geral, encontramos os campos *ignorância*, *apatia*, *fraqueza*, *submissão*, *retraimento* e *força*, que por sua vez podem se reduzir a dois, ou seja, um correspondendo ao aspecto *intelectual* e *volitivo* (ausentes ou atenuados em Fabiano) e outro correspondendo ao aspecto



físico - força (presente em Fabiano), donde se infere que o termo ou elemento intelectual é negativo, enquanto que o termo positivo é a força.

Fabiano é definido intelectualmente por um negativo, ficando assim, no nível léxico, reduzido à condição física pelo termo positivo - força.

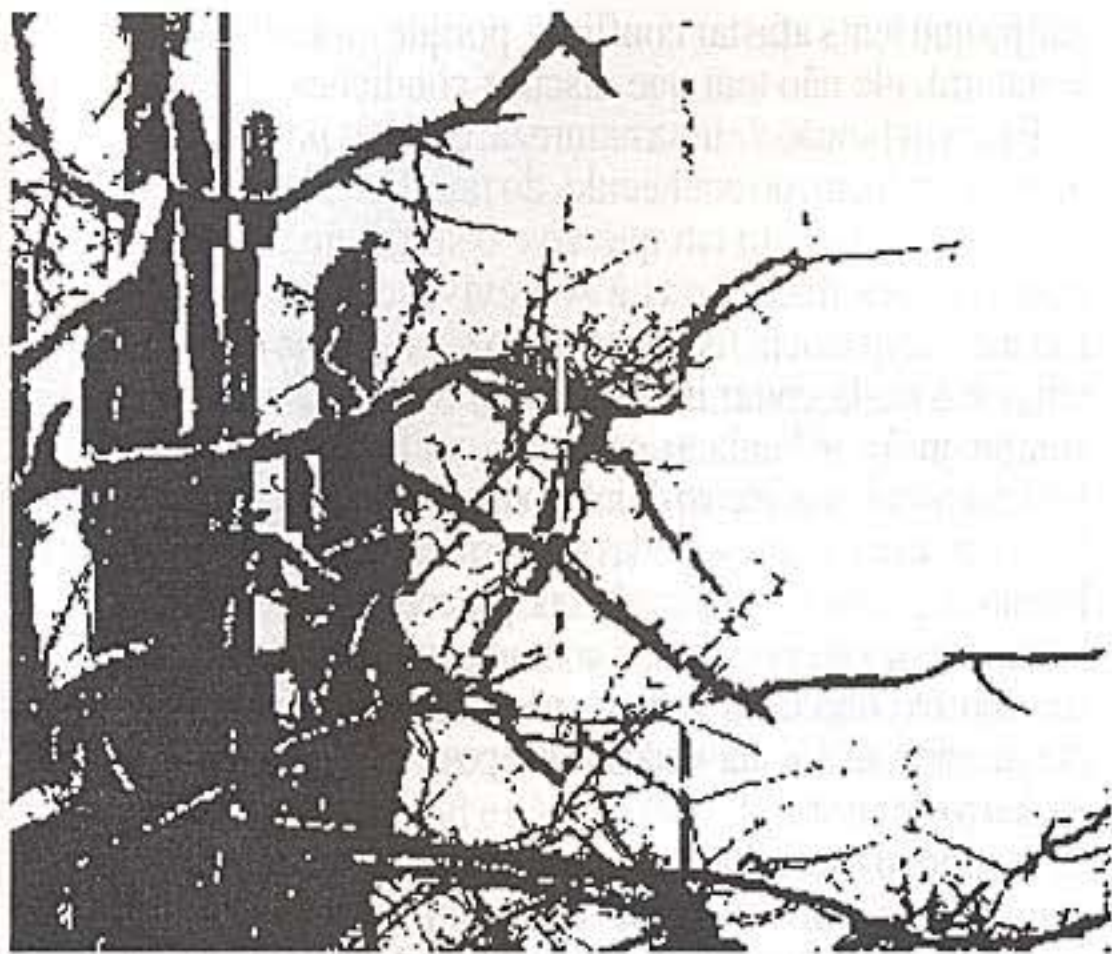
Se a ausência pode determinar uma identificação de Fabiano com o mundo animal, também a presença de traços de significados próprios desse mundo, vai projetá-lo naquela direção e demonstrar que há melhor integração de personagem com esse universo, onde se sente forte por corresponder a elementos do seu cotidiano.

Fabiano e a mulher, acostumados à camarinha escura, pareciam ratos, bichos



Fabiano tem a aparência delineada a partir das semelhanças localizadas no seu ambiente circundante: *queixo cabeludo, mãos grossas e cabeludas, peito peludo... o corpo do vaqueiro derreava-se, as pernas faziam dois arcos, os braços moviam-se desengonçados, parecia um macaco, a cabeça inclinava..., montado confundia-se com o cavalo... apé não se aguentava bem.*

Quanto ao comportamento, delineia-se através das conotações: "(...) ele, a mulher e os filhos tinham-se habituado à camarinha escura, pareciam ratos"; "(...) aparecera como um bicho, entocara-se como um bicho" (pp. 21 e 95); "Fabiano grunhira", "(...) cavou a areia com as unhas", "(...) corcunda, parecia farejas o solo", "Fabiano rosnava uma objeção" (pp. 13, 127 e 154); "(...) anda banzeiro, pesado como um urubu", "(...) desajeitado como um pato", "Fabiano atirando coices no chão" - (pp. 64, 130 e 99); "(...) os



meninos precisavam ser duros, virar tatus", "(...) pés calosos e duros como cascos" (p. 153).

O seu desempenho linguístico lembra, às vezes, o do papagaio e sua comunicação inclui sons como rosnar, grunhir, berrar, entre outros.

Essas características estão presentes em Fabiano, concretamente, em nível de presente, ou seja, de *ser*, aqui e agora; na esfera da vontade, do desejável, Fabiano gostaria de ser uma *onça*, enquanto que é indesejável a condição de *rês*. "Vivia preso como um novilho amarrado ao mourão, suportando ferro quente". (p. 42).

Neste ponto, caberia discutir as razões que levam Fabiano a considerar *onça* como elemento positivo e *rês* como elemento negativo. Em levantamento do emprego dos termos *bicho* e *animal*, verifica-se que, embora aparentemente se trate de um par de sinônimos, eles assumem, no contexto, significados diferentes e mesmo opostos, dependendo do termo ao qual vão se opor. Quando *animal* aparece no mesmo contexto que tronco, ramos, folhagens, etc, temos *animal* em oposição a *vegetal*: define-se, pois, como um *reino - da natureza*. Quando *animal* está em oposição a *humano* ele vai se definir como uma *classe*, ou seja, a *classe dos animais*.

Animal considerado em oposição a *bicho*, vai se definir como elemento pertencente a uma classe zologicamente inferior ao homem e conseqüentemente sujeita ao seu poder e vontade, enquanto *bicho* se apresenta em oposição ao *homem* e com existência independente dele.

Chega-se, assim, a uma distinção segundo a qual os bichos viveriam em seu ambiente natural, segundo suas próprias leis, enquanto os animais teriam que se adaptar ao ambiente do homem e submeterem-se a ele.

Se no plano do desejo Fabiano gostaria de ser uma *onça* ("Sem aqueles cambões pesados, não envergaria

o espinhaço não, sairia dali como onça e faria uma asneira", p. 42) no plano do indesejável ser tratado como *rês* ("Vivia preso como um novilho amarrado ao mourão, suportando ferro quente", p. 42), ("seria aquilo mesmo a vida inteira, cabra, governado pelos brancos, quase uma *rês* na fazenda alheia", p. 27), se afigura como uma indignidade. Cabe observar que os termos, assim considerados, assumem um significativo valor simbólico para Fabiano. O que efetivamente caracteriza a distinção, nesse nível da análise, é o que cada um deles representa em relação ao homem.



Fabiano pensa que é bicho, não gente. Mas luta por valores como respeito e honestidade

Assim, *rês* é animal domesticado, propriedade do homem que a utiliza segundo seus interesses. No contexto da sociedade industrial é bem de consumo, decomponível em partes: carnes, couro, ossos, etc, fornecendo matéria-prima para a fabricação de manufatos. E, pois, elemento dominado, ser fragmentado, passivo: *é um animal*.

Em contraposição *onça* é animal selvagem que não se presta à utilização pelo homem, que a teme - pela força e violência - e procura evitá-la. E, pois, o ser na sua integridade, ativo, dominador: um - *bicho*, segundo temos procurado demonstrar.

Fabiano confere uma carga conotativa de valor positivo ao termo *bicho*. Quando usa para si essa denominação é como se atribuísse uma qualidade, o que se comprova quando, elogiando Baleia por suas virtudes, dirige-se a ela, dizendo: "(...) você é um bicho, Baleia". Igual carga conotativa é conferida ao termo *rês* que pelas suas combinatórias contextuais vai projetar sobre *animal* os seus semas negativos, gerando a oposição: ser bicho é positivo, enquanto ser animal é negativo.

Surge, assim, do ponto de vista de Fabiano, uma oposição Bicho/Animal no contexto de sua realidade, que equivale para nós à oposição ambiente natural/ambiente imposto ou, ainda, restringindo a especificidade do traço distintivo, que seria nesse caso *liberdade*, distinguir os dois elementos opostos em função da *ausência* desse sema no primeiro (*animal*) e *presença* no segundo (*bicho*). O sertão é o ambiente natural de Fabiano. Ele está preso à terra por uma condição cultural que foi herdada e que será transmitida aos filhos. Aí ele se realiza como *bicho*. Temos, pois, finalmente, sob as oposições lexicais a questão da cultura: Fabiano busca fortalecer-se na sua cultura para enfrentar os problemas que ela lhe impõe. O contato com a cultura estranha coloca o problema da diferença que o torna fraco e o desqualifica como homem.

Fabiano, a despeito de se considerar ignorante, primitivo, fraco, retraído, submisso, mais animal do que homem, manifesta valores como respeito, honestidade e responsabilidade. “É trabalhador e pessoa de bons costumes”, conforme ele reconhece. Assim, o seu comportamento segue as normas válidas para a comunidade social. Como indivíduo, Fabiano deve ser respeitado. Todavia, isso não ocorre e Fabiano, violentado na sua dignidade, privado nas suas necessidades básicas, explorado na sua miséria, amordaçado na sua revolta, é anulado como homem e forçado a buscar nos animais as qualidades necessárias para resistir à marginalização e ao isolamento.

Assim é que, evidenciados os valores humanos presentes em Fabiano, no contexto social urbano ele se define como homem, não apenas por características físicas, mas em função de um perfil moral. Contudo, isso não basta para conquistar o seu espaço naquela sociedade onde esses valores foram subvertidos: o homem não vale pelo que é, mas pelo que aparenta e pelo que possui: “E pensando bem ele não era homem: era apenas um cabra, ocupado em guardar coisas dos outros.” (p. 20). “Não queria lembrar-se do patrão nem do soldado amarelo. Mas lembrava-se, com desespero, enroscando-se como uma cascavel assanhada. Era um infeliz, era a criatura mais infeliz do mundo”. “Não era homem, não era nada. Aguentava zinco no lombo e não se vingava”. (p. 140)

Fabiano, em termos de comportamento, identifica-se com o mundo das coisas concretas. A sua linguagem impõe limites estreitos à organização do seu pensamento. Fabiano percebe que a linguagem distingue o homem. Sente que ela é fator importante para a conquista de espaço na sociedade e que dela depende o desenvolvimento da capacidade intelectual, própria do homem. Para que essa faculdade se desenvolva é necessária a organização que é dada pelo sistema linguístico, cuja apropriação se dá no meio social. A cultura que lhe é própria tem como característica o isolamento do indivíduo que, afastado da comunidade onde circulam os discursos, tem reduzida sua possibilidade de desenvolver, de modo satisfatório, sua linguagem. Isso cria uma tensão dialética: uma força o impulsiona a uma identificação com o mundo animal, onde se sente como elemento superior - “(...) na caatinga cantava de galo, arengava” - na tentativa de negar sua fraqueza enquanto indivíduo social, ao mesmo tempo que se revolta contra o grupo social que não reconhece sua humanidade.

Considerando sua dificuldade para desenvolver condições intelectuais capazes de modificar o ambiente, de transformar pelo poder da reflexão e do pensamento o meio hostil e as condições adversas de vida, ele tenta negar a linguagem para evitar o desequilíbrio, para impedir que a capacidade de perceber e pensar para além da concretude crie uma instabilidade capaz de minar a força física, ao mesmo

tempo que tenta afastar conflitos, porque no ambiente natural, ele não tem que discutir condições.

E ele em função de uma natureza, de fatos próprios do seu cotidiano, do conhecido, do familiar. Enquanto esse meio restrito em que vive o sertanejo, exige dele aptidões necessárias à sobrevivência, como a força e a resistência física, no meio social, essa diferença é tratada como inferioridade, o que desafia a compreensão de Fabiano, causando confusão e revolta e leva-o a um sentimento de inferioridade com relação ao homem urbano. Consciente das injustiças de que é vítima, Fabiano não se defende. Percebe que pertence a uma *casta* inferior cujos valores humanos, como dignidade e respeito, não são reconhecidos. Fabiano não pode compreender claramente os meios através dos quais é possível a realização do desejo de viver.

A solidão e o isolamento de Fabiano em relação à comunidade vai repetir-se no âmbito doméstico, onde a comunicação verbal entre os elementos do grupo apóia-se em exclamações, palavras isoladas, frases pouco compreensíveis. Cada elemento vive isoladamente, há pouca interação. O traço de união é a miséria e o destino comum de retirantes.

Percebe-se que mesmo quando Fabiano sonha ser um homem, ele tenta pela repetição convencer-se de que é um bicho - “Você é um bicho, Fabiano, - Um bicho, Fabiano” (pp. 20 e 21), numa tentativa de inibir uma aspiração à condição de homem e reafirmar a sua força.

Ele procura convencer-se de que é bicho e de que deve ser essa a sua condição. Essa forma de evitar conflitos é mais uma manifestação da importância da linguagem como elemento capaz de influenciar o homem.



Consciente da injustiça que sofre Fabiano não se defende, sem saber como fugir à opressão

Considerando o desempenho linguístico de Fabiano, pode-se observar pelo discurso direto - representação concreta da fala - que Fabiano tem dificuldade de articular palavras para estruturar frases. Coloca-se o problema da abstração: não tendo facilidade de abstrair, ele só vai entender, conseguir apreender signos que tenham referentes concretos, referentes que sejam visíveis, palpáveis. Quando tenta estabelecer uma comunicação, geralmente há um desencontro: conteúdo e forma fragmentam-se. Assim, não consegue expressar-se de modo satisfatório.

Todavia, a despeito de toda a sua limitação, Fabiano, como falante nativo, demonstra uma percepção aguçada da importância da linguagem para a convivência social. Vê nela aquilo que a Ciência Linguística procura demonstrar, um instrumento que, filtrando

o real, permite o conhecimento do mundo.

Por outro lado, se aceitamos que o pensamento e a linguagem são interdependentes, torna-se evidente a causa da incapacidade de Fabiano organizar o seu universo mental.

Se o pensamento se processa pela linguagem, a expressão verbal do pensamento se processa através de uma seqüência, de uma cadeia sintagmática em que cada elemento ocupa o seu lugar, o que explica, no caso de Fabiano, como as imagens, as impressões e as sensações se sobrepõem em sua mente, sem que ele mesmo consiga entender, pela incapacidade de organizá-las. O personagem vive num estado permanente de confusão.

Mas isso não o impede de perceber que toda sua limitação mental decorre da limitação de seus recursos linguísticos e que o domínio da linguagem lhe permitiria o domínio de si mesmo. E é exatamente esse domínio que lhe permitiria romper a tensão em que se perde sua identidade.

Fabiano percebe também: que a linguagem distingue o homem; que ela é um instrumento de pensar o mundo; que o conhecimento depende dela e também a vida em sociedade; que ela exerce um grande poder sobre os indivíduos; que pode ser instrumento de dominação, de exploração; que pode libertar ou oprimir.

Fabiano não consegue se defender, gritar por seus direitos mais elementares. Nesse nível, o papagaio é um símbolo muito triste no romance. Ele encarna o desempenho linguístico de Fabiano: totalmente ineficaz, inútil. O papagaio reproduz grosseiramente palavras e mesmo frases, todavia, o faz graças a um automatismo, dada a sua incapacidade de compreender as regras linguísticas que lhe assegurariam a competência e a capacidade de produzir um discurso capaz de dar conta de uma realidade nova. E mais, limita-se a repetir seqüências linguísticas sem ter a menor noção de seu significado. É o que ocorre com Fabiano, quando se restringe às frases feitas, palavras cujo sentido desconhece. Sua produção linguística realiza-se nos limites do que a língua tem de mais geral. Predominam no seu discurso frases curtas, incompletas.

Sua fala é diretamente relacionada com a sua experiência. Sua palavra exprime fatos concretos



Pode-se ainda perceber que o sintagma também é raro, realizando sua comunicação no paradigma onde sua frase se reduz à palavra que, quase sempre, alterna-se com interjeições, exclamações. "Não era propriamente conversa: eram frases soltas, espaçadas, com repetições e incongruências. As vezes uma interjeição gutural dava energia ao discurso ambíguo.

Na verdade nenhum deles prestava atenção às palavras do outro: iam exibindo as imagens que lhes vinham ao espírito, e as imagens sucediam-se, deformavam-se, não havia meio de dominá-las. Como os recursos de expressão eram minguados, tentavam remediar a deficiência falando alto." (pp. 79 e 80).

No seu vocabulário elementar, os impropérios ocupam lugar de destaque: *capetas, safado, condenado do diabo, mofino, inferno, ladrões, ladroeira, cambada de cachorros, preguiçosos, escarro de gente, faladores, miseráveis, pestes, excomungados*.

Convém observar que o vocabulário de impropérios está contido nos exemplos arrolados. São estas mesmas palavras que se repetem em todo o discurso direto de Fabiano. Algumas, como por exemplo: peste(s) vai ter maior frequência, dando-nos uma indicação de que, mesmo no domínio *xingamento*, onde se esperaria uma variação maior, o vocabulário do personagem é igualmente restrito.

Os elementos abstratos da linguagem, aqueles cujos referentes têm existência meramente linguística, como as conjunções, desafiam o seu entendimento e, como se prestam a construções subordinadas, que têm um alto grau de complexidade – por depender de muitas transformações – criam embaraços para Fabiano, que as coloca numa seqüência como se, sozinhas, fossem capazes de comunicar alguma coisa, como se elas constituíssem recortes do mundo extralinguístico "(isto é, contanto, quer dizer, enfim, é conforme, etc)".

Seu vocabulário está diretamente relacionado com a sua experiência e os pensamentos que expressa melhor são aqueles que se materializam linguisticamente através de comparações com fatos concretos como: "(...) caminhando, movia-se como uma coisa, para bem dizer, não se diferenciava muito da bolandeira do Seu Tomás. E ele Fabiano era como a bolandeira, não sabia por quê, mas era".

A limitada linguagem de Fabiano é, assim, expressão da vida miserável e mesquinha, limitada, a que ele e os seus estão sujeitos. Uma vida que faz dele uma coisa entre coisas, sem ter o direito de expressar vontades ou sentimentos. Mas este é tema para outro artigo.

MARIA LOURDES MOTTER - Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA/USP.

BIBLIOGRAFIA

- BRAYNER, S.; *Graciliano Ramos - Seleção de Textos*. Coleção Fortuna Crítica 2, Direção de Afrânio Coutinho. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.
COUTINHO, C.N.; *Literatura e Humanismo*. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976.
RAMOS, C.; *Mestre Graciliano - Confirmação Humana de uma obra*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979.
RAMOS, G.; *Linhas Tortas*. Livraria Martins, São Paulo, 1976.
RAMOS, G.; *Vidas Secas*. 13ª edição, Livraria Martins, São Paulo.

Forças armadas no limiar do século XXI

HAROLDO LIMA

Fim da bipolaridade leva EUA a defender redução das forças armadas da América Latina, levando-as a uma espécie de encruzilhada e "crise de identidade"

A definição do papel das Forças Armadas de um País depende de dois fatores fundamentais: da situação política geral, mundial e continental, existente em dado momento histórico, e do caráter do poder nacional vigente, de seu maior ou menor comprometimento com a democracia e com a soberania da nação.

A situação brasileira alterou-se, há pouco, precisamente sob esses dois aspectos. No plano interno, uma fase de nossa história, ditatorial e militar, foi ultrapassada, dando lugar a um regime constitucional democrático, onde vicejam, porém, elites oportunistas, à frente de governos fracos, especialmente débeis na afirmação da soberania nacional. Além disso, no plano externo, configurou-se novo quadro mundial, bem diferente do anterior, sobredeterminado militarmente, pelo poderio de uma única superpotência.

Essas duas situações novas, no Brasil e no mundo, pautaram a discussão sobre o atual papel das Forças Armadas. No meio militar, o assunto vem sendo examinado há algum tempo, havendo pouca informação sobre as teses ali discutidas. Nos meios políticos, o tratamento do tema é incipiente e superficial, o que reflete o predomínio de forças desinteressadas em uma análise mais aprofundada do assunto. Enquanto isto, o esquema do poder mundial vai impondo suas novas políticas e forçando seus novos conceitos.

As bruscas mudanças na situação mundial atropelaram as discussões que vinham sendo feitas no Brasil sobre as Forças Armadas na nova fase democrática do País. Contudo, referências ao que se fez são importantes, inclusive para ressaltar o significado dos pro-

blemas posteriores.

Na América Latina, findo o mais recente ciclo de ditaduras militares, ficou posto o problema da inserção das Forças Armadas nos novos regimes embrionariamente democráticos que surgiam. No Brasil, essa questão foi examinada mais detidamente por ocasião dos trabalhos da Constituinte de 1987/88. Os temas de fundo foram: a destinação constitucional das Forças Armadas, correlacionando a defesa externa com a chamada defesa interna; a garantia da lei e da ordem; a limitação ou não da autoridade do Presidente da República como Comandante Supremo das Forças Armadas; a criação de um Ministério da Defesa; o serviço militar obrigatório ou voluntário; e a promoção da *segurança nacional*.



República modificou dispositivo constitucional sobre papel das forças armadas

Na experiência brasileira, toda Constituição diminui ou liquida traços característicos do regime que a própria Constituição está encerrando. A primeira Constituição republicana, a de 1891, foi, até certo ponto, antimonarquista, como a de 1946 foi anties-tadonovista. A Carta de 1988, dessa forma, afastou-se de conceitos do regime militar anterior, especialmente de alguns carregados de forte conotação repressiva, como *defesa interna* e *segurança nacional*. Esses dois, a propósito, não foram usados em nenhum momento, no novo texto constitucional.

A destinação das Forças Armadas foi definida em



termos de *defesa da Pátria, garantia dos poderes constitucionais, e da lei e da ordem*, sendo que, a garantia da lei e da ordem ficou condicionada à *iniciativa* de um dos poderes constitucionais. A autoridade do Presidente da República, como Comandante Supremo das Forças Armadas, também recebeu um tratamento novo.

Nos textos constitucionais brasileiros, a obediência das Forças Armadas ao Comando Supremo do Chefe do Estado, passou a ser tratada de forma diferente, a partir da República. A Constituição de 1824, durante o Império, estabelecia que "(...) a força militar é essencialmente obediente" (art. 147). Já a de 1891, afirmava que "(...) a força é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei" (art. 14). Essa forma, daí por diante, foi repetida em todas as Constituições brasileiras, à exceção da de 1934, que não tratou do assunto.

A obediência *dentro dos limites da lei*, que parece uma obviedade, uma vez que ninguém deveria ser obrigado a obedecer fora da lei, atribui às Forças Armadas a prerrogativa judicial de avaliar se o Chefe do Estado está ou não dentro da lei, para ser ou não obedecido. Como as Forças Armadas tinham a destinação de garantir a lei e a ordem, ficavam postos os dois elementos constitucionais justificadores ou indutores de golpes: a prevista desobediência ao Chefe de Estado que supostamente estivesse fora dos limites da lei e a obrigação de defender a dita lei. Já vimos que, no texto final da Constituição, a defesa da lei e da ordem ficou condicionada à iniciativa de um dos poderes constitucionais, diferentemente de todas as Constituições anteriores. E prevaleceu também, no Texto de 1988, a posição de estarem as Forças

Armadas "(...) sob a autoridade suprema do Presidente da República", formulação diversa da de todas as Constituições republicanas.

A criação do Ministério da Defesa não foi decidida pela Constituinte, em função de ponderações dos escalões militares, que entretanto admitiram sua inevitabilidade a um prazo maior. E o serviço militar permaneceu obrigatório, como estava nas constituições brasileiras anteriores, e como consta das Constituições da maioria dos países do mundo, especialmente dos que tem poucos recursos para manter forças profissionais permanentes, com regalias capazes de atrair voluntariado de bom nível.

Quando já estavam constitucionalizadas as funções básicas dos militares na vida do País, e quando já se buscavam os novos termos da sua inserção prática no cotidiano democrático, o bloco soviético entra em decomposição, e ocorre o fim da bipolaridade na ordem mundial.

Setenta anos do século XX foram marcados pelas consequências de um acontecimento memorável: a revolução russa de 1917. Mas, durante este tempo, mudaram-se as características da situação geral. E mudou a política militar brasileira.

Até a II Guerra Mundial, o governo soviético orientou-se no sentido de estruturar, na recém-criada União Soviética, a base de uma economia forte, socialista, capaz de promover a transformação, em tempo curto, sem apoio, e sob cerco mundial, de um país praticamente semi-medieval em um país desenvolvido e militarmente respeitável. Embora o surgimento e crescimento de um grande país socialista estabelecia, no mundo, a contradição entre o socialismo e o capitalismo, àquela época as polarizações

superiores se davam entre as grandes potências capitalistas, Alemanha, Inglaterra, Japão e Estados Unidos. Poder-se-ia dizer que a URSS estava apenas se desenvolvendo. Os primeiros movimentos da II Guerra já se faziam e ela, a URSS, ainda se empenhava em um esforço suplementar extraordinário, vitorioso ao final, para se colocar militarmente à altura do embate que chegava.

Após a II Guerra, a situação mudou. Alemanha e Japão caíram derrotados. A Inglaterra ficou enfraquecida e em declínio. O lugar proeminente da cena capitalista mundial passou a ser ocupado pela nova grande potência, os Estados Unidos, vitoriosos na guerra, onde pouco combateram. E a União Soviética, que fez o maior esforço de guerra, apareceu também, vitoriosa, respeitada, em ascensão. Estavam colocados os pressupostos de uma ordem mundial bipolar.

A bipolaridade durou mais de quatro décadas, mas também mudou de características. Até o início dos anos sessenta, durante quase quinze anos, foi marcada pela confrontação entre dois campos ideologicamente distintos, um socialista (URSS, Leste europeu, China) e outro capitalista, liderado pelos Estados Unidos. A partir dos anos sessenta, e até o colapso da URSS, durante cerca de trinta anos, o caráter ideológico da disputa foi para o segundo plano, posto que a própria URSS encaminhava-se para o capitalismo. Ressaltava-se, então, a contradição entre duas superpotências, hegemônicas com suas áreas de influência definidas e suas grandes disputas geopolíticas. Militarmente, as duas organizaram poderosos blocos de força, a OTAN e o Pacto de Varsóvia, praticaram uma política chamada de guerra fria, que apareceu sob a forma de corrida armamentista, e reduziram todas as guerras ou incidentes localizados a episódios da confrontação geral.

**Política militar
brasileira
foi condicionada
a interesses
norte-americanos**



No tempo em que os Estados Unidos e a União Soviética dominavam o mundo e se confrontavam, as Forças Armadas de todos os recantos, especialmente dos países periféricos, foram levadas a definir seus papéis em função dos interesses das duas superpotências.

A política militar brasileira sempre foi condicionada pelos interesses norte-americanos. Os Estados Unidos, durante todo o período republicano, e até há pouco, por cem anos seguidos, conseguiram passar a idéia de que o que era bom para eles também o era para nós. As concepções, as doutrinas e a prática das Forças Armadas brasileiras, com contradições, que

felizmente sempre existiram, decorreram, no que predominou, dessa visão de supostos interesses estratégicos comuns com os americanos.

No período anterior à II Guerra Mundial, os Estados Unidos viam, como o maior perigo da época, a expansão belicosa da Alemanha nazista. Conter o fascismo, ou melhor, conter a Alemanha, passou a ser seu objetivo básico, que felizmente coincidia com os objetivos democráticos dos povos. O Brasil, e de resto toda a América Latina, acabou posicionando-se do lado americano na guerra. Uma Junta Interamericana de Defesa foi criada, em 1942, para planejar a defesa comum do hemisfério. A participação de comunistas na frente anti-fascista não foi problema, e o Partido Comunista do Brasil pôde estar presente ativamente na constituição da FEB.

Pouco após a II Guerra Mundial, os Estados Unidos passaram a ter como inimigo principal o comunismo, ou melhor, a URSS, mesmo quando esta já não era essencialmente socialista, comunista. A América Latina, e em particular os militares desse sub-continente, foram trabalhados no sentido de assumirem que também seu inimigo principal passara a ser o comunismo, que era a forma taticamente mais mobilizante de confrontar a URSS, estigmatizando-a. E aí, a cabeça dos militares latino-americanos começou a ser refeita.

Doutrina, conceitos e planos, foram desenvolvidos com essa nova postura, importada de fora para dentro, em função dos interesses americanos e não sul-americanos. Toda uma parafernália doutrinária e conceitual foi então criada pelos americanos, e se conseguiu fazer crer, aos militares do sul da América, que isso representava os interesses de seus países. É assim a gênese dos conceitos de *guerra subversiva*, *inimigo interno*, *guerra psicológica adversa*, *fronteiras ideológicas*, *doutrina de segurança nacional*, etc, que tanto mal causaram aos latino-americanos, suas vítimas diretas, especialmente os comunistas e os patriotas que não rezavam pela cartilha americana, e tanto mal causaram também às Forças Armadas desse lado do mundo, em deformação, em desprestígio por envolvimento em guerra suja, e em perda do sentido estratégico nacional.



**Luta contra "inimigo
interno"
explica sucessivas
intervensões
militares na A.L.**

Recente estudo do Vice-Almirante Armando Vidigal, retrata de forma precisa esse fenômeno. Diz ele: "Quando o principal interesse estratégico dos EEUU era derrotar o fascismo, a América Latina foi mobilizada para impedir que esse sistema político penetrasse no continente americano." "Ao fim da II Guerra Mundial (...) o comunismo internacional (...)

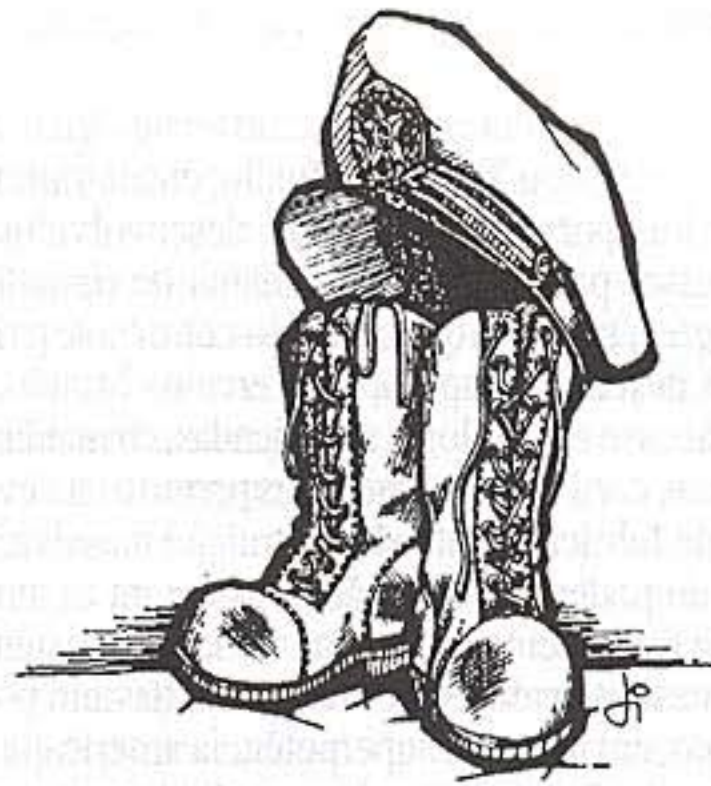
passou a constituir a maior ameaça à segurança (...) dos Estados Unidos e, em consequência, toda a América Latina foi levada a assumir uma postura francamente anti-comunista". "A principal missão atribuída às Forças Armadas latino-americanas passou a ser a Guerra Subversiva, contra o inimigo interno. Apesar do *apequenamento* que essa missão representava para as Forças Armadas, elas a aceitaram e lançaram-se a ela com o empenho e a eficiência costumeiros" E, para completar, eis a reflexão feita por esse oficial-general da Marinha brasileira sobre as circunstâncias que levaram a tanto golpe militar na América Latina: "Fica difícil não relacionar essa postura (a luta contra o inimigo interno), com as intervenções militares que tiveram lugar em praticamente todos os países da América Latina (...)".

O desmoronamento do bloco soviético pôs por terra o mundo bipolar das últimas quatro décadas e meia. Uma superpotência passou a ter a hegemonia militar absoluta no mundo, os Estados Unidos, demonstrando-se arrogante e belicosa, notadamente quando percebe seus propósitos hegemônicos ameaçados, em uma situação onde sua superioridade militar aplastante não é acompanhada por idêntico domínio econômico e tecnológico. Quadro novo, fatos novos, estratégias refeitas. É neste contexto, que a estratégia americana, de país hegemônico, quer, de novo, como fez há cem anos contínuos, definir a nova estratégia e o novo papel das Forças Armadas latino-americanas.

Não é que os problemas recentemente aflorados inexistiam na fase anterior. Mas é que agora, sem as circunstâncias da bipolaridade, eles passam a um patamar superior, apresentam-se de forma diferente, aguda, como traços centrais do momento mundial.

Um problema de fundo inequivocamente condiciona as análises estratégicas do mundo de hoje: a perspectiva de esgotamento, nos próximos trinta e quarenta anos, dos mananciais petrolíferos que sustentaram o desenvolvimento do século XX. O século XXI demandará fontes energéticas alternativas. Os países ricos do Norte, que em geral dispõem de reservas minerais e vegetais pequenas ou em extinção, enfrentam esse desafio com dificuldades, diferentemente dos países tropicais, onde são grandes os estoques de minérios, da biomassa e de incidência da fonte básica da energia renovável, o sol.

Os países altamente industrializados, e com estoques energéticos em declínio, passam a fazer planos para os países tropicais, em geral periféricos da economia mundial. Esses planos tem assim, um incontroverso interesse estratégico. Em perspectiva, esse interesse pode se desdobrar na meta da ocupação territorial, de partes de território desses países. A prazo curto, esses planos já se expressam no que poderíamos chamar de ocupação econômica dos países periféricos, com o poder dominante internacional localizando-se nos pontos nevrálgicos das



suas economias. Tal ocupação mina a resistência nacional dos subdesenvolvidos e os torna vulneráveis, a prazo longo, às tentativas de ocupação territorial. Esta, requer força militar, confronto aberto. Aquela, a ocupação econômica, pode ser feita por via oblíqua, respeitando as leis do país que vai sendo ocupado, aliás, fazendo as leis para ele, usando seus legisladores, seus economistas, suas Bolsas de Valores (...) A primeira, a ocupação econômica, pode ser a ante sala da segunda, a ocupação territorial.

A espoliação do Sul, pobre e atrasado, pelo Norte, rico e usurário, é feita através de vários expedientes, dos quais os mais amplamente utilizados hoje são os mecanismos saqueadores das dívidas externas, as injustas relações de troca e o controle dos centros nervosos da economia dos países periféricos.

Politicamente, para administrar os conflitos do mundo, particularmente os existentes entre o Norte e o Sul, na nova situação mundial, os ricos procuram institucionalizar e dar sentido de Estado Maior ao Grupo dos Sete, que os Estados Unidos dirigem para certas ações mundiais, reservando o Conselho de Segurança da ONU, que também dirigem, para outras ações. Assim, o G-7 se reúne, sob os auspícios americanos, para monitorar a passagem da economia russa para a plenitude capitalista, enquanto o Conselho de Segurança é acionado para legitimar, em nome das Nações Unidas, invasões americanas, como a que redundou na Guerra do Golfo.



Dissolução do bloco soviético aumentou exigência abusiva de *apartheid* tecnológico

É nesse contexto, sobredeterminado pelos interesses da superpotência americana, que são tratados temas importantes da atualidade, dos quais costumam-se relacionar o problema tecnológico, o do narcotráfico e o da ecologia. Todos três são equacionados preponderantemente em uma concepção

predatória dos interesses dos países subdesenvolvidos.

Os esforços de desenvolvimento tecnológico, feitos pelos países do Terceiro Mundo, encontram fortes barreiras por parte dos países desenvolvidos. A justificativa, para o que já se chama de *apartheid tecnológico*, é o risco que o mundo correria se países hoje em desenvolvimento, do Terceiro Mundo, tivessem acesso a tecnologia sofisticadas, chamadas de *duplo-uso*, civil e militar, que lhes permitiriam eventualmente fabricar armas de destruição massiva. Os centros do poder mundial não consideram as ameaças à paz internacional como advindas da existência de gigantescos arsenais, de armas de altíssimo poder destrutivo, em mãos da superpotência americana, de sua ex-co-irmã soviética e de seus aliados europeus. Viriam, surpreendentemente, da hipótese de países do Terceiro Mundo poderem fabricar alguma dessas armas. Em decorrência, é imposto aos países subdesenvolvidos abusivo *apartheid tecnológico*, com graves consequências para o desenvolvimento desses países.

A exigência do *apartheid tecnológico* aumentou com o desmoronamento do bloco soviético. Mas já vinha de antes. Artigo publicado no *L'Express*, em setembro de 1990, assinado por colunista de vínculos conhecidos com esquemas ocidentais de defesa estratégica, afirma que dever-se-á "(...) impedir não apenas as exportações relacionadas com a área militar, mas toda e qualquer exportação de alta tecnologia, de qualquer natureza"².

•74•

**Estados Unidos já
obteve
vitória com extinção
das forças
armadas do Panamá**



Em dezembro do mesmo ano, os Estados Unidos criaram a EPCI, Enhanced Proliferation Control Iniciativa, Iniciativa Concentrada para Controle da Proliferação, que visa organizar e coordenar as restrições à exportações de cerca de 50 produtos, alegadamente contra *países-alvos*, exemplificados como a *Líbia* e o *Iraque*, mas que meios especializados admitem ser em número de 50³.

A análise dominante do problema do narcotráfico, desconsidera o fato básico de que só existe tráfico de drogas por que existe mercado de drogas, e que só existe mercado de drogas forte por que os Estados Unidos e outros países ricos os mantêm sendo dele os principais consumidores. Agricultores de países pobres, como os da América Latina, motivam-se a produzir drogas e circular com elas, a despeito dos perigos, primeiro por que a solicitação do mercado, principalmente americano, é grande, segundo por que, no quadro da miséria em que vive o campo latino-americano, com produtos aviltados pelo mer-

cado imperialista, não são fáceis as alternativas para um produto tão altamente valorizado como os narcóticos. A solução para o problema da produção das drogas e do seu tráfico passa pela solução do problema econômico-social subjacente. Os americanos tratam esse problema, contudo, como caso de polícia e, mais ainda, como caso de Exército e de intervenções internacionais, como mostram manobras militares que realizam na América Latina e a pirataria feita no Panamá, com o sequestro do Presidente daquele país.

O tema ecológico, da forma como é tratado pelo grupo dos ricos, volta-se contra os pobres do Terceiro Mundo. Passando por alto o fato de que são os países ricos os maiores responsáveis pela agressão à natureza, esses próprios países procuram assumir o monitoramento do desenvolvimento dos países pobres, para que estes não destruam as reservas naturais que ainda têm e que, segundo os ricos, devem ser da humanidade, inclusive por que eles já destruíram as que originalmente tinham. O problema é de grande potencial conflitivo. No caso do Brasil, põe a floresta amazônica, com toda a vastidão da sua biodiversidade, no centro dos interesses internacionais. Conceitos novos, de claro sentido intervencionista, vão sendo elaborados e testados. O Presidente Mitterand, da França, parece ter tido a primazia de expressar a noção de *soberania limitada*, que prevaleceria para os países em desenvolvimento, enquanto os países desenvolvidos se reservam o *direito de ingerência*, discutido na conferência de Viena sobre os direitos humanos.

Relacionado com o tema ecológico, aparece todo um aspecto amplo de questões altamente polêmicas, no qual os povos dos países subdesenvolvidos também são vítimas de políticas agressivas dos países ricos. A explosão populacional, que só atinge os países do Terceiro Mundo, por conta de problemas históricos onde é grande o débito dos países ricos, é vista como ameaçadora dos recursos limitados do planeta, em função do que surgem as políticas de controle massivo da natalidade, que se aplicam coercitivamente sobre as populações mais carentes. As migrações de parcelas significativas de seres humanos, desempregados, pobres e miseráveis, em demanda de condições melhores de vida, passaram também, na atualidade, a se constituir em grave problema, reflexo da contradição Norte e Sul, tratado com virulência pelos países ricos.

Os Estados Unidos, a partir da observação que fazem, de que o papel histórico das Forças Armadas latino-americanas, sobretudo no último meio século, foi o de ser reserva das suas Forças Armadas, no confronto com o bloco soviético, consideram agora ser necessário definir qual o novo papel das Forças Armadas no sul da América, já que não teriam mais inimigo estratégico contra quem se preparar. O problema é grave, muito mais do que se pensa.



Em maio/junho de 1992, a especializada revista americana *EIR - Executivo Inteligente Review*, de Washington, divulgou importante noticiário a respeito de estudos e planos dos Estados Unidos relativos às Forças Armadas latino-americanas. A revista afirma que os estudos, de responsabilidade do Departamento de Estado, querem “(...) que a toda a América Latina se transforme numa zona de neutralidade”, onde “(...) urge definir para os militares latino-americanos uma nova missão, de menor magnitude”. Consta que essas metas estão em andamento, já tendo conseguido vitórias importantes como “(...) no Panamá, onde a instituição castrense foi praticamente extinta e onde os militares americanos exercem controle sobre tudo”. A revista diz que isto está dentro da visão de que, após o desaparecimento da União Soviética, o papel dos Estados Unidos deverá ser o de “(...) guardião supremo dos valores democráticos”, em escala planetária⁴.

A *EIR* informa, ademais, que os estudos e planos referidos tomam por base um trabalho mais completo, “(...) concebido e financiado pelo governo norte americano”, publicado em 1990, intitulado *Os Militares e a Democracia. Futuro das Relações Civis-Militares na América Latina*⁵. O livro, que se desdobra em 17 capítulos, contém exposição sistemática sobre assuntos variados, e a *EIR* resume alguns de seus capítulos, de onde retiramos as seguintes passagens: 1) “A preparação para uma “Nova Era” (...) exige a reestruturação total das instituições militares latino-americanas, sob supervisão dos Estados Unidos (...)”; 2) Deve-se definir para “os militares, (da América Latina), uma nova missão, mais estreita e de converter-se numa gendarmaria nacional com trei-

namento especial”; 3) “O principal obstáculo à consecução desse objetivo é a perspectiva imperante ao menos em certas facções dos militares latino-americanos, especialmente na Argentina e no Brasil, que têm a missão nacional de defender os Valores do Ocidente cristão (...) a Honra, a Dignidade, a Lealdade (...) e salvaguardar e garantir o processo de desenvolvimento”⁶. É evidente o sentido irônico das referências à *missão nacional* e *valores* dos militares latino-americanos.



Simpósio Interamericano estudou como hipótese a invasão da Amazônia brasileira

No mesmo período, meados de 1992, divulga-se a notícia de que teria havido no Colégio Interamericano de Defesa um simpósio de Forças Combinadas Interamericanas onde esteve em pauta a transformação das Forças Armadas latino-americanas em forças especiais de combate ao narcotráfico e onde teria sido usada, como hipótese de uma situação militar a ser estudada, a invasão da Amazônia brasileira. Em tal simpósio teria participado oficiais brasileiros.

Com todos esses dados, o autor, no uso de atribuições parlamentares, encaminhou requerimento solicitando informações a todos e a cada um dos Ministros Militares do Brasil e ao Chefe do Estado Maior das Forças Armadas. As respostas, obrigatórias, nos termos da legislação vigente, vieram.

O Ministério da Marinha informou que “(...) não tem conhecimento da existência de planos

oficiais do governo norte-americano, com o objetivo de debilitar as Forças Armadas da América Latina. Mas acrescentou: "(...) a transformação das Forças Armadas sul-americanas em guardas-costas e gendarmarias (...) parece estar sendo desejada pelos Estados Unidos (...)". Respondendo sobre o livro *Os Militares e a Democracia: o Futuro das Relações Civis-Militares na América Latina*, o documento da Marinha assevera: "As teses nele contidas são inaceitáveis (...)".⁷

O Ministério do Exército, mais lacônico, destacou que "(...) o relacionamento bilateral entre os Exércitos do Brasil e dos EUA desenvolvem-se em elevado nível e de respeito recíproco", nunca tendo sido "(...) sugerida, mesmo de forma velada, a (...) reestruturação da Força Terrestre..."⁸.

O Ministério da Aeronáutica, depois de comentar as idéias contidas no livro em apreço conclui: "Destas idéias se depreende: no campo político - limitação das soberanias nacionais; no campo militar - limitação das Forças Armadas nacionais. Ambas as idéias são inconstitucionais"⁹.

A confirmação do Simpósio, onde teria havido o exemplo da ocupação da Amazônia, foi pedida especificamente ao Estado Maior das Forças Armadas. Eis trechos da resposta. "1. O referido Simpósio, como atividade escolar prevista, contou com a participação de todos os alunos do Colégio Interamericano de Defesa, inclusive os brasileiros". "2. A hipótese de intervenção militar de Força Interamericana, no Brasil, dentre outras, foi de fato levantada, como sugestão para trabalhos escolares de planejamento." "3. A razão apresentada, por alguns alunos, foi a pretensa devastação da floresta amazônica e a intervenção se faria para impedi-la". "A posição assumida pelos representantes brasileiros foi de contestação imediata à proposta, alertando que o Brasil é um país muito diferente do Panamá ou Granada, para deixar-se invadir impunemente, e que a guerra na selva não poderia ser confundida com a guerra no Golfo, haja visto o acontecido no Vietnam"¹⁰.

No limiar do século XXI as Forças Armadas brasileiras estão em uma espécie de encruzilhada. Enfrentam problemas de definição, de rumo, já englobados por alguns no título geral de "crise de identidade". O Almirante Vidigal, em seminário realizado na Câmara dos Deputados sobre aspectos das Forças Armadas, foi categórico: "é chegado o momento de as Forças Armadas da América Latina orientarem-se mais pelos interesses nacionais de seus países, do que pelos interesses estratégicos da potência hegemônica"¹¹.

Os Estados Unidos inequivocamente estão decididos a reduzir as Forças Armadas do sul da América, a meras forças especiais, com propósitos menores, não-nacionais, como o do combate ao narcotráfico. Tencionam, também, mantê-las como forças inexpressivas, mas em ação, por entendê-las politicamente

importantes para acobertar, com o apanágio internacional, as intervenções que fizerem nos países que saírem da linha. Com esse propósito confesso, os Estados Unidos já registram vitórias significativas, não só no Panamá, como vimos, mas no México, na Colômbia, etc. O registro que temos, há pouco referido, é o de resistência nas Forças Armadas brasileiras e argentinas à aceitação desse papel pusilânime.

Posto que as Forças Armadas servem ao Estado, defendem seus interesses, pois são dele parte integrante, o papel pelo qual as Forças Armadas brasileiras se definirão fica condicionado à própria posição que prevalecerá no Estado brasileiro, nas suas relações internacionais. Duas alternativas gerais aí estão postas. A do Estado aprofundar-se no caminho que já trilha e chegar a uma posição completamente submissa aos centros internacionais de poder, posição de entrega das riquezas do país e de seu patrimônio, de dependência estruturada e subserviência, ou a de encaminhar-se no sentido de um Estado firme na defesa da soberania da nação. Parte integrante do Estado, a posição das Forças Armadas, com sua tradição nacional, interferirá no posicionamento do Estado, adequando-se, em última instância, à postura que este tomar.

A luta do povo, que se estende no tempo, pelas suas aspirações nacionais e democráticas é o componente que finalmente levará a todo esse processo a sua marca indelével.

HAROLDOLIMA é Deputado Federal - PCdoB-BA.

BIBLIOGRAFIA

- 1) Vice-Almirante Armando Vidigal; O Papel das Forças Armadas no Novo Contexto Mundial. maio-junho de 1992, documento apresentado em Seminário na Câmara dos Deputados, em 18/8/92. p. 18.
- 2) Referido em artigo do Vice-Almirante Vidigal, na Revista do Clube Naval, nº 283, p. 62.
- 3) Revista do Clube Naval, artigo citado, p. 61.
- 4) Todo o noticiário sobre a revista EIR está na edição de 14 de junho de 1992 do Correio Brasiliense, seção internacional, p. 20.
- 5) O original em inglês de *The Military and Democracy: The Future of Civil-Military Relations in Latin America*, foi publicado nos EUA, em 1990, pela editora Lexington Books.
- 6) O resumo do livro citado acima, feito pela revista EIR, está noticiado no Correio Brasiliense de 14 de junho de 92, sob a manchete "EUA tentam minar poder dos militares da AL".
- 7) A resposta do Ministério da Marinha, datada de 6 de julho de 1992, é assinada pelo Cap-de-Mar-e-Guerra Luiz Fernando C. P. de Almeida.
- 8) A resposta do Ministério do Exército está no of. 3862 A/3.1, datado de 20 de julho de 1992, assinado pelo Gen. Div. Tamoyo Pereira das Neves.
- 9) A resposta do Ministério da Aeronáutica está na Carta 204/AP, datada de 24 de setembro de 1992, assinada pelo Brig. RR Emanuel Serrano.
- 10) A resposta do Estado Maior das Forças Armadas, EMFA, está no aviso 03146, datado de 2 de setembro de 1992 e é assinado pelo General-de-Exército Antonio Veneu, Chefe do EMFA.
- 11) Vice-Almirante Armando Vidigal, documento citado, p. 19.

O otimismo inconsistente dos ideólogos do capital

ANDERSON, Perry. *O Fim da História - De Hegel a Fukuyama*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1992.

"De momento, estamos sendo poupados de todo o desassossego contemporâneo: mas estes ainda são tempos ansiosos, em que tudo o que antes era considerado sólido e seguro parece agora precário e vacilante".

Hegel

No Brasil, assim como no restante do mundo vitimado pela avalanche da *nova ordem* capitalista, o ensaio *The End of History*, escrito por Francis Fukuyama, teve um forte impacto na sociedade. Publicado originalmente em 1989 e, três anos depois na sua versão em livro, a tese do assessor do Departamento de Estado norte-americano caiu como luva para os apologistas do capitalismo.

Afinal, o autor garantia, com todas as letras, que a democracia liberal e a economia de mercado representariam o fim da história. Nas suas palavras, "(...) a imperturbável vitória do liberalismo econômico e político significa não apenas o fim da Guerra Fria, ou a consumação de um determinado período da história, mas o fim da história como tal. Isto é, o ponto inicial na evolução ideológica da humanidade e a universalização da democracia liberal ocidental como forma final do governo humano". Muitos suspiraram aliviados com este raciocínio otimista!

O intelectual inglês Perry Anderson, entretanto, resolveu contestar esta tese - que alguns desejariam que se tornasse mais um *sensu comum*. No livro *O Fim da História - De Hegel a Fukuyama*, ele procura fugir das generalidades, tão comuns nos confusos tempos atuais, e vai fundo - analisando a base filosófica das várias concepções sobre o fim da história. Nos primeiros capítulos, ele estuda autores como Hegel, Cournot e Kojève, que, de diferentes formas mas sempre sob um enfoque *pessimista*, especularam também sobre o fim da história.

Após esta rica retrospectiva, Perry Anderson parte para o confronto teórico com Fukuyama. Primeiro deixa claro que o badalado autor americano não afirmou que o fim da história seja a cessação de todos os conflitos e desníveis mundiais - o que seria facilmente negado pela vida. Sua tese é mais complexa e ousada. Diz que se esgotaram na humanidade quaisquer alternativas viáveis para superar o capitalismo e que "(...) o progresso para a liberdade teria agora um único caminho".

"A grande mudança que inspirou essa versão do fim da história é, evidentemente, o colapso do comunismo", aponta Anderson para quem "(...) a visão de Fukuyama é um produto desse momento". Daí decorreu o seu impacto. "O clamor provocado por sua tese original era um indício, não

de inépcia, mas de sua força perturbadora" - acrescenta o analista inglês. Neste rumo, mais do que contestar o otimismo do funcionário do governo dos EUA, Perry Anderson avalia que é indispensável demonstrar as contradições do capitalismo e a vitalidade das teses socialistas.

Na sua opinião, as *reações genéricas* à tese central de Fukuyama não são suficientes para golpeá-la. Este teria armado toda uma rede de possibilidades futuras que afetariam o capitalismo, mas que não teriam condições de superá-lo historicamente. *Eventos empíricos*, conflitos militares e mesmo a persistência da desigualdade e da miséria no planeta se desenrolariam "(...) num conjunto de limites estruturais" forjados pelo próprio sistema. "A confiança de Fukuyama na abundância consumidora do capitalismo moderno - videocassetes para todos, como ele disse - expressa a perspectiva do oficialismo nos anos 80", comenta.

Na contracorrente da ofensiva ideológica burguesa, Perry Anderson questiona esta visão triunfalista - trazendo à tona instigantes críticas ao atual modo de produção. O próprio *consumismo* é colocado em xeque. "Se todas as pessoas da Terra possuísem o mesmo número de geladeiras e automóveis que as da América do Norte e da Europa Ocidental, o planeta ficaria inabitável. Hoje, a ecologia global de capital, o privilégio de uns poucos, requer a miséria de muitos, para ser sustentável. Menos de um quarto da população do mundo detém atualmente 85% da renda mundial, e a diferença entre as participações das zonas avançadas e atrasadas ampliou-se ainda mais nos últimos cinquenta anos".

No último capítulo, o autor inglês reafirma suas convicções socialistas. Mas interroga: qual socialismo? "Para reprovar a tese de Fukuyama não é suficiente mostrar que ela atenua ou ignora os defeitos na *ordem mundial* dominada pelo capitalismo liberal. Deve ser possível indicar uma alternativa digna de crédito, sem recorrer a menos acenos ao imprevisível ou a mudanças que não são mais que terminológicas. O teste para a validade do socialismo como alternativa para o capitalismo consiste em apurar se retém ou não um potencial para soluções dos problemas com que o segundo se defronta em sua hora de histórico triunfo".

No esforço de *autocorreção* das primeiras experiências socialistas, Anderson apresenta suas opiniões e propostas - que merecem um estudo mais aprofundado. No terreno econômico, reafirma a necessidade do planejamento, demonstrando que as forças de mercado não contém soluções para os graves problemas da humanidade. Mas ele também polemiza: "Um socialismo para além da experiência da tirania stalinista e de *suvisme* social-democrático não representaria uma abolição impossível do mercado nem uma adaptação condescendente do mesmo".

Sua proposta é a da combinação de diferentes formas de propriedade coletiva dos principais meios de produção com a existência das trocas de mercado - "(...) sob orientação de um vasto planejamento público dos equilíbrios macroeconômicos". Ao abordar a forma de controle desta

economia, Anderson também trata de um segundo aspecto decisivo da construção do socialismo: a questão do Estado. Neste ponto, defende "(...) uma democracia muito mais articulada em suas formas do que tudo o que a versão capitalista tem para oferecer".

Muitas das opiniões formuladas pelo escritor inglês são, sem dúvida, controvertidas e polêmicas. Ele mesmo afirma que "(...) nenhum movimento político realiza exatamente aquilo que se propõe a levar a cabo, e nenhuma teoria social prevê jamais o que irá justamente ocorrer". Mas, no essencial, o seu livro tem o mérito de apresentar argumentos fortes que fazem *desmanchar no ar* o otimismo inconsistente dos defensores do capitalismo - e inclusive daqueles que perderam à perspectiva socialista.

Altamiro Borges

A Dialética Materialista

GARCIA, Maria Cristina; *A Dialética Materialista*. Editora Atenaense Ltda, São Paulo, 1993.

A autora faz um panorama dos principais conceitos do Materialismo Dialético e para tal baseia-se em escritos de Engels, Lenin, Henri Lefebvre, Guterman, Mao Tsé-Tung, Kopnin, Kosik e outros.

Maria Cristina Garcia dividiu seu livro em seis subtítulos (Introdução Geral; A Dialética Materialista como Lógica e Teoria do Conhecimento; A Matéria e a Consciência; O Fenômeno e a Essência; O Todo e as Partes do Real; As Leis da Dialética Materialista).

Nestes subtítulos a autora basicamente organiza partes das contribuições teóricas dos autores de forma a explicar os conceitos que envolvem o tema.

A organização feita pela autora busca uma síntese, e não uma avaliação crítica dos autores (e das próprias citações).

Assim, no livro não aparece nem comparação, nem confronto entre autores, que produziram em épocas e condições históricas diferenciadas, interferindo em seus posicionamentos dentro do campo marxista.

O livro, também, não trata dos debates que hoje encontram-se no pano de fundo da chamada "crise do marxismo". No entanto, o objetivo perseguido pela autora, que é mostrar a importância fundamental do materialismo dialético como concepção filosófica e método do conhecimento, é atingido.

O livro de Maria Cristina Garcia introduz no geral ao estudo do tema colocado no próprio título. *A Dialética Materialista*.

A capa é de autoria da pintora soviética Liubov Sergeievna Popova.

O livro *A Dialética Materialista* está a venda nas livrarias e na editora Anita.

Madalena G. Peixoto

Imprensa sindical: um panorama do pensamento da classe operária

FERREIRA, Maria Nazareth; *Imprensa Operária no Brasil*. Ática, São Paulo.

O resgate da imprensa operária no Brasil vêm contribuindo para esclarecer, ou ainda, ampliar o conhecimento sobre o operário brasileiro, com suas reivindicações, lutas, vitórias e até derrotas.

O livro de Maria Nazareth Ferreira, intitulado *Imprensa Operária no Brasil* se propõe a ser mais do que um resgate da classe, ele vai procurar "(...) encontrar uma fórmula mais racional para entender a imprensa da classe trabalhadora". Nessa perspectiva, o livro nos fornece ampla e vasta gama de informações sobre nossa história recente.

No capítulo sobre *a imprensa anarcossindicalista*, as suas raízes são explicitadas. Inicia-se com a publicação do jornal *O Proletário*, em Pernambuco, em 1847, indo até a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1922. Aí fica claro que a maioria dos jornais defendem programas anarquistas, devido a forte influência dos imigrantes, dos quais, grande número professavam o anarcossindicalismo.

Na época referida a imprensa operária se caracterizava por defender os direitos da classe, papel fundamental num momento em que os trabalhadores procuravam se organizar.

Entrando em contato com jornais da época percebe-se a variedade de conteúdo ideológico que se apresenta: ataques à Igreja, luta contra a guerra, luta contra a exploração do trabalho, luta contra a miséria, incentivos à greves etc. Essa variedade altera-se também segundo o momento histórico em que surge o jornal.

As mudanças de caráter político-econômico sofridas pelo País refletiram-se no setor operário e, conseqüentemente, em sua imprensa. O movimento, principalmente após as turbulências do final da primeira guerra mundial, irá cada vez mais adotar, um perfil sindical-partidário, orientando-se através da ideologia socialista-leninista, vitoriosa com a Revolução Russa. Segundo a própria autora, nessa hora "(...) a imprensa operária sofre uma mudança radical. Se até os primeiros anos da década de vinte ela poderia ser caracterizada como imprensa nascida à sombra das Ligas, Uniões e Sindicatos, a partir da existência do PCB os principais jornais operários estarão ligados a partidos. Essa mudança é da maior importância, visto que a imprensa anarcossindicalista se auto-intitulava apartidária e apolítica, enquanto a nova imprensa é antes de tudo política e umbilicalmente ligada ao partido (...)".

Como vimos, a imprensa evolui em busca de novos valores que irão surgindo com o tempo: antes produzida pelo operariado, cada vez mais passará a ser produzida para operariado, assumindo função informativa, incluindo novos assuntos de cunho científico.

Após o abrandamento das táticas operárias, causada pela política reformista adotada pelo Estado, nas décadas de quarenta e cinquenta, o movimento sofrerá novo abalo com o golpe de 64: "(...) muitos jornais deixam de circular, outros reduzem sua tiragem e aumentam sua periodicidade. O conteúdo sofrerá mudanças que denunciam o esvaziamento da organização operária (...)"

Na década de 80 se fará sentir nova forma de pressão das forças operárias, agora com novo conteúdo organizativo e ideológico, dando-se primazia aos fatores econômicos, o que acentua o grau de despolitização dentro do movimento trabalhista.

O que nos parece fundamental é que a autora consegue demonstrar uma linearidade no desenvolvimento da história da imprensa operária, guiando-se dentre suas diferentes formas de apresentação. Outro dado importante nos é apresentado pela série de tabelas reproduzidas na parte final, onde é demonstrado a contínua produção da imprensa a partir de 1847 até 1986. O total de títulos ultrapassa trezentos, entre jornais e revistas de cunho operário.

Vera Alves Crispim Capucho

Nota do Editor:

Não consta da lista elaborada pela autora - no 6º capítulo de seu livro - o nome do jornal *Tribuna da Luta Operária* que circulou pela primeira vez em 18 de outubro de 1979, chegou a imprimir 30 mil exemplares por edição por nove anos consecutivos, dando lugar ao quinzenário *A Classe Operária* que assim, passou a ser mensal.

Este último fundado em 1925 é órgão central do Partido Comunista do Brasil, PCdoB.

Ciência e História Soviética

GRAHAM, Loren R.; *Science in Russia and the Soviet Union - A Short History*, Cambridge University Press, New York, 1993.

O livro em tela é de especial interesse para públicos distintos mas não excludentes; aqueles interessados em história da ciência encontrarão um formidável sumário de um dos capítulos da moderna ciência, enquanto os socialistas interessados no exame crítico da experiência soviética, encontrarão farto material para reflexão; não só dados brutos mas também penetrantes análises e conjecturas. O autor credencia a obra por tratar-se de um renomado especialista em história da ciência soviética, tendo já publicado diversos livros e artigos sobre o tema, e pela atitude de respeito face à experiência de luta do povo soviético. O livro compreende nove capítulos, cobrindo desde a constituição da ciência russa aos dilemas atuais decorrentes da extinção da União Soviética, além de dois apêndices com informa-

ções especializadas sobre o desempenho da ciência soviética em disciplinas específicas. Mais de dois terços da obra é dedicado ao período soviético, mas o autor restringe-se às ciências da natureza, matemática e ciências do comportamento, deixando de fora, por exemplo, toda a gama das ciências sociais.

Graham sustenta que a história da ciência soviética não se reduz a uma análise simplista, ou linear, comportando, ao contrário, aspectos de grande pujança com fraquezas notáveis. Entre os aspectos que se destacaram nós encontramos a matemática e a física teórica, especialmente entre a década de 30 e 50, no campo da pesquisa pura; e a pesquisa espacial e desenvolvimento de armas atômicas, na área da pesquisa aplicada. Entre os pontos mais fracos destacam-se a biotecnologia e a informática e, de modo geral, a transferência das inovações científicas para a produção industrial. Ao analisar a relação entre ciência e filosofia, o autor realiza importante distinção entre o que denominou *a fase autêntica* do papel do materialismo dialético e a *calcificação do marxismo soviético* onde o episódio mais destacado é o *Caso Lysenko*. Para evidenciar o que denominou de *fase autêntica* ele tomou casos concretos de produções científicas de reconhecimento internacional onde o apoio consciente no marxismo foi um fator impulsionador, analisando a obra de Vygotsky, na psicologia, de Fock, na interpretação da física quântica, de Oparin, nas idéias sobre a origem da vida, e de Kolmogorov, nos fundamentos da matemática. O autor argumenta também que este papel cognitivo do marxismo é pouco conhecido e compreendido, e até deformado, mesmo em círculos científicos ocidentais; e que sem o reconhecimento do papel do marxismo não se pode compreender a obra destes cientistas.

Já a análise do *Caso Lysenko*, como ponto alto das debilidades da ciência soviética, evidencia que não se tratou de uma controvérsia científica, tão normal e necessária ao desenvolvimento da ciência, na qual uma das partes - Lysenko - apoiou-se em uma filosofia, no caso o materialismo dialético. Foi o conjunto de práticas sociais e políticas vigentes na sociedade soviética que permitiu a este último apoiar-se no partido, em Stalin em particular, e no estado soviético para a exclusão da genética, e de boa parte dos geneticistas, da vida soviética do pós-II Guerra. Graham argumenta a favor da responsabilidade pessoal de Stalin pelo aval a Lysenko (outros membros do CC do PCURSS a isto se opunham) mas fica claro que não se tratou de um *problema pessoal*, afinal Lysenko só foi desautorizado, e a genética reabilitada, em 1965, após a queda de Krushev.

Graham alinha ainda os fatores que contribuíram para o impulso e o desenvolvimento da ciência soviética, bem como aqueles que dificultaram ou mesmo bloquearam seu desenvolvimento. Para comparar o desenvolvimento da ciência na URSS com outros países, o autor parte do fato que a ciência foi um produto cultural russo tardio em relação aos países da Europa ocidental, só desenvolvendo-se a

partir do Século XVIII devido às iniciativas do czar Pedro, o Grande. Apesar de tardia, e do seu restrito alcance social pois a educação era privilégio da elite, a ciência russa obteve grandes êxitos, bem expressos nas figuras de Lomonossov, Mendeleev e Lobatchevski, de modo que a revolução socialista de outubro encontrou uma atividade científica em pequena escala mas de nível comparável aos dos países mais desenvolvidos cientificamente. Partindo desta premissa Graham identifica entre os fatores que contribuíram para a pujança da ciência soviética o forte apoio, político e material dos sucessivos governos bolcheviques; apoio que se expressou, por exemplo, na atitude de Lenin e dos bolcheviques, a partir de outubro de 1917, preservando a antiga Academia de Ciências da Rússia (à diferença dos revolucionários franceses de 1789 que fecharam a Academia de Ciências de Paris); mas também, a partir da década de vinte, na educação de boa qualidade em larga escala, e na criação de uma rede de instituições, voltadas exclusivamente para a pesquisa científica e tecnológica; além da capacidade do estado soviético em priorizar certos projetos – especialmente na pesquisa espacial e na construção de armamentos.

Entre os fatores adversos o autor destaca as sucessivas ondas repressivas ao longo da década de 30 que atingiram, entre outros setores sociais, camadas da intelectualidade, causando prejuízos irreparáveis à pesquisa, chegando em alguns casos como dos astrônomos, a atingir 20% do corpo de pesquisadores. As insuficiências na transferência dos resultados da pesquisa científica e tecnológica para a indústria têm origens múltiplas, na visão de Graham: a completa centralização da rede de instituições de pesquisas levou a certa altura do seu desenvolvimento a uma burocratização onde os diretores dos institutos, já pouco produtivos, não abriam espaço para os jovens pesquisadores emergentes; o autor exemplifica com a pesquisa em informática, mesmo nos países capitalistas, onde pequenas unidades de pesquisa e desenvolvimento foram mais eficientes, que grandes instituições para o desenvolvimento de software. Também o distanciamento, inclusive geográfico, entre indústrias e centros de pesquisa e a completa estatização da economia estão entre os fatores que dificultaram a inovação tecnológica na indústria soviética. Na análise multilateral realizada pelo autor notamos a ausência, entre os fatores impulsionadores, da motivação que decorria da convicção de que se construía uma grande nação socialista, esta motivação só declinou dos anos setenta em diante, como atestam vários relatos biográficos.

Como vemos trata-se de leitura mais que motivante, que bem merecia uma tradução para o português.

Olival Freire Jr.

Chico Buarque Poetas da crise

Cesar, Lígia Vieira; *Poesia e política nas canções de Bob Dylan e Chico Buarque*, Editora UFSCar e Estação Liberdade, São Paulo, 1993.

Bob Dylan e Chico Buarque, compositores e intérpretes de música popular, inserem-se na literatura americana e brasileira, respectivamente, como autores que se utilizam de formas literárias que se definem como composições vinculadas à música, diz Lígia Vieira Cesar, autora de uma análise comparativa das obras deste dois músicos e poetas. Ambos têm uma postura dialética, não efetuando uma obra linear e não se constituem em meros registros da realidade, pois pretendem uma transformação social, portanto, crêem na necessidade de se levar uma mensagem às pessoas, mensagem capaz de alterar-lhes a vida, objetiva e/ou subjetivamente.

Para comprovar sua tese, a autora historia a evolução da música popular norte-americana e da brasileira, traçando um quadro paralelo entre ambas. Elas têm uma origem bastante próxima: África, Europa, e talvez uma ou outra variação. O rock, ritmo adotado por Bob Dylan, vem de uma fusão entre o rhythm & blues e o country & western, afirma Lígia. Ele aderiu à canção de protesto que pregava contra as guerras, contra o establishment e desejava um mundo sem injustiças, de paz e amor, como apregoava a ideologia hippie dos anos 60/70. Esse movimento vem em sequência aos beatniks que fizeram um grande movimento artístico contra a cultura dominante.

No Brasil, o País mergulhava numa ditadura militar. Um debate que se forjava no campo das artes, assim como na política etc, entre a vontade de se construir uma nação sem tutelas, com o veio popular e aqueles que criam na necessidade do capital externo para o País progredir. Com a ajuda dos militares, vencem os segundos. Cai sobre os brasileiros uma repressão sem medidas e são os artistas que se tornam porta-vozes de uma voz sufocada. Chico Buarque é um dos principais, senão o principal, representante dessa época. E como a censura torna-se excessivamente rígida, Chico cria canções-poemas intrinsecamente metafóricos. Mesmo assim vê seu nome vetado em 1974, quando grava um disco com músicas de outros autores, com exceção de uma (Chame o ladrão) que é de sua autoria, assinada com um pseudônimo.

Tanto Chico quanto Dylan são artistas preocupados em transformar a realidade. Suas baladas usam poucas metáforas e a canção *Blowin' in the wind* transforma-se

numa espécie de hino hippie na década de 60. Ele também se posiciona contra o *status quo*, contra a ordem vigente etc, mas não vislumbra uma saída para além dos limites do capitalismo. Quando o faz é com os olhos voltados para trás. Já Chico Buarque acredita num futuro sem distinção de classes sociais, mesmo que de uma forma poética, como seja o carnaval, entendido como uma festa popular, onde todas as pessoas vivam *iguais*. Até certo momento de sua obra, Chico acredita na possibilidade de uma harmonia entre as classes sociais, harmonia que possibilita a extinção das classes sociais.

A grande diferença entre ambos reside nessa postura ideológica. Enquanto um vislumbra um futuro socialista (Chico) o outro acredita que uma hecatombe nuclear vai dar fim ao mundo (Dylan). Bob Dylan também sempre teve um postura religiosa, voltada para uma filosofia judaico-cristã. E, talvez, a sua obra insira-se nos limites da crítica do movimento hippie e da chamada Nova Esquerda, muito influente nos EUA, na década de 60. As lutas contra a guerra do Vietnã e o grito de guerra da juventude da época estão em sua obra. Enquanto Bob Dylan insere-se num quadro de ideologia liberal, preocupado com os marginalizados, Chico também tem essa preocupação, mas defende a possibilidade de extinção desse problema.

De qualquer maneira, o grande mérito deste livro está na tentativa de comparar as obras destes dois poetas-músicos maiores da arte mundial. Compete a ele, agora, dar prosseguimento a estes estudos e analisar o desenvolvimento de ambos os artistas até os dias atuais. Justamente porque os dois continuam atuantes e cada vez mais brilhantes. Esses cinquentões que eletrizam jovens por onde passam. Ligia Vieira Cesar conclui que "(...) o estudo da visão sócio-cultural de Bob Dylan e Chico Buarque, bem como da forma composicional de suas canções, nos leva a concluir que estes poetas, ao transmitirem sua mensagem, ao se postularem contra a ideologia dominante, utilizam-se da mesma poética de descentramento e recorrem a certos recursos estilísticos, procurando reagir e responder aos impasses gerados pela situação política de seus respectivos países. "Mesmo entendendo essas diferenças regionais, ainda assim, a diferença entre ambos continua grande. E apesar de terem temáticas próximas, as posturas diante da realidade são diversas e a visão para o futuro ainda mais diferentes.

Marcos Ruy

Consolidação da imprensa sindical: uma alternativa para os trabalhadores

FÍGARO, Roseli A.; *O discurso da imprensa sindical - formas e usos*. São Paulo, dissertação de mestrado apresentada à Escola de Comunicações e Artes/USP, 1993.

A partir da análise do discurso dos sindicatos dos metalúrgicos de São Paulo, dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, dos metroviários de São Paulo e dos motoristas e trabalhadores no ramo de transportes urbanos de São Paulo, Roseli Figaro desenvolveu sua dissertação de mestrado apresentada na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

O trabalho se detém a dois momentos recentes do movimento sindical: a greve geral de 14 e 15 de março de 1989 e a greve geral de 22 e 23 de maio de 1991. De acordo com Roseli, "(...) a imprensa sindical constitui modalidade de comunicação popular com um discurso próprio, diferenciado do discurso da grande imprensa. É um discurso que não mascara seu caráter de contraposição, sendo este sua própria razão de existir. Verificamos que embora diferenciado, o discurso da imprensa sindical nem sempre é um discurso classista (classe contra classe). Ele é um discurso que reflete as macro-visões divergentes existentes na sociedade, em relação a um projeto político para o Brasil e para o movimento sindical."

O papel da imprensa sindical na formação da consciência

OLIVEIRA, Dennis de; *Imprensa sindical, greve e consciência de classe*. São Paulo, dissertação de mestrado apresentada à Escola de Comunicações e Artes/USP, 1992.

A consciência de classe do operário é adquirida na luta ou, ao contrário, a luta é fruto de uma consciência anterior? Que fatores determinam a existência ou não da consciência de classe no operário? Para o autor, corremos o risco de cair numa polêmica semelhante sobre quem nasceu primeiro, o ovo ou a galinha, caso não levemos em consideração "(...) o processo de conscientização da classe operária, ou antes, o que é consciência de classe."

A dissertação de Dennis de Oliveira se propõe a responder a estas questões a partir da análise do discurso

da imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema na greve geral de 1983. Para o autor, o discurso sindical apresenta limitações no processo de conscientização dos trabalhadores, sendo agravado pelas características da estrutura sindical do País.

Procurando respostas para a educação das camadas populares

SAVIANI, Nereide; *Saber escolar, currículo e didática - problemas da unidade conteúdo/método de ensino*. São Paulo, dissertação de doutorado em educação apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1993.

“Relacionar a educação escolar com a difusão do saber é algo praticamente clássico, não só na linguagem pedagógico-didática, mas nas várias instâncias e esferas da vida das sociedades que contam com essa instituição. Desde as colocações mais simples do senso comum até as mais elaboradas formulações (teóricas, filosóficas,

políticas), quando se referem à escola, sempre a concebem como o lugar onde se aprende e se ensina algum tipo de saber, de conhecimento.

O consenso, entretanto, parece parar por aí. Quando se trata de definir qual saber deve a escola difundir, como e a quem, as idéias são as mais variadas, se cruzam, se aproximam, se opõem, avançam, recuam, saem de cena, reaparecem, ostentam-se, dissimulam-se (...) a depender da correlação de forças, conforme as necessidades e exigências impostas pelas circunstâncias e pelos atores em movimento, em conflito (...)”

Discutir, analisar e levantar elementos que permitam aprofundar as reflexões sobre a escola e seus problemas na atualidade, é a proposta da dissertação de doutorado de Nereide Saviani. A autora é professora, orientadora pedagógica e integrou equipes de elaboração de propostas curriculares - daí a preocupação há certo tempo com o tema. De acordo com Nereide, o trabalho é parte de um longo processo de discussões e tentativas de elaboração, “(...) numa trajetória cujo resgate considero importante para situar o trabalho no âmbito de seus propósitos mais gerais.”

A CLASSE OPERÁRIA É COMO ESTA REVISTA: TEM PRINCÍPIOS.

O jornal *A Classe Operária* é, desde 1925, o órgão central do PCdoB. Analisa, toda quinzena, os acontecimentos do Brasil e do mundo, a política, a economia e a cultura, as lutas do povo e a vida do partido. Mantenha-se em dia. Faça sua assinatura da *Classe* e passe a recebê-la em casa. As assinaturas recebidas até 30 de março concorrerão, pelo sorteio da Loteria Federal de 9 de abril, a dois volumes encadernados do jornal.

Envie cheque cruzado e nominal para a Empresa Jornalística *A Classe Operária*, rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01318-020. Ou ligue: (011) 34-4140. Fax: (011) 36-0412.

Assinatura semestral: CR\$ 8.000,00. Trimestral: CR\$ 4.000,00. Semestral de apoio: CR\$ 15.000,00. O valor das assinaturas em abril terá acréscimo de 30%.

QUEM
É DE
LUTA
LÊ



ASSINE PRINCÍPIOS

PRINCÍPIOS é uma revista trimestral que debate os grandes problemas da atualidade. É a revista de uma época de muitas perguntas e poucas respostas para os que almejam construir um mundo de igualdade. É um espaço de indagação, investigação, elaboração, debate, polêmica, busca de caminhos, ainda que novos, irreverentes e subversores. É um ponto de referência do pensamento marxista sobre as coisas de nosso país e do nosso tempo. Queira ou não queira, você está no meio desse debate. Entre nele! Leia, recomende, discuta e assine PRINCÍPIOS. UMA REVISTA MARXISTA.

Assine hoje mesmo **Princípios** e ganhe um **calendário** de parede como **brinde**. Recomende aos amigos. Estará contribuindo com o avanço do socialismo!

Nome _____		
Endereço _____		
Bairro _____	Cidade _____	
CEP _____	Estado _____	Telefone _____
<i>Assinatura Anual (4 edições) a partir do nº 32 a 35</i>		
<input type="checkbox"/> fevereiro 8.500,00	<input type="checkbox"/> março 11.500,00	<input type="checkbox"/> abril 15.000,00
<i>Assinatura de Apoio (9 edições - 5 passadas e 32 a 35)</i>		
<input type="checkbox"/> fevereiro 12.000,00	<input type="checkbox"/> março 16.000,00	<input type="checkbox"/> abril 20.000,00
<input type="checkbox"/> Assinatura Anual para o exterior - 50 dólares	<input type="checkbox"/> Assinatura de Apoio: 75 dólares	
Copie os dados acima e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Ltda.		
Rua dos Bororós, 51 - 1º andar - CEP 01320-020 - São Paulo - SP - Fone: (011) 35-8150		

Números disponíveis para a venda avulsa ou assinatura de apoio: 4, 9, 11, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 35 - preço 1.000,00.



COM O ATROPELO DE ASSUNTOS E MUITA INTRIGA
O DIA POUCO A POUCO FOI PARA A SOMBRA.
ESTAMOS OS DOIS NA SALA: EU E LÊNIN:
UMA FOTO NA PAREDE BRANCA.
A BOCA TENSA EM DISCURSO.
OS BIGODES À FRENTE ERETOS;
NAS RUGAS DA TESTA SE CONDENSA O
PENSAMENTO HUMANO.
TESTA LARGA, LARGO PENSAMENTO.
SEM DÚVIDA, ANTE LÊNIN, DESFILAM MULTIDÕES.
BOSQUES DE BANDEIRAS...
OCEANO DE BRAÇOS...
SALTO DA CADEIRA, ALEGRE.
SÓ TENHO UMA VONTADE: IR, SAUDAR, INFORMAR!
CAMARADA LÊNIN, PENSO ASSIM
NÃO POR OBRIGAÇÃO, MAS POR CONVICÇÃO.
CAMARADA LÊNIN, UM TRABALHO INFERNAL
ESTÁ SENDO FEITO NESTE MOMENTO.
CRIAMOS A LUZ, VESTIMOS OS NÚS E OS POBRES.
A EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL AUMENTA.
E, JUNTO A ISSO, TANTA
TANTA MERDA E TANTA IGNORÂNCIA.
VOCÊ SE CANSA DE DEFENDER-SE DE TANTAS
TROMBADAS.
SEM VOCÊ, MUITOS SE PERDERAM.
QUANTOS INFAMES DE TODO TIPO
ANDAM EM NOSSA TERRA E NOS RODEIAM.
NÃO SE PODE APONTÁ-LOS NEM SATIRIZÁ-LOS.
TODA UMA SÉRIE DE TIPOS SE EXTENDE.
KULAKS E BUROCRATAS
PUXA-SACOS SECTÁRIOS E BÊBADOS
VÃO, ORGULHOSOS, O PEITO ERGUIDO
COM CANETAS E MONTES DE INSÍGNIAS.
NÓS OS ESMAGAREMOS A TODOS.
MAS ESMAGAR A TODOS SEMPRE É DIFÍCIL.
CAMARADA LÊNIN, NAS FÁBRICAS FUMAGENTAS,
NA TERRA COBERTA DE NEVE E TRIGO,
CAMARADA, COM VOSSO CORAÇÃO E VOSSO NOME
PENSAMOS, RESPIRAMOS, LUTAMOS E VIVEMOS!
COM O ATROPELO DE ASSUNTOS E MUITA INTRIGA
O DIA POUCO A POUCO FOI PARA A SOMBRA.
DOIS NA SALA: EU E LÊNIN:
UMA FOTO NA PAREDE BRANCA.
(1929)